

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	21
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	22
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	243
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	250
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	254
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	257

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	27.193
Preferenciais	27.193
Total	54.386

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.159.075.748	1.062.440.368	980.816.744
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	181.160.546	127.013.972	135.422.515
1.01.01	Caixa	9.911.653	14.352.187	16.361.758
1.01.01.01	Disponibilidades	9.911.653	14.352.187	16.361.758
1.01.02	Aplicações de Liquidez	171.248.893	112.661.785	119.060.757
1.02	Ativos Financeiros	757.954.310	721.156.594	689.083.046
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	258.994.911	212.523.607	237.128.073
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	226.975.180	185.906.957	208.187.175
1.02.02.02	Derivativos	32.019.731	26.616.650	28.940.898
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	498.959.399	508.632.987	451.954.973
1.02.04.04	Operações de Crédito	354.093.609	343.372.638	317.359.419
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-31.163.480	-30.316.513	-23.373.567
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	176.029.270	195.576.862	157.969.121
1.03	Tributos	49.298.790	43.148.689	37.120.562
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	49.298.790	43.148.689	37.120.562
1.03.01.06	Ativos Fiscais	49.298.790	43.148.689	37.120.562
1.04	Outros Ativos	103.204.585	83.793.648	81.872.412
1.05	Investimentos	55.122.785	75.300.048	25.980.085
1.05.01	Participações em Coligadas	55.119.210	75.296.430	25.958.916
1.05.01.01	Participações em Coligadas e Controladas	55.119.210	75.296.430	25.958.916
1.05.05	Outros Investimentos	3.575	3.618	21.169
1.06	Imobilizado	5.251.777	5.712.275	6.066.686
1.06.01	Imobilizado de Uso	15.944.891	16.029.469	15.755.314
1.06.01.01	Imóveis de Uso	2.385.144	2.425.172	2.463.155
1.06.01.02	Outras Imobilizações de Uso	13.559.747	13.604.297	13.292.159
1.06.03	Depreciação Acumulada	-10.693.114	-10.317.194	-9.688.628
1.07	Intangível	7.082.955	6.315.142	5.271.438
1.07.01	Intangíveis	41.237.399	39.532.031	38.014.032

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.07.01.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	27.220.515	27.220.515
1.07.01.02	Outros Ativos Intangíveis	14.016.884	12.311.516	10.793.517
1.07.03	Amortização Acumulada	-34.154.444	-33.216.889	-32.742.594

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.159.075.748	1.062.440.368	980.816.744
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	994.574.532	911.803.579	833.122.298
2.01.01	Depósitos	475.535.132	421.913.140	406.882.409
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	141.939.228	116.968.926	100.870.087
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	167.198.665	147.875.535	115.842.979
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	77.239.162	67.675.096	79.728.750
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	12.332.678	13.970.462	11.853.084
2.01.09	Outras Passivos Financeiros	90.278.483	117.502.650	85.789.650
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	30.051.184	25.897.770	32.155.339
2.03	Provisões	0	0	360.501
2.03.01	Resultado de Exercícios Futuros	0	0	360.501
2.04	Passivos Fiscais	3.935.237	4.316.676	2.970.639
2.05	Outros Passivos	74.652.338	64.354.508	65.519.235
2.05.01	Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.326.237	4.141.393	4.312.234
2.05.02	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	5.734.590	4.257.374	5.033.675
2.05.03	Outras Provisões	2.667.480	2.621.910	2.459.361
2.05.04	Diversos	63.924.031	53.333.831	53.713.965
2.07	Patrimônio Líquido	85.913.641	81.965.605	78.844.071
2.07.01	Capital Social Realizado	55.000.000	55.000.000	55.000.000
2.07.02	Reservas de Capital	600.931	436.314	387.537
2.07.04	Reservas de Lucros	33.867.333	31.033.712	27.241.353
2.07.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	34.974.116	32.253.028	27.954.392
2.07.04.09	Ações em Tesouraria	-1.106.783	-1.219.316	-713.039
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-3.554.623	-4.504.421	-3.784.819

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	105.552.506	89.128.977	89.510.090
3.01.01	Operações de Crédito	66.418.784	62.676.931	49.671.784
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	35.614.151	27.036.056	28.372.573
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-7.775.051	-6.587.976	7.617.437
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	2.565.019	-1.212.149	1.434.356
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	8.729.603	7.216.115	2.413.940
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-92.638.138	-71.178.111	-56.931.567
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-69.871.635	-55.201.831	-34.550.727
3.02.02	Resultado Operações de Empréstimos e Repasses	1.758.453	4.561.017	-9.424.889
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-24.684.276	-20.819.824	-12.580.038
3.02.05	Resultado Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	159.320	282.527	-375.913
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	12.914.368	17.950.866	32.578.523
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-8.785.500	-5.062.258	-11.361.641
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	16.487.148	15.647.370	15.503.655
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	16.487.148	15.647.370	15.503.655
3.04.03	Despesas com Pessoal	-6.817.427	-6.270.788	-6.027.467
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-14.503.176	-13.059.814	-13.194.063
3.04.05	Despesas Tributárias	-3.281.447	-3.536.857	-3.371.632
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	6.055.793	7.625.877	2.978.645
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-15.185.115	-11.962.853	-10.986.261
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	8.458.724	6.494.807	3.735.482
3.04.08.01	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	8.312.900	5.977.331	3.676.647
3.04.08.02	Resultado Não Operacional	145.824	517.476	58.835
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	4.128.868	12.888.608	21.216.882
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.242.820	1.408.032	-4.360.778
3.06.01	Corrente	-195.291	-106.875	-2.161.881
3.06.02	Diferido	6.438.111	1.514.907	-2.198.897
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	10.371.688	14.296.640	16.856.104

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	10.371.688	14.296.640	16.856.104
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-1.507.458	-1.938.115	-1.860.596
3.10.01	Participações	-1.507.458	-1.938.115	-1.860.596
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	8.864.230	12.358.525	14.995.508

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	8.864.230	12.358.525	14.995.508
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	949.798	-719.602	-3.327.592
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	1.576.071	-759.367	-3.581.648
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-626.273	39.765	254.056
4.04	Resultado Abrangente do Período	9.814.028	11.638.923	11.667.916

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	7.363.762	44.517.411	12.448.525
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	967.925	47.456.551	55.383.479
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	8.864.230	12.358.525	14.995.508
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-7.896.305	35.098.026	40.387.971
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.395.837	-2.939.140	-42.934.954
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-14.448.791	24.878.316	33.110.288
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-26.068.096	17.021.437	2.681.298
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-34.571.667	-38.782.310	-47.440.659
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	-8.572.160	-4.575.336	-10.022.362
6.01.02.05	Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	945.897	-523.362	-469.012
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	193.819	-434.445	209.318
6.01.02.08	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-928.902	-2.115.554	-1.548.498
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Depósitos	53.621.992	15.030.731	14.410.928
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	24.970.302	16.098.839	-59.101.373
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.181.050	-5.439.226	25.748.805
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	0	-360.501	46.518
6.01.02.14	Imposto Pago	-190.607	-331.373	-2.569.320
6.01.02.15	Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros	41.492.581	-11.761.689	62.407.067
6.01.02.16	Redução (aumento) em Outros Ativos	-18.894.279	-688.063	-5.676.353
6.01.02.17	Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes	-570.194	-2.330.644	-1.530.289
6.01.02.18	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	-64.247.605	-16.318.872	-93.789.615
6.01.02.19	Aumento (redução) em Outros Passivos	52.068.431	7.317.805	38.044.299
6.01.02.20	Aumento (redução) em Outras Obrigações Fiscais Correntes	414.066	375.107	2.554.006
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	17.339.738	-46.778.107	-371.933
6.02.01	Aquisição de Investimento	0	-33	-3.487
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.040.101	-996.109	-1.075.927
6.02.03	Aplicações no Intangível	-2.565.100	-2.664.234	-20.352
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimento	43	0	13.345

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	419.970	511.740	431.904
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	228.619	133.420	-21.304
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	725.561	288.712	335.084
6.02.08	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	-429.200	0	0
6.02.09	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	0	-48.111.010	0
6.02.11	Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	-54	-208.921	-908.100
6.02.12	Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	20.000.000	4.268.328	876.904
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	15.006.024	18.730.469	-6.970.127
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	112.533	-506.277	78.319
6.03.05	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	117.825.488	62.604.962	99.229.585
6.03.06	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-98.054.953	-36.098.379	-96.732.607
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-4.877.044	-7.269.837	-9.545.424
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-11.741	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.697.783	16.469.773	5.106.465
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.767.409	34.297.636	29.191.171
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90.465.192	50.767.409	34.297.636

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	436.314	31.033.712	-4.504.421	0	0	81.965.605
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	436.314	31.033.712	-4.504.421	0	0	81.965.605
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	164.617	169.391	0	-6.200.000	0	-5.865.992
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	164.617	112.533	0	0	0	277.150
5.04.06	Dividendos	0	0	56.858	0	-380.000	0	-323.142
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.820.000	0	-5.820.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.576.071	8.864.230	0	10.440.301
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	8.864.230	0	8.864.230
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.576.071	0	0	1.576.071
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	1.576.071	0	0	1.576.071
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.664.230	-626.273	-2.664.230	0	-626.273
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.664.230	0	-2.664.230	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	443.212	0	-443.212	0	0
5.06.01.02	Reserva para equalização de dividendos	0	0	2.221.018	0	-2.221.018	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-626.273	0	0	-626.273
5.06.02.01	Planos de Benefícios a Funcionários	0	0	0	-626.273	0	0	-626.273
5.07	Saldos Finais	55.000.000	600.931	33.867.333	-3.554.623	0	0	85.913.641

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	48.777	-1.766.166	0	-6.800.000	0	-8.517.389
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	48.777	-506.277	0	0	0	-457.500
5.04.04.01	Resultado com Ações em Tesouraria	0	68.894	0	0	0	0	68.894
5.04.04.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-20.117	0	0	0	0	-20.117
5.04.04.03	Ações em Tesouraria	0	0	-506.277	0	0	0	-506.277
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.259.889	0	-1.520.000	0	-2.779.889
5.04.06.01	Dividendos Prescritos	0	0	40.111	0	0	0	40.111
5.04.06.02	Dividendos	0	0	-1.300.000	0	-1.520.000	0	-2.820.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.280.000	0	-5.280.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-759.367	12.358.525	0	11.599.158
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	12.358.525	0	12.358.525
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-759.367	0	0	-759.367
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-759.367	0	0	-759.367
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.558.525	39.765	-5.558.525	0	39.765
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	617.926	0	-617.926	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	617.926	0	-617.926	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	4.940.599	39.765	-4.940.599	0	39.765
5.06.02.01	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.940.599	0	-4.940.599	0	0
5.06.02.02	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	39.765	0	0	39.765
5.07	Saldos Finais	55.000.000	436.314	31.033.713	-4.504.422	0	0	81.965.605

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	302.665	22.337.440	-457.227	0	0	79.182.878
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	302.665	22.337.440	-457.227	0	0	79.182.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	84.872	4.681.582	254.056	-14.245.733	0	-9.225.223
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	84.872	78.319	254.056	0	0	417.247
5.04.04.01	Ações em Tesouraria	0	40.821	78.319	254.056	0	0	373.196
5.04.04.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	44.051	0	0	0	0	44.051
5.04.06	Dividendos	0	0	4.603.263	0	-10.596.733	0	-5.993.470
5.04.06.01	Dividendos	0	0	-200.000	0	-5.800.000	0	-6.000.000
5.04.06.02	Dividendos Prescritos	0	0	6.530	0	0	0	6.530
5.04.06.03	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.796.733	0	-4.796.733	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.649.000	0	-3.649.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.581.649	14.995.508	0	11.413.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.995.508	0	14.995.508
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.581.649	0	0	-3.581.649
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-3.581.649	0	0	-3.581.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-2.000.000	0	222.331	0	-749.775	0	-2.527.444
5.06.01	Constituição de Reservas	-2.000.000	0	222.331	0	-749.775	0	-2.527.444
5.06.01.01	Cisão	-2.000.000	0	-527.444	0	0	0	-2.527.444
5.06.01.02	Reserva Legal	0	0	749.775	0	-749.775	0	0
5.07	Saldos Finais	55.000.000	387.537	27.241.353	-3.784.820	0	0	78.844.070

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	88.371.880	80.137.023	84.484.926
7.01.01	Intermediação Financeira	105.552.506	89.128.977	89.510.090
7.01.02	Prestação de Serviços	16.487.148	15.647.370	15.503.655
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-24.684.276	-20.819.824	-12.580.038
7.01.04	Outras	-8.983.498	-3.819.500	-7.948.781
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-63.596.685	-50.141.532	-46.626.121
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.562.447	-9.323.932	-8.698.621
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-285.028	-319.032	-291.900
7.03.02	Serviços de Terceiros	-3.458.862	-2.687.335	-2.282.474
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-49.800	-15.037	-14.899
7.03.04	Outros	-6.768.757	-6.302.528	-6.109.348
7.04	Valor Adicionado Bruto	14.212.748	20.671.559	29.160.184
7.05	Retenções	-3.085.308	-2.853.434	-3.637.533
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.085.308	-2.853.434	-3.637.533
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.127.440	17.818.125	25.522.651
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.312.900	5.977.331	3.676.647
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.312.900	5.977.331	3.676.647
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.440.340	23.795.456	29.199.298
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	19.440.340	23.795.456	29.199.298
7.09.01	Pessoal	7.419.160	7.825.764	6.901.462
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.117.011	3.719.934	3.397.120
7.09.01.02	Benefícios	1.146.901	1.234.120	1.203.198
7.09.01.03	F.G.T.S.	388.034	864.850	433.955
7.09.01.04	Outros	1.767.214	2.006.860	1.867.189
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.301.529	2.728.719	6.444.419
7.09.02.01	Federais	1.540.599	203.172	5.693.848
7.09.02.02	Estaduais	601	807	630
7.09.02.03	Municipais	760.329	2.524.740	749.941

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	855.421	882.448	857.909
7.09.03.01	Aluguéis	855.421	882.448	857.909
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	8.864.230	12.358.525	14.995.508
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.820.000	5.280.000	3.649.000
7.09.04.02	Dividendos	380.000	2.820.000	6.000.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.664.230	4.258.525	5.346.508

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.115.652.776	985.450.829	931.208.396
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.122.550	22.003.439	16.657.201
1.01.01	Caixa	23.122.550	22.003.439	16.657.201
1.02	Ativos Financeiros	991.709.176	866.506.664	825.125.271
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	208.946.965	147.256.620	90.642.132
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	208.921.896	145.515.302	90.299.669
1.02.02.02	Derivativos	25.069	1.741.318	342.463
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	59.052.090	55.425.671	101.241.787
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	59.052.090	55.425.671	101.241.787
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	723.710.121	663.824.373	633.241.352
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	723.710.121	663.824.373	633.241.352
1.03	Tributos	52.839.470	46.445.994	41.757.332
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	9.393.766	7.838.406	4.117.035
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	43.445.704	38.607.588	37.640.297
1.04	Outros Ativos	6.910.723	8.973.665	6.865.373
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	914.072	699.136	816.345
1.04.03	Outros	5.996.651	8.274.529	6.049.028
1.05	Investimentos	1.609.780	1.727.570	1.232.646
1.06	Imobilizado	7.085.564	8.190.763	8.783.785
1.06.01	Imobilizado de Uso	7.085.564	8.190.763	8.783.785
1.07	Intangível	32.375.513	31.602.734	30.786.788
1.07.01	Intangíveis	4.522.945	3.713.407	2.871.319
1.07.02	Goodwill	27.852.568	27.889.327	27.915.469

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.115.652.776	985.450.829	931.208.396
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	49.581.441	49.668.266	44.412.351
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	910.550.506	795.284.100	750.093.694
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	910.550.506	795.284.100	750.093.694
2.03	Provisões	11.473.781	9.115.143	11.604.482
2.04	Passivos Fiscais	8.999.893	7.810.800	8.175.023
2.05	Outros Passivos	20.190.801	12.892.344	10.948.351
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	114.856.354	110.680.176	105.974.495
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	114.453.004	110.182.834	105.640.146
2.07.01.01	Capital Social Realizado	118.421.219	114.669.276	109.046.574
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.968.215	-4.486.442	-3.406.428
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	403.350	497.342	334.349

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	128.282.707	115.225.118	77.987.308
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-81.398.673	-67.721.941	-26.668.842
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	46.884.034	47.503.177	51.318.466
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-34.962.383	-27.928.450	-26.568.138
3.04.03	Despesas com Pessoal	-10.813.926	-9.896.995	-9.025.702
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-43.128.733	-37.002.811	-30.150.076
3.04.04.01	Outras despesas administrativas	-8.748.715	-8.343.118	-8.290.717
3.04.04.02	Ativo tangível	-1.841.616	-1.860.043	-1.850.780
3.04.04.03	Ativo intangível	-899.334	-725.459	-583.141
3.04.04.04	Provisões (líquidas)	-4.424.412	-1.215.490	-2.179.417
3.04.04.05	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-28.008.086	-24.828.749	-17.112.734
3.04.04.06	Perdas com outros ativos (líquidas)	-250.173	-161.434	-165.799
3.04.04.07	Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	998.408	22.355	-15.113
3.04.04.08	Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados com	45.195	109.127	47.625
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	25.206.476	25.429.132	20.699.911
3.04.06.01	Receitas de tarifas e comissões	22.454.778	21.237.723	20.388.089
3.04.06.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	2.729.519	4.153.336	221.782
3.04.06.03	Receitas de instrumentos de patrimônio	22.179	38.073	90.040
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-6.465.436	-6.656.955	-8.236.455
3.04.07.01	Despesas de tarifas e comissões	-6.814.813	-6.361.843	-5.114.788
3.04.07.02	Variações cambiais (líquidas)	1.065.167	545.890	-2.002.286
3.04.07.03	Outras despesas operacionais (líquidas)	-715.790	-841.002	-1.119.381
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	239.236	199.179	144.184
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	11.921.651	19.574.727	24.750.328
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.422.839	-5.235.252	-9.191.005
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	9.498.812	14.339.475	15.559.323
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	9.498.812	14.339.475	15.559.323
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	9.498.812	14.339.475	15.559.323

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	9.449.313	14.287.093	15.528.052
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	49.499	52.328	31.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	9.498.812	14.339.475	15.559.324
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	518.227	-1.080.014	-2.978.349
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	1.166.391	-1.108.715	-3.245.041
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-648.164	28.701	266.692
4.04	Resultado Abrangente do Período	10.017.039	13.259.461	12.580.975
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	9.967.540	13.207.079	12.549.703
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	49.499	52.382	31.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.626.529	6.847.026	6.807.143
6.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	9.498.812	14.339.475	15.559.324
6.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	5.982.753	50.774.841	-13.898.808
6.01.03	Variações nos Ativos e Passivos	21.144.964	-58.267.290	5.146.627
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.580.315	-2.705.289	-1.926.692
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.817.953	12.754.848	-658.510
6.04	Efeitos de Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-11.741	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	39.852.426	16.896.585	4.221.941
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.565.334	32.668.749	28.446.808
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.417.760	49.565.334	32.668.749

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	-773.538	60.442.814	0	0	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	-773.538	60.442.814	0	0	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	112.533	0	0	-6.200.000	0	-6.087.467	0	-6.087.467
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	112.533	0	0	0	0	112.533	0	112.533
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-6.200.000	0	-6.200.000	0	-6.200.000
5.04.06.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	-6.200.000	0	-6.200.000	0	-6.200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	9.449.313	0	9.449.313	49.499	9.498.812
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	9.449.313	0	9.449.313	49.499	9.498.812
5.05.01.02	Lucro Líquido Atribuível à Controladora	0	0	0	0	9.449.313	0	9.449.313	49.499	9.498.812
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	161.899	3.477.511	0	-3.249.313	518.227	908.324	-143.491	764.833
5.06.01	Constituição de Reservas	0	161.899	3.477.511	0	-3.249.313	518.227	908.324	-143.491	764.833
5.06.01.01	Outros	0	0	0	0	0	0	0	-143.491	-143.491
5.06.01.02	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-620.233	-620.233	0	-620.233
5.06.01.03	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	0	0	0	0	0	628.953	628.953	0	628.953
5.06.01.04	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	537.438	537.438	0	537.438
5.06.01.05	Ajuste IFRS 17	0	0	0	0	0	-27.931	-27.931	0	-27.931
5.06.01.06	Remuneração baseada em ações	0	161.899	0	0	0	0	161.899	0	161.899
5.06.01.07	Dividendos Prescritos	0	0	56.858	0	0	0	56.858	0	56.858
5.06.01.08	Lucro não Realizado	0	0	171.340	0	0	0	171.340	0	171.340
5.06.01.09	Reserva Legal	0	0	472.466	0	-472.466	0	0	0	0
5.06.01.10	Reserva para equalização de dividendos	0	0	2.776.847	0	-2.776.847	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	55.000.000	-499.106	63.920.325	0	0	-3.968.215	114.453.004	403.350	114.856.354

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	48.167.522	0	0	15.528.052	-13.055.428	105.640.146	334.349	105.974.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	48.167.522	0	0	15.528.052	-13.055.428	105.640.146	334.349	105.974.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.155.277	0	0	-8.100.000	0	-18.255.277	0	-8.606.277
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-506.277	0	0	0	0	-506.277	0	-506.277
5.04.06	Dividendos	0	-9.649.000	0	0	-8.100.000	0	-17.749.000	0	-8.100.000
5.04.06.01	Dividendos e juros sobre o Dividendos e juros sobre o capital prapital próprio do exercício anterior	0	-9.649.000	0	0	0	0	-9.649.000	0	0
5.04.06.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	0	-8.100.000	0	-8.100.000	0	-8.100.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	15.528.052	0	0	-1.240.959	9.649.000	23.936.093	52.382	14.339.475
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	15.528.052	0	0	-1.240.959	9.649.000	23.936.093	52.382	14.339.475
5.05.01.01	Apropriação do lucro líquido do exercício anterior	0	15.528.052	0	0	-15.528.052	9.649.000	9.649.000	0	0
5.05.01.02	Lucro líquido Atribuível à Controladora	0	0	0	0	14.287.093	0	14.287.093	52.382	14.339.475
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-58.114	0	0	0	-1.080.014	-1.138.128	110.611	-1.027.517
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-58.114	0	0	0	-1.080.014	-1.138.128	110.611	-1.027.517
5.06.01.01	Outros	0	-58.114	0	0	0	0	-58.114	110.611	52.497
5.06.01.02	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	28.701	28.701	0	28.701
5.06.01.03	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	0	0	0	0	0	-401.282	-401.282	0	-401.282
5.06.01.04	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-707.433	-707.433	0	-707.433
5.07	Saldos Finais	55.000.000	53.482.183	0	0	6.187.093	-4.486.442	110.182.834	497.342	110.680.176

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Justificativa: As Demonstrações Consolidadas serão disponibilizadas ao público somente em 20/02/2024, ao término de suas auditorias.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	39.623.623	0	0	13.418.529	-4.265.165	105.776.987	312.885	106.089.872
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	39.623.623	0	0	13.418.529	-4.265.165	105.776.987	312.885	106.089.872
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-3.758.766	0	0	0	-5.811.915	-9.570.681	0	-9.570.681
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	78.319	0	0	0	0	78.319	0	78.319
5.04.06	Dividendos	0	-3.837.085	0	0	0	3.837.085	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	-9.649.000	-9.649.000	0	-9.649.000
5.05	Resultado Abrangente Total	-2.000.000	12.250.855	0	0	2.109.523	-2.978.348	9.382.030	31.272	9.413.302
5.05.01	Lucro Líquido do Período	-2.000.000	12.250.855	0	0	2.109.523	0	12.360.378	31.272	12.391.650
5.05.01.01	Lucro líquido atribuível à controladora	0	0	0	0	15.528.052	0	15.528.052	31.272	15.559.324
5.05.01.02	Apropriação do lucro líquido do exercício anterior	0	13.418.529	0	0	-13.418.529	0	0	0	0
5.05.01.03	Cisão	-2.000.000	-1.167.674	0	0	0	0	-3.167.674	0	-3.167.674
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	0	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	0	0
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	-2.978.348
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	0	-2.978.348	0	-2.978.348
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	51.810	0	0	0	0	51.810	-9.808	42.002
5.06.01	Constituição de Reservas	0	51.810	0	0	0	0	51.810	-9.808	42.002
5.06.01.02	Outros	0	51.810	0	0	0	0	51.810	-9.808	42.002
5.07	Saldos Finais	55.000.000	48.167.522	0	0	15.528.052	-13.055.428	105.640.146	334.349	105.974.495

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	121.175.008	107.447.104	72.303.876
7.01.01	Intermediação Financeira	128.282.707	115.225.118	77.987.308
7.01.02	Prestação de Serviços	15.639.965	14.875.880	15.273.301
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-28.008.086	-24.828.749	-17.112.734
7.01.04	Outras	5.260.422	2.174.855	-3.843.999
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-81.398.673	-67.721.941	-28.885.478
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.677.366	-8.207.227	-8.078.399
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-896.232	-895.734	-713.400
7.03.02	Serviços de Terceiros	-6.329.546	-6.317.067	-6.231.129
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-250.173	-161.434	-165.799
7.03.04	Outros	-1.201.415	-832.992	-968.071
7.04	Valor Adicionado Bruto	31.098.969	31.517.936	35.339.999
7.05	Retenções	-2.740.950	-2.585.502	-2.433.921
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.740.950	-2.585.502	-2.433.921
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.358.019	28.932.434	32.906.078
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	239.236	199.179	144.184
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	239.236	199.179	144.184
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.597.255	29.131.613	33.050.262
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	28.597.255	29.131.613	33.050.262
7.09.01	Pessoal	9.567.687	9.894.413	8.045.893
7.09.01.01	Remuneração Direta	6.804.098	6.351.116	5.929.439
7.09.01.02	Benefícios	1.843.988	1.737.282	1.593.386
7.09.01.03	F.G.T.S.	549.538	2.221	431.249
7.09.01.04	Outros	370.063	1.803.794	91.819
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.382.381	4.749.350	9.269.368
7.09.02.01	Federais	9.375.150	4.625.498	8.332.994
7.09.02.02	Estaduais	0	123.852	813
7.09.02.03	Municipais	7.231	0	935.561

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148.375	148.375	175.677
7.09.03.01	Aluguéis	148.375	148.375	175.677
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.498.812	14.339.475	15.559.324
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.200.000	8.100.000	9.649.000
7.09.04.02	Dividendos	3.249.313	6.187.093	5.879.052
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.499	52.382	31.272

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração



Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 serão divulgadas em 20 de fevereiro de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- ❖ **Redução marginal das pressões inflacionárias ao redor do globo e sinalização de término do ciclo de ajustes altistas na política monetária nas economias avançadas.**

No ambiente doméstico

- ❖ **Avanço de propostas complementares para dar sustentação ao novo arcabouço fiscal recém aprovado.**

A cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R\$4,83/US\$ e R\$5,19/US\$ no quarto trimestre e encerrou o período cotada a R\$4,84/US\$, patamar inferior à cotação de R\$5,01/US\$ verificada no encerramento do 3T23. A valorização do real decorreu, na visão do Banco Santander, da aprovação de medidas complementares ao novo arcabouço fiscal, reduzindo incertezas quanto à trajetória da dívida pública no curto prazo, associada à consolidação da percepção de que a manutenção das condições monetárias globais em campo restritivo poderá ser mais breve que o imaginado anteriormente. A despeito destes desdobramentos, seguimos julgando haver riscos no âmbito fiscal doméstico e avaliando que o processo de redução de juros internacionais acontecerá mais tardiamente do que apreçado nos mercados. Assim, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,25/US\$ ao final de 2024.

- ❖ **Desaceleração mais tênue do crescimento econômico no 4T23 derivada de resiliência no mercado de trabalho**

A mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicou crescimento do PIB brasileiro de 2,9% em 2023 – praticamente o mesmo ritmo de expansão observado no ano anterior (3,0%), com expectativa de manutenção da variação positiva do PIB decorrente da manutenção dos estímulos fiscais que foram implementados ao longo de 2022, parcialmente estendidos no início de 2023. O início mais promissor do ano e a continuidade de condições favoráveis no mercado de trabalho levou o Banco Santander a revisar a projeção de expansão do PIB brasileiro de 2,5% para 2,8% em 2023, a despeito da percepção de que a economia se encontra em ritmo de desaceleração na esteira dos efeitos contracionistas advindos do ciclo de elevação da taxa de juros iniciado em 2021 e encerrado em agosto de 2022.

- ❖ **Melhora marginal na dinâmica inflacionária, principalmente nos serviços, reforçando a continuidade do ciclo de cortes de juros ao longo de 2024.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receu para 4,6% da variação interanual do IPCA, frente ao patamar de 5,2% observado ao final de setembro de 2023 em função de melhora na dinâmica de reajuste dos preços dos produtos industriais e alimentícios, bem como na inflação de serviços. Embora o resultado tenha sido superior à meta de inflação estipulada no regime monetário, a variação voltou a ficar dentro do intervalo de tolerância pela primeira vez desde 2020, possibilitando ao Banco Central do Brasil manter o processo de distensão monetária, tendo reduzido a taxa básica de juros em 1,0 ponto percentual nas reuniões do Copom do quarto trimestre, trazendo a Selic para 11,75% a.a. Como o Banco Santander avalia que esta dinâmica inflacionária permanecerá favorável, o banco projeta que a taxa Selic atingirá 9,50% a.a. ao longo de 2024.



2. Desempenho Consolidado

R\$ milhões

Ano	Lucro Líquido	ROE	Ativos Totais
2023	8.974	10,52%	1.153.196
2022	12.570	15,63%	1.048.518
YoY	(28,61)%	(5,11)p.p	9,98%

Ano	Carteira de Crédito ⁽¹⁾	Captações	Basiléia
2023	427.599	849.335	14,51%
2022	411.414	739.820	13,94%
YoY	3,93%	14,80%	0,57p.p

Os componentes do nosso resultado consolidado são:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONTÁBIL (R\$ milhões)	YTD 2023	YTD 2022	Var. % YoY
Receitas da Intermediação Financeira	117.513	99.768	18%
Despesas da Intermediação Financeira	(91.009)	(71.654)	27%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	26.504	28.114	(6)%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(17.919)	(11.360)	58%
Resultado Operacional	8.585	16.754	(49)%
Resultado não Operacional	1.282	543	136%
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.867	17.297	(43)%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.349	(2.326)	(158)%
Participações no Lucro	(2.099)	(2.222)	(6)%
Participações dos Acionistas Minoritários	(143)	(179)	(20)%
Lucro Líquido	8.974	12.570	(29)%

Os resultados apresentados acima refletem o momento macro mais desafiador, decorrente de maiores taxas de juros acumuladas em 2023 em relação ao ano anterior, o qual impactou as famílias, resultando em queda de lucro no período e na qualidade dos ativos, demandando assim maior nível de provisionamento de crédito. Destacamos caso específico do segmento atacado que impactou o volume de provisões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diante desse cenário, o Banco Santander iniciou processo de ajustes no portfólio, com maior seletividade na concessão de crédito em clientes com melhores ratings e linhas com garantias.

Os seguintes fatores destacam-se nos dados apresentados no quadro acima:

- ❖ **A Rentabilidade (ROE)** foi de 10,52% e o Lucro Líquido Consolidado de R\$ 8.974, queda de 29% com relação a 2022, reflexo da estratégia de antecipação de ciclos de crédito implementada ainda no 4T21 combinada a efeitos específicos nas provisões de crédito de liquidação duvidosa associadas a evento adverso no segmento Atacado.
- ❖ **A carteira de crédito** teve o seu destaque para o crescimento em Pessoa Física, de +5,26%, observado principalmente nos produtos de Cartões de Crédito. Na visão crédito expandido, a carteira apresentou crescimento de 27,7% comparado com o mesmo período do ano anterior, com destaque para os produtos de Avais e Fianças, Debêntures e CPR.
- ❖ **O financiamento ao consumo** apresentou crescimento de 5,5%, cujo destaque foram as parcerias estratégicas realizadas.
- ❖ **Os resultados de intermediação** foram impactados, principalmente, por Margem com Mercados, reflexo de movimentos positivos na curva de juros, por leve crescimento nas linhas de operações de crédito, associado a aumentos nos volumes e dos spreads, por queda nas captações, principalmente por efeito de CDI, a despeito de contínuo crescimento nos volumes (destaque no trimestre para Depósito a Prazo, LCI e LCA). Adicionalmente a esses efeitos, os resultados da intermediação foram impactados por crescimento de 14% nas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa, justificado principalmente por caso específico em entidade de grande porte.
- ❖ **Crescimento de 5% das receitas totais de serviços**, impulsionado, principalmente por Cartões (por efeito sazonal de final de ano) e Mercados de Capitais.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2023.



6. Pessoas

Seguimos fortalecendo nossa cultura horizontal baseada em protagonismo, autonomia e diversidade, estimulando um ambiente de inovação para alavancar nossa transformação digital e aprimorar a experiência do cliente.

Somos em 55.611 colaboradores em todo o ecossistema obcecados pela construção de uma empresa em que todos são negócio e trabalham para transformar o Santander no banco principal de cada um dos nossos clientes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+.

Eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 10ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.



7. Sustentabilidade

O propósito do Banco Santander é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios apoiando a construção de um Brasil mais justo e sustentável.

Ambiental:	
Comprometimento com o meio ambiente, fomentando negócios sustentáveis e com compromisso de sermos Net Zero até 2050	❖ Apoiamos nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono através do fomento à bioeconomia, tendo evoluído na oferta de produtos com impacto social ou ambiental positivo, de acordo com a taxonomia do Santander, alcançando R\$23,1 bilhões em carteira. ❖ Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (créditos de carbono), com 41,1% de market share. ❖ Para avançar em nossa estratégia net zero, focamos no agronegócio e mensuramos as emissões de carbono das fazendas financiadas. ❖ Aderimos ainda ao Amazon Finance Network, lançado na COP 28, que visa gerar impacto sustentável na Amazônia com o objetivo de aumentar fluxos de investimento, mobilizar capitais, promover a inclusão financeira e gerar sinergias com o setor público.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Social: Há mais de 20 anos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com acesso à educação e produtos financeiros.	❖ Em 2023, o Prospera Santander Microfinanças, nosso programa de microcrédito produtivo, gerou um portfólio de R\$3,0 bilhões. ❖ O Amigo de Valor, em sua 21ª edição, atingiu a arrecadação recorde de R\$26,0 milhões. O programa atua na garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O valor arrecadado irá beneficiar cerca de 11.400 crianças, adolescentes e suas famílias em 64 municípios brasileiros. ❖ Já nosso programa de Voluntariado, em 2023, mobilizou mais de 2,7 mil participações em ações com a comunidade. ❖ A campanha de arrecadação de agasalhos beneficiou mais de 3 mil pessoas. ❖ Também distribuímos mais de 184 mil bolsas de estudo no ano por meio do Santander Universities.
Governança: endo o ESG em nossa cultura, do todos os nossos negócios.	❖ Ao longo do ano, buscamos incorporar as questões ESG em nossa cultura, por meio de capacitação interna. ❖ Nosso Conselho de Administração manteve-se diverso e independente, com 36% de membros mulheres e 55% de membros independentes, em janeiro de 2024. ❖ Expandimos a oferta de cursos focados em tópicos ESG para empresas afiliadas, desenvolvendo ainda práticas ESG com cerca de 90 fornecedores. Deste total, seis foram reconhecidos por seu engajamento e resultados. ❖ Nossa atuação em sustentabilidade continua sendo destacada pelo mercado: estamos entre as 17 companhias premiadas pelo 30% Club Brazil Award 2023, promovido pela PwC, que reconhece as empresas que têm 30% ou mais de mulheres em seu Conselho de Administração. ❖ Recebemos também o GRI Infra Awards, do GRI Club Infra, voltado a iniciativas de infraestrutura e energia no Brasil e o Finance For The Future, concedido pela ICAEW e A4S, em parceria com a Deloitte. ❖ No final do ano, a B3 divulgou a prévia da carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) 2024, da qual fazemos parte há 14 anos consecutivos.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 162/2022, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.



9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2024).

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 13, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 30 de janeiro de 2024.

As Demonstrações financeiras consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, serão divulgadas em 20 de fevereiro de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está em andamento, sendo que ainda depende de normas a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.101/2023, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, e suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - hedge de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

O Banco não possui operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detém investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre; o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

I.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

I.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 27. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 23).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 16.

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 19.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 30.h

w) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	Banco 31/12/2021
Disponibilidades	9.911.653	14.352.187	16.361.758
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	80.553.539	36.415.222	17.935.878
Aplicações no Mercado Aberto	65.766.340	27.344.519	15.055.356
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.007.830	1.241.815	1.655.705
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.779.369	7.828.888	1.224.817
Total	90.465.192	50.767.409	34.297.636

	31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Disponibilidades	10.109.122	14.420.204	16.386.974
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	80.098.579	35.517.867	17.263.365

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Aplicações no Mercado Aberto	65.766.340	27.344.519	15.055.356
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	552.870	344.460	983.192
Aplicações em Moedas Estrangeiras	13.779.369	7.828.888	1.224.817
Total	90.207.701	49.938.071	33.650.339

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				Banco	
				31/12/2023	31/12/2022
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	91.456.976	-	-	91.456.976	57.000.534
Posição Bancada	11.381.408	-	-	11.381.408	2.758.972
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.162.832	-	-	4.162.832	149.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.443.780	-	-	6.443.780	720.569
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	774.796	-	-	774.796	1.889.322
Posição Financiada	62.025.096	-	-	62.025.096	32.092.796
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.784.154	-	-	20.784.154	2.372.461
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.558.586	-	-	31.558.586	7.796.629
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.682.356	-	-	9.682.356	21.923.706
Posição Vendida	18.050.472	-	-	18.050.472	22.148.766
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.429.226	-	-	5.429.226	9.646.253
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.621.246	-	-	12.621.246	12.502.513
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.973.147	43.483.737	18.555.664	66.012.548	47.832.363
Aplicações em Moeda Estrangeira	13.779.369	-	-	13.779.369	7.828.888
Total	109.209.492	43.483.737	18.555.664	171.248.893	112.661.785

				Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	91.886.844	-	-	91.886.844	57.043.732
Posição Bancada	11.381.409	-	-	11.381.409	2.802.170
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.162.832	-	-	4.162.832	161.981
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.443.780	-	-	6.443.780	750.867
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	774.797	-	-	774.797	1.889.322
Posição Financiada	62.454.963	-	-	62.454.963	32.092.796
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.784.306	-	-	20.784.306	2.372.461
Notas do Tesouro Nacional - NTN	31.988.301	-	-	31.988.301	7.796.629
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.682.356	-	-	9.682.356	21.923.706
Posição Vendida	18.050.472	-	-	18.050.472	22.148.766
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.429.226	-	-	5.429.226	9.646.253
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.621.246	-	-	12.621.246	12.502.513
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	897.441	3.846.844	3.450.387	8.194.672	4.804.631
Aplicações em Moeda Estrangeira	13.779.369	-	-	13.779.369	7.828.888
Total	106.563.654	3.846.844	3.450.387	113.860.885	69.677.251

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
	31/12/2023					31/12/2023				
	31/12/2022					31/12/2022				
	Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	76.648.014	825.952	-	77.473.966	56.264.419	87.210.244	1.558.265	-	88.768.509	66.387.345
Títulos Públicos	65.592.654	487.571	-	66.080.225	52.074.746	73.329.765	1.333.823	-	74.663.588	60.605.553
Títulos Privados	11.055.360	338.381	-	11.393.741	4.189.673	13.880.479	224.442	-	14.104.921	5.781.792
Títulos Disponíveis para Venda	119.563.435	46.962	975.207	120.585.604	103.887.821	130.780.975	46.962	486.780	131.314.717	114.101.540
Títulos Públicos	56.247.158	-	(170.178)	56.076.980	52.151.074	66.260.593	-	(679.730)	65.580.863	61.252.804
Títulos Privados	63.316.277	46.962	1.145.385	64.508.624	51.736.747	64.520.382	46.962	1.166.510	65.733.854	52.848.736
Títulos Mantidos até o Vencimento	28.915.610	-	-	28.915.610	25.754.717	28.915.610	-	-	28.915.610	25.754.717
Títulos Públicos	28.915.610	-	-	28.915.610	25.613.581	28.915.610	-	-	28.915.610	25.613.581
Títulos Privados	-	-	-	-	141.136	-	-	-	-	141.136
Total de Títulos e Valores Mobiliários	225.127.059	872.914	975.207	226.975.180	185.906.957	246.906.829	1.605.227	486.780	248.998.836	206.243.602

II) Títulos para Negociação

					Banco						
					31/12/2023	31/12/2022	Abertura por Vencimento				31/12/2023
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	
Títulos Públicos	65.592.654	487.571	66.080.225	52.074.746	-	9.785.754	4.756.039	13.482.353	38.056.079	66.080.225	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.884.528	(414)	3.884.114	1.951.691	-	695.100	386.336	1.762.123	1.040.555	3.884.114	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	45.125.203	393.616	45.518.819	38.154.181	-	28.680	3.227.952	6.539.599	35.722.588	45.518.819	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.905.503	93.444	15.998.947	11.909.355	-	8.719.799	809.522	5.177.722	1.291.904	15.998.947	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	10.861	91	10.952	19.304	-	3.445	3.922	2.909	676	10.952	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	290	69	359	410	-	3	-	-	356	359	
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	666.269	765	667.034	39.805	-	338.727	328.307	-	-	667.034	
Títulos Privados	11.055.360	338.381	11.393.741	4.189.673	1.460.939	158.955	15.436	28.410	9.730.001	11.393.741	
Ações	666.061	150.239	816.300	25.582	816.300	-	-	-	-	816.300	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	897.944	(3.093)	894.851	910.411	-	-	15.364	10.207	869.280	894.851	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	426.689	(4.497)	422.192	891.315	-	-	-	15.192	407.000	422.192	
Cotas de Fundos de Investimento	598.489	46.150	644.639	679.959	644.639	-	-	-	-	644.639	
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	158.141	-	158.141	202.289	-	158.141	-	-	-	158.141	
Debêntures	8.308.036	149.582	8.457.618	1.480.117	-	814	72	3.011	8.453.721	8.457.618	
Total	76.648.014	825.952	77.473.966	56.264.419	1.460.939	9.944.709	4.771.475	13.510.763	47.786.080	77.473.966	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

					Consolidado					
					Abertura por Vencimento		31/12/2023			
							31/12/2022			
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	73.329.765	1.333.823	74.663.588	60.605.553	-	10.044.091	5.615.284	14.877.734	44.126.479	74.663.588
Letras do Tesouro Nacional - LTN	16.146.183	119.624	16.265.807	12.076.268	-	8.719.798	809.522	5.444.583	1.291.904	16.265.807
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.374.471	875.230	10.249.701	8.254.073	-	953.437	1.245.581	2.890.643	5.160.040	10.249.701
Notas do Tesouro Nacional - NTN	47.131.690	338.044	47.469.734	40.215.693	-	28.680	3.227.952	6.539.599	37.673.503	47.469.734
Títulos da Dívida Agrária - TDA	10.861	91	10.952	19.304	-	3.446	3.921	2.909	676	10.952
Títulos da Dívida Externa Brasileira	290	69	359	410	-	3	-	-	356	359
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	666.270	765	667.035	39.805	-	338.727	328.308	-	-	667.035
Títulos Privados	13.880.479	224.442	14.104.921	5.781.792	2.841.340	159.772	15.437	242.777	10.845.595	14.104.921
Ações	1.763.016	150.239	1.913.255	1.437.248	1.913.255	-	-	-	-	1.913.255
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	838	-	838	4	-	818	-	-	20	838
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	897.944	(3.093)	894.851	910.411	-	-	15.364	10.207	869.280	894.851
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	426.689	(4.497)	422.192	891.315	-	-	-	15.192	407.000	422.192
Cotas de Fundos de Investimento	926.423	46.150	972.573	860.408	928.085	-	-	-	44.488	972.573
Debentures	9.707.428	35.643	9.743.071	1.480.117	-	813	73	217.378	9.524.807	9.743.071
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	158.141	-	158.141	202.289	-	158.141	-	-	-	158.141
Total	87.210.244	1.558.265	88.768.509	66.387.345	2.841.340	10.203.863	5.630.721	15.120.511	54.972.074	88.768.509

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

III) Títulos Disponíveis para Venda

31/12/2023 31/12/2022Abertura por Vencimento											Banco 31/12/2023
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Patrimônio Resultado	Valor Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	56.247.158	-	(170.178)	56.076.980	52.151.074	-	7.334.958	2.128.034	16.454.821	30.159.167	56.076.980
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	26.065.199	-	58.587	26.123.786	29.476.264	-	759.142	544.972	14.691.158	10.128.514	26.123.786
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.288.671	-	181.276	10.469.947	7.051.350	-	-	-	-	10.469.947	10.469.947
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.353.986	-	(406.680)	11.947.306	11.135.351	-	-	1.583.062	1.497.357	8.866.887	11.947.306
Títulos da Dívida Externa Brasileira	960.125	-	-	960.125	1.033.051	-	-	-	266.306	693.819	960.125
Títulos da Dívida Externa Espanhola	2.812.942	-	(2.990)	2.809.952	1.093.056	-	2.809.952	-	-	-	2.809.952
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	3.766.224	-	(360)	3.765.864	2.362.002	-	3.765.864	-	-	-	3.765.864
Títulos Privados	63.316.277	46.962	1.145.385	64.508.624	51.736.747	1.317.926	3.151.598	11.503.421	22.324.774	26.210.905	64.508.624
Ações	6	-	-	6	47	6	-	-	-	-	6
Cédula de Produto Rural - CPR	24.835.599	-	(170.991)	24.664.608	16.987.797	-	2.590.892	9.249.914	8.345.400	4.478.402	24.664.608
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	132.269	-	(558)	131.711	206.595	-	-	45.403	15.758	70.550	131.711
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.111	-	(349)	1.762	1.678	-	-	-	-	1.762	1.762
Cotas de Fundos de Investimento	1.317.920	-	-	1.317.920	1.625.851	1.317.920	-	-	-	-	1.317.920
Debêntures	31.084.706	46.962	1.183.174	32.314.842	27.082.661	-	547.564	1.295.660	10.333.516	20.138.102	32.314.842
Eurobonds	3.118.408	-	147.346	3.265.754	3.325.037	-	-	-	3.087.844	177.910	3.265.754
Nota Comercial	2.246.066	-	(8.391)	2.237.675	299.779	-	-	596.305	437.191	1.204.179	2.237.675
Notas Promissórias - NP	579.192	-	(4.846)	574.346	2.207.302	-	13.142	316.139	105.065	140.000	574.346
Total	119.563.435	46.962	975.207	120.585.604	103.887.821	1.317.926	10.486.556	13.631.455	38.779.595	56.370.072	120.585.604

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	31/12/2023					31/12/2022		Abertura por Vencimento					Consolidado 31/12/2023
	Valor do		Ajuste ao Valor de Mercado		Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	
	Custo	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido									
Títulos Disponíveis para Venda													
Títulos Públicos	66.260.593	-	(679.730)	65.580.863	61.252.804	-	8.308.632	3.716.922	18.352.857	35.202.452	65.580.863		
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.121.465	-	57.789	32.179.254	34.371.042	-	1.129.096	1.943.623	16.253.784	12.852.751	32.179.254		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.083.088	-	180.814	11.263.902	8.647.920	-	603.718	190.237	-	10.469.947	11.263.902		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.516.736	-	(914.972)	14.601.764	13.745.733	-	-	1.583.062	1.832.767	11.185.935	14.601.764		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	960.125	-	-	960.125	1.033.051	-	-	-	266.306	693.819	960.125		
Títulos da Dívida Externa Espanhola	2.812.942	-	(2.990)	2.809.952	1.093.056	-	2.809.952	-	-	-	2.809.952		
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	3.766.226	-	(360)	3.765.866	2.362.002	-	3.765.866	-	-	-	3.765.866		
Títulos Privados	64.520.382	46.962	1.166.510	65.733.854	52.848.736	911.702	3.151.817	11.503.419	22.324.774	27.842.142	65.733.854		
Ações	6	-	-	6	47	6	-	-	-	-	6		
Cédula de Produto Rural - CPR	24.835.599	-	(170.991)	24.664.608	16.987.797	-	2.590.892	9.249.914	8.345.400	4.478.402	24.664.608		
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	194.763	-	(558)	194.205	206.595	-	-	45.402	15.759	133.044	194.205		
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.111	-	(349)	1.762	1.678	-	-	-	-	1.762	1.762		
Cotas de Fundos de Investimento	1.236.786	-	1.797	1.238.583	1.223.499	911.696	-	-	-	326.887	1.238.583		
Debêntures	32.033.216	46.962	1.202.502	33.282.680	28.593.266	-	547.564	1.295.660	10.333.515	21.105.941	33.282.680		
Eurobonds	3.118.408	-	147.346	3.265.754	3.325.037	-	-	-	3.087.844	177.910	3.265.754		
Nota Comercial	2.520.082	-	(8.391)	2.511.691	299.779	-	-	596.304	437.191	1.478.196	2.511.691		
Notas Promissórias - NP	579.192	-	(4.846)	574.346	2.207.302	-	13.142	316.139	105.065	140.000	574.346		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	3.736	-	-	-	-	-	-		
Certificado de Operações Estruturadas - COE	219	-	-	219	-	-	219	-	-	-	219		
Total	130.780.975	46.962	486.780	131.314.717	114.101.540	911.702	11.460.449	15.220.341	40.677.631	63.044.594	131.314.717		

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abertura por Vencimento							Banco 31/12/2023
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	31/12/2023	31/12/2022					
Títulos Públicos	28.915.610	25.613.581	11.108.077	11.555.436	5.074.677	1.177.420	28.915.610
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.108.077	9.834.070	11.108.077	-	-	-	11.108.077
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.274.359	4.641.025	-	4.081.542	-	192.817	4.274.359
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.402	7.016	-	-	13.402	-	13.402
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.548.055	2.597.257	-	2.548.055	-	-	2.548.055
Títulos da Dívida Externa Espanhola	4.925.839	-	-	4.925.839	-	-	4.925.839
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.045.878	8.534.213	-	-	5.061.275	984.603	6.045.878
Títulos Privados	-	141.136	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	141.136	-	-	-	-	-
Total	28.915.610	25.754.717	11.108.077	11.555.436	5.074.677	1.177.420	28.915.610

Abertura por Vencimento							Consolidado 31/12/2023
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	31/12/2023	31/12/2022					
Títulos Públicos	28.915.610	25.613.581	11.108.077	11.555.436	5.074.677	1.177.420	28.915.610
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.108.077	9.834.070	11.108.077	-	-	-	11.108.077
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.274.359	4.641.025	-	4.081.542	-	192.817	4.274.359
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.402	7.016	-	-	13.402	-	13.402
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.548.055	2.597.257	-	2.548.055	-	-	2.548.055
Títulos da Dívida Espanhola	4.925.839	-	-	4.925.839	-	-	4.925.839
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.045.878	8.534.213	-	-	5.061.275	984.603	6.045.878
Títulos Privados	-	141.136	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	141.136	-	-	-	-	-
Total	28.915.610	25.754.717	11.108.077	11.555.436	5.074.677	1.177.420	28.915.610

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 28.852.011 - (31/12/2022 - R\$ 25.555.686).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação de títulos e valores mobiliários, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento. Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças externas ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/22 e com objetivo de adequar as novas condições de melhor gestão de risco de juros uma vez que se avalia que o Banco possui a capacidade econômico-financeira para manter em balanço os títulos públicos pré-fixados LTNs, que até então eram utilizados para a proteção do risco de juros dos instrumentos financeiros relativos à cobertura da variação cambial do investimento no exterior.

Dessa forma, foram reclassificados, em 31 de setembro de 2022, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024, no montante de R\$11 bilhões sem impacto em resultado. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, na data da reclassificação foi de R\$1.057 milhões e está sendo amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2 milhões e será amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

Atendendo ao disposto Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	22.198.039	14.465.969	26.318.891	12.936.884
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.231.690	12.284.090	9.148.480	7.045.307
Resultado de Títulos de Renda Variável	203.509	24.051	416.030	(115.471)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	154.040	195.393
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(378.242)	(286.866)	(611.996)	(282.299)
Outras (3)	359.155	548.812	(1.217.217)	3.016.316
Total	35.614.151	27.036.056	34.208.228	22.796.130

- (1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 3.220.752 (2022 - receita de R\$ 4.483.793).
- (2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
- (3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 267.715 - no Banco e no Consolidado (2022 - despesa de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 174.661 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2023		Banco 31/12/2022		31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	16.527.382	17.206.706	17.768.111	17.578.445	12.458.472	13.300.550	12.675.000	11.869.067
Opções	2.190.977	2.546.777	1.509.352	1.913.527	2.635.506	2.685.361	1.419.279	1.900.543
Contratos a Termo e Outros	13.301.372	10.297.701	7.339.187	6.405.798	12.972.711	9.620.890	7.021.301	6.088.810
Total	32.019.731	30.051.184	26.616.650	25.897.770	28.066.689	25.606.801	21.115.580	19.858.420
Circulante	16.617.360	15.408.704	8.945.613	9.962.502	15.200.238	14.245.152	7.578.711	8.789.451
Não Circulante	15.402.371	14.642.480	17.671.037	15.935.268	12.866.451	11.361.649	13.536.869	11.068.969

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/12/2023			Banco 31/12/2022		
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	1.080.128.583	(3.890.121)	(679.324)	790.052.522	(3.785.377)	189.666
Ativo	535.994.426	12.548.437	16.527.382	403.668.537	11.858.268	17.768.111
Juros	269.304.440	6.413.961	8.380.605	282.495.662	10.420.813	9.598.249
Moeda Estrangeira	262.428.400	5.823.911	7.780.989	117.040.455	1.292.203	4.764.609
Outros	4.261.586	310.565	365.788	4.132.420	145.252	3.405.253
Passivo	544.134.157	(16.438.558)	(17.206.706)	386.383.985	(15.643.645)	(17.578.445)
Juros	317.621.531	(9.753.936)	(10.237.656)	291.014.309	(12.835.875)	(10.153.178)
Moeda Estrangeira	221.967.981	(6.395.252)	(6.592.200)	91.303.383	(2.804.302)	(7.417.302)
Outros	4.544.645	(289.369)	(376.850)	4.066.293	(3.468)	(7.965)
Opções	859.964.525	(1.157.451)	(355.801)	1.076.620.925	(877.100)	(404.175)
Compromissos de Compra	420.089.091	2.447.416	2.190.977	531.340.968	2.243.354	1.509.352
Opções de Compra Moeda Estrangeira	8.705.243	692.136	432.845	10.629.479	440.097	214.722
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.326.447	408.144	489.785	4.474.015	122.896	124.163
Opções de Compra Outras	89.142.771	661.536	739.628	23.359.128	674.574	666.283
Mercado Interfinanceiro	3.729.452	217.219	265.824	21.269.115	608.913	644.503
Outras (2)	85.413.319	444.318	473.804	2.090.013	65.661	21.780
Opções de Venda Outras	316.914.629	685.600	528.719	492.878.346	1.005.787	504.184
Mercado Interfinanceiro	543.157	46.852	30.439	492.656.916	980.433	481.959
Outras (2)	316.371.471	638.748	498.280	221.430	25.354	22.225
Compromissos de Venda	439.875.434	(3.604.867)	(2.546.777)	545.279.957	(3.120.454)	(1.913.527)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	3.453.152	(288.349)	(466.324)	6.763.742	(292.212)	(163.446)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.951.310	(527.978)	(431.952)	8.885.700	(409.758)	(508.505)
Opções de Compra Outras	113.106.162	(2.029.924)	(901.373)	33.887.081	(1.590.130)	(829.386)
Mercado Interfinanceiro	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)	24.424.072	(575.451)	(357.588)
Outras (2)	95.810.882	(550.201)	(191.252)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)
Opções de Venda Outras	317.364.811	(758.616)	(747.128)	495.743.434	(828.354)	(412.190)
Mercado Interfinanceiro	370.221	(24.912)	(23.004)	495.564.542	(804.467)	(392.287)
Outras (2)	316.994.590	(733.703)	(724.124)	178.892	(23.887)	(19.903)
Contratos de Futuros	325.170.914	-	-	224.273.874	-	-
Posição Comprada	164.682.752	-	-	200.395.819	-	-
Cupom Cambial (DDI)	41.331.942	-	-	77.727.137	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	48.254.715	-	-	94.674.369	-	-
Moeda Estrangeira	68.838.058	-	-	27.444.003	-	-
Índice (3)	5.269.712	-	-	412.275	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	138.035	-	-
Posição Vendida	160.488.162	-	-	23.878.055	-	-
Cupom Cambial (DDI)	41.331.942	-	-	17.259.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	48.339.061	-	-	3.396.252	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Moeda Estrangeira	64.559.123	-	-	1.327.928	-	-
Índice (3)	5.269.712	-	-	1.764.015	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	129.924	-	-
Contratos a Termo e Outros	367.004.069	3.312.025	3.003.671	142.207.037	1.394.796	933.389
Compromissos de Compra	185.200.220	18.046.953	13.301.372	88.742.561	2.292.188	7.339.187
Moedas	138.731.942	17.047.097	4.936.483	72.789.786	1.938.956	7.058.547
Outros	46.468.278	999.855	8.364.889	15.952.775	353.232	280.640
Compromissos de Venda	181.803.849	(14.734.928)	(10.297.701)	53.464.476	(897.392)	(6.405.798)
Moedas	135.183.330	(13.498.486)	(2.119.840)	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)
Outros	46.620.519	(1.236.442)	(8.177.861)	1.343.396	(49.967)	(58.159)

	31/12/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	821.847.698	(2.046.625)	(842.078)	799.572.132	(3.785.377)	805.933
Ativo	407.775.731	9.193.215	12.458.472	408.428.342	11.858.268	12.675.000
Juros	193.567.208	5.054.833	6.481.014	282.495.662	10.420.813	9.046.380
Moeda Estrangeira	212.970.458	4.136.463	5.977.193	117.040.455	1.292.203	4.764.609
Outros	1.238.065	1.919	265	8.892.225	145.252	(1.135.989)
Passivo	414.071.967	(11.239.840)	(13.300.550)	391.143.790	(15.643.645)	(11.869.067)
Juros	267.400.407	(9.117.639)	(9.754.177)	291.014.309	(12.835.875)	(8.967.888)
Moeda Estrangeira	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)	91.303.383	(2.804.302)	(3.998.998)
Outros	2.882.857	(214.713)	(213.522)	8.826.098	(3.468)	1.097.819
Opções	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)	1.114.888.547	(877.100)	(481.264)
Compromissos de Compra	419.095.675	2.252.815	2.635.506	564.623.093	2.243.354	1.419.279
Opções de Compra Moeda Estrangeira	7.711.827	497.534	426.074	10.629.479	440.097	214.722
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.326.447	408.144	489.785	4.474.015	122.896	124.163
Opções de Compra Outras	89.142.771	661.536	1.183.084	58.762.219	674.574	577.487
Mercado Interfinanceiro	3.729.452	217.219	265.824	56.672.206	608.913	555.707
Outras (2)	85.413.319	444.318	917.261	2.090.013	65.661	21.780
Opções de Venda Outras	316.914.629	685.600	536.563	490.757.380	1.005.787	502.907
Mercado Interfinanceiro	543.157	46.852	30.439	490.535.950	980.433	480.682
Outras (2)	316.371.471	638.748	506.124	221.430	25.354	22.225
Compromissos de Venda	438.566.535	(3.365.688)	(2.685.361)	550.265.454	(3.120.454)	(1.900.543)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	3.453.152	(288.349)	(466.324)	6.763.742	(292.212)	(165.919)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.642.411	(288.799)	(431.952)	8.885.700	(409.758)	(508.584)
Opções de Compra Outras	113.106.162	(2.029.924)	(999.258)	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)
Mercado Interfinanceiro	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)	33.377.728	(575.451)	(349.710)
Outras (2)	95.810.882	(550.201)	(289.137)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)
Opções de Venda Outras	317.364.811	(758.616)	(787.826)	491.775.275	(828.354)	(404.532)
Mercado Interfinanceiro	370.221	(24.912)	(23.004)	491.596.383	(804.467)	(384.629)
Outras (2)	316.994.590	(733.703)	(764.822)	178.892	(23.887)	(19.903)
Contratos de Futuros	325.170.914	-	-	224.309.295	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Posição Comprada	164.682.752	-	-	200.465.938	-	-
Cupom Cambial (DDI)	41.331.942	-	-	77.727.137	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	48.254.715	-	-	94.674.369	-	-
Moeda Estrangeira	68.838.058	-	-	27.444.003	-	-
Índice (3)	5.269.712	-	-	482.394	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	138.035	-	-
Posição Vendida	160.488.162	-	-	23.843.357	-	-
Cupom Cambial (DDI)	41.331.942	-	-	17.259.936	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	48.339.061	-	-	3.337.596	-	-
Moeda Estrangeira	64.559.123	-	-	1.327.928	-	-
Índice (3)	5.269.712	-	-	1.787.973	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	129.924	-	-
Contratos a Termo e Outros	330.970.103	3.288.881	3.351.821	142.207.037	1.394.796	932.491
Compromissos de Compra	167.171.665	17.249.113	12.972.711	88.742.561	2.292.188	7.021.301
Moedas	134.610.617	17.042.331	4.932.719	72.789.786	1.938.956	7.058.547
Outros	32.561.048	206.782	8.039.993	15.952.775	353.232	(37.246)
Compromissos de Venda	163.798.438	(13.960.232)	(9.620.890)	53.464.476	(897.392)	(6.088.810)
Moedas	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)
Outros	33.019.150	(749.229)	(7.854.700)	1.343.396	(49.967)	258.829

- (1) Valor nominal dos contratos atualizados.
- (2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
- (3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

						Banco				
						Valor Referencial				
						Abertura por Vencimento			Mercado de Negociação	
						31/12/2023			31/12/2023	
						Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Bolsas (2)	Balcão (3)
			Instituições Financeiras (1)	Total	Total					
	Clientes	Partes Relacionadas								
Swap	186.363.529	224.140.567	669.624.487	1.080.128.583	403.668.537	165.502.596	208.119.325	706.506.662	118.243.322	961.885.261
Opções	37.900.600	2.114.539	819.949.386	859.964.525	1.076.620.925	695.558.723	110.627.263	53.778.539	782.343.569	77.620.956
Contratos de Futuros	9.280.964	-	315.889.950	325.170.914	224.273.874	168.364.770	70.492.546	86.313.598	325.170.914	-
Contratos a Termo e Outros	152.776.820	118.459.171	95.768.078	367.004.069	142.207.037	196.924.536	104.607.193	65.472.340	28.054.582	338.949.487

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de hedge), utiliza-se como instrumento de hedge contratos futuros ou swaps de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

31/12/2023								Banco
								31/12/2022
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Contratos de Swap	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	25.281.294	25.845.754	28.817.259	25.701.246	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454
Hedge de Operações de Crédito	13.303.537	15.256.030	15.593.616	12.759.017	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.203.542	1.006.921	579.793	2.496.722	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	10.774.215	9.582.803	12.643.850	10.445.507	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201
Hedge de Fluxo de Caixa								
Contratos de Swap	12.712.510	10.260.273	13.176.910	548.483	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	12.712.510	10.260.273	13.176.910	548.483	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Contratos de Futuros	23.285.729	19.024.696	24.612.842	18.630.833	36.410.187	33.587.086	34.161.168	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	4.514.260	2.433.675	7.619.634	2.431.537	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.990.858	8.523.016	9.525.807	8.228.328	11.518.806	8.041.167	9.968.597	8.269.437
Hedge de Captações	8.780.611	8.068.005	7.467.401	7.970.968	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158

31/12/2023								Consolidado
								31/12/2022
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Contratos de Swap	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Hedge de Operações de Crédito	290.091	212.897	272.805	288.766	436.812	485.842	461.499	437.702
Contratos de Futuros	25.281.294	25.845.754	28.817.259	25.701.246	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454
Hedge de Operações de Crédito	13.303.537	15.256.030	15.593.616	12.759.017	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.203.542	1.006.921	579.793	2.496.722	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751
Hedge de Captações	10.774.215	9.582.803	12.643.850	10.445.507	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Hedge de Fluxo de Caixa

Contratos de Swap	18.844.064	15.247.141	18.238.421	5.511.433	14.172.916	14.193.938	13.810.782	13.617.194
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	12.712.510	10.260.273	13.176.910	548.483	8.769.442	9.434.133	8.407.308	8.857.389
Hedge de Captações	6.131.554	4.986.868	5.061.511	4.962.950	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805
Contratos de Futuros	23.285.729	19.024.696	24.612.842	18.630.833	36.410.187	33.587.086	34.161.168	33.760.130
Hedge de Operações de Crédito	4.514.260	2.433.675	7.619.634	2.431.537	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	9.990.858	8.523.016	9.525.807	8.228.328	11.518.806	8.041.167	9.968.597	8.269.437
Hedge de Captações	8.780.611	8.068.005	7.467.401	7.970.968	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

Banco					Consolidado				
31/12/2023					31/12/2022				
Estratégias	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Hedge de Risco de Mercado									
Contratos de Swap	-	-	288.766	288.766	437.702	-	-	288.766	288.766
Hedge de Operações de Crédito	-	-	288.766	288.766	437.702	-	-	288.766	288.766
Contratos de Futuros	3.493.589	6.204.415	16.003.242	25.701.246	26.020.454	3.493.589	6.204.415	16.003.242	25.701.246
Hedge de Operações de Crédito	3.152.645	5.573.402	4.032.970	12.759.017	11.451.502	3.152.645	5.573.402	4.032.970	12.759.017
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	36.210	159.285	2.301.227	2.496.722	3.971.751	36.210	159.285	2.301.227	3.971.751
Hedge de Captações	304.734	471.728	9.669.045	10.445.507	10.597.201	304.734	471.728	9.669.045	10.445.507
Hedge de Fluxo de Caixa									
Contratos de Swap	-	-	548.483	548.483	8.857.389	305.700	502.495	4.703.238	5.511.433
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	548.483	548.483	8.857.389	-	-	548.483	548.483
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	305.700	502.495	4.154.755	4.962.950
Contratos de Futuros	-	-	18.630.833	18.630.833	33.760.130	-	-	18.630.833	18.630.833
Hedge de Operações de Crédito	-	-	2.431.537	2.431.537	14.039.535	-	-	2.431.537	2.431.537
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.228.328	8.228.328	8.269.437	-	-	8.228.328	8.228.328
Hedge de Captações	-	-	7.970.968	7.970.968	11.451.158	-	-	7.970.968	7.970.968

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$337 (31/12/2022 - R\$80.847) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$337 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Banco/Consolidado			
	Valor Nominal			
	31/12/2023			
	31/12/2022			
	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito	Risco Retido - <i>Swap</i> de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - <i>Swap</i> de Crédito
<i>Swap</i> de Créditos	3.456.614	10.293.916	3.725.358	7.982.809
Total	3.456.614	10.293.916	3.725.358	7.982.809

	31/12/2023			
	31/12/2022			
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.688.274	13.623.247	20.991.334	18.269.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.061.960	1.694.357	2.122.045	3.291.246
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.301.790	7.900.510	4.988.403	10.904.676
Total	18.052.024	23.218.114	28.101.782	32.465.044

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Operações de Crédito	354.093.609	343.372.638	427.599.259	411.414.378
Empréstimos e Títulos Descontados	222.773.857	219.131.829	225.733.376	222.068.396
Financiamentos	47.197.805	50.362.934	117.743.936	115.468.107
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	22.350.907	15.608.384	22.350.907	15.608.384
Financiamentos Imobiliários	61.771.040	58.269.491	61.771.040	58.269.491
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	3.164.051	2.920.719
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	4.301.307	6.019.522	4.301.307	6.019.522
Outros Créditos	77.812.411	66.001.113	81.794.055	69.398.431
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 9.a.)	1.450.794	366.567	1.810.543	587.156
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas (Nota 8)	157.593	125.214	157.593	125.214
Outros Créditos Diversos (2)	76.204.025	65.509.332	79.825.919	68.686.061
Total	436.207.327	415.393.273	516.858.672	489.753.050

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No ano de 2023, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 7.469.843 - (31/12/2022 - R\$ 9.598.823), sendo R\$ 2.013.809 em Carteira Ativa, gerando um resultado de R\$ 59.386 (31/12/2022 – R\$ 134.280) e R\$ 5.456.034 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes referiam-se a operações, substancialmente, de empréstimos e títulos descontados, não tendo valores deste montante com empresa do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 26.696 - (31/12/2022- R\$ 32.647).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Vencidas	9.605.843	10.010.890	11.070.469	11.365.501
A vencer:				
Até 3 meses	54.140.443	51.112.801	63.866.924	60.419.997
De 3 a 12 meses	80.552.996	80.033.981	106.484.133	103.396.133
Acima de 12 meses	209.794.327	202.214.966	249.341.784	239.153.466
Total	354.093.609	343.372.638	430.763.310	414.335.097

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Vencidas	167.353	379.244	224.963	471.443
A vencer:				
Até 3 meses	58.690.731	44.440.153	59.645.397	45.553.123
De 3 a 12 meses	21.590.633	22.097.675	24.086.401	23.894.467
Acima de 12 meses	1.665.001	5.103.563	2.138.601	5.498.920
Total	82.113.718	72.020.635	86.095.362	75.417.953

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Setor Privado	433.995.618	414.121.149	514.641.345	488.475.415
Indústria	76.652.008	77.064.367	78.454.638	78.393.145
Comércio	55.554.562	49.695.023	62.919.149	55.942.928
Instituições Financeiras	1.989.794	1.964.768	1.726.240	1.490.891
Serviços e Outros (1)	59.014.390	57.357.029	65.197.183	63.848.359
Pessoas Físicas	234.815.709	222.720.502	298.338.615	283.430.347
Cartão de Crédito	50.865.659	47.907.715	50.865.659	47.907.715
Crédito Imobiliário	59.503.137	56.270.817	59.503.137	56.270.817
Crédito Consignado	66.388.826	58.550.295	66.388.826	58.550.295
Financiamento e Leasing de Veículos	620.151	995.712	61.027.223	56.594.455
Outros (2)	57.437.936	58.995.963	60.553.770	64.107.065
Agricultura	5.969.155	5.319.460	8.005.520	5.369.745
Setor Público	2.211.709	1.272.124	2.217.327	1.277.635
Governo Estadual	385.611	91.857	385.611	91.857
Governo Municipal	1.826.098	1.180.267	1.831.716	1.185.778
Total	436.207.327	415.393.273	516.858.672	489.753.050

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

													Banco
													31/12/2022
													Provisão
													Provisão
Nível de Risco	%Provisão Mínima	Carteira de Créditos						Carteira de Créditos					
		Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)
AA	0,0%	185.037.635	-	185.037.635	-	-	-	182.891.334	-	182.891.334	-	-	-
A	0,5%	125.473.009	-	125.473.009	627.365	3	627.368	111.655.015	-	111.655.015	558.275	6	558.281
B	1,0%	36.135.274	3.240.124	39.375.398	393.754	123	393.877	33.944.746	2.713.488	36.658.234	366.582	209	366.791
C	3,0%	32.993.383	2.835.006	35.828.389	1.074.852	1.534	1.076.386	28.690.898	2.437.240	31.128.138	933.844	1.831	935.675
D	10,0%	11.590.372	3.305.289	14.895.661	1.489.566	100.659	1.590.225	13.414.768	3.670.370	17.085.138	1.708.514	104.986	1.813.500
E	30,0%	4.749.941	2.373.124	7.123.065	2.136.920	92.052	2.228.972	7.184.838	3.145.705	10.330.543	3.099.163	119.771	3.218.934
F	50,0%	2.367.035	1.995.167	4.362.202	2.181.101	93.570	2.274.671	2.633.480	2.645.496	5.278.976	2.639.488	862.240	3.501.728
G	70,0%	6.638.832	2.213.364	8.852.196	6.196.537	1.756.763	7.953.300	2.721.163	2.546.902	5.268.065	3.687.645	1.202.336	4.889.981
H	100,0%	4.268.646	10.750.035	15.018.681	15.018.681	-	15.018.681	4.663.505	10.368.118	15.031.623	15.031.623	-	15.031.623
Total	-	409.254.127	26.712.109	435.966.236	29.118.776	2.044.704	31.163.480	387.799.747	27.527.319	415.327.066	28.025.134	2.291.379	30.316.513
Circulante							10.990.008						9.003.810
Não Circulante							20.173.472						21.312.703

													Consolidado	
													31/12/2022	
													Provisão	
													Provisão	
Nível de Risco	% Provisão Mínima	Carteira de Créditos						31/12/2023					Carteira de Créditos	Provisão
		Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Anormal (1)	Total (3)	Requerida		
AA	0,0%	203.142.039	-	203.142.039	-	-	-	200.385.215	-	200.385.215	-	-	-	
A	0,5%	166.591.676	-	166.591.676	832.958	3	832.961	148.370.146	3.081	148.373.227	741.866	6	741.872	
B	1,0%	45.233.297	4.927.564	50.160.861	501.609	123	501.732	41.821.551	4.552.974	46.374.525	463.745	209	463.954	
C	3,0%	35.718.161	4.329.428	40.047.589	1.201.428	1.534	1.202.962	30.787.777	4.154.955	34.942.732	1.048.282	1.831	1.050.113	
D	10,0%	12.283.076	4.149.299	16.432.375	1.643.238	100.659	1.743.897	14.209.145	4.683.498	18.892.643	1.889.264	104.991	1.994.255	
E	30,0%	4.899.901	2.959.053	7.858.954	2.357.686	92.052	2.449.738	7.385.922	3.857.417	11.243.339	3.373.002	119.771	3.492.773	
F	50,0%	3.107.877	2.492.362	5.600.239	2.800.120	93.570	2.893.690	2.920.740	3.244.118	6.164.858	3.082.429	862.240	3.944.669	
G	70,0%	6.706.701	2.595.044	9.301.745	6.511.222	1.756.763	8.267.985	2.807.941	3.015.922	5.823.863	4.076.704	1.202.336	5.279.040	
H	100,0%	4.665.549	12.816.554	17.482.103	17.482.103	-	17.482.103	5.021.018	12.465.423	17.486.441	17.486.441	-	17.486.441	
Total		482.348.277	34.269.304	516.617.581	33.330.364	2.044.704	35.375.068	453.709.455	35.977.388	489.686.843	32.161.733	2.291.384	34.453.117	
Circulante							12.476.411						10.656.597	
Não Circulante							22.898.657						23.796.520	

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 241.091 (31/12/2022- R\$ 66.207), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	31/12/2023		Banco/Consolidado 31/12/2022	
		Ativo	Provisão Requerida	Ativo	Provisão Requerida
AA	0,0%	836	-	5.990	-
A	0,5%	6.695	5	152.344	114
B	1,0%	2.846	4	62.462	94
C	3,0%	4.154	19	91.149	410
D	10,0%	4.508	68	82.236	1.234
E	30,0%	745	34	7.974	359
F	50,0%	776	58	4.398	330
G	70,0%	1.424	150	4.212	442
H	100,0%	18.746	2.930	55.977	8.487
Total		40.730	3.268	466.742	11.470

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	30.316.513	23.373.567	34.453.117	27.131.294
Constituições Líquidas das Reversões	24.684.276	20.819.824	28.317.357	24.805.825
Baixas	(23.837.309)	(13.876.878)	(27.395.406)	(17.484.002)
Saldo Final	31.163.480	30.316.513	35.375.068	34.453.117
Créditos Recuperados	3.143.136	2.382.789	3.804.787	3.010.301

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Renegociados (1)	28.034.135	32.020.885	32.761.140	36.922.114
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(16.032.317)	(16.382.264)	(17.628.394)	(18.050.001)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	57,2%	51,2%	53,8%	48,9%

(1) Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratações de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	9.055.658	1,3%	7.664.790	1,2%
10 Maiores	53.202.978	7,6%	45.301.948	7,1%
20 Maiores	82.601.115	11,8%	67.455.138	10,6%
50 Maiores	134.058.263	19,1%	106.339.412	16,7%
100 Maiores	174.946.657	24,9%	140.646.054	22,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

Carteira de Câmbio

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	24.590.136	59.206.385
Câmbio Comprado a Liquidar	43.427.082	37.956.916
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(516.110)	(428.837)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 7.a)	157.593	125.214
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	571	-
Total	67.659.272	96.859.678
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	40.391.634	70.558.496
Obrigações por Compra de Câmbio	27.663.172	26.956.254
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 7.a)	(4.301.307)	(6.019.522)
Outros	121	129
Total	63.753.620	91.495.357

Contas de Compensação

Créditos Abertos para Importação	1.582.289	1.192.865
Créditos de Exportação Confirmados	193.368	42.803

9. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco	
	31/12/2023	31/12/2022
Carteira de Câmbio (Nota 8)	67.659.272	96.859.678
Negociação e Intermediação de Valores	1.763.642	3.026.543
Relações Interfinanceiras	105.155.562	95.324.074
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.450.794	366.567
Total	176.029.270	195.576.862

Circulante	168.072.525	188.955.414
Não Circulante	7.956.745	6.621.448

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Carteira de Câmbio (Nota 8)	67.659.272	96.859.678
Negociação e Intermediação de Valores	4.743.775	4.740.568
Relações Interfinanceiras	105.454.708	95.643.095
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.810.543	587.156
Total	179.668.298	197.830.497

Circulante	168.832.950	189.292.202
Não Circulante	10.835.348	8.538.295

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	824.002	1.041.678	3.410.828	2.355.283
Caixas de Registro e Liquidação	2.049	825	5.086	155.875
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	109.491	44.359	442.332	208.731
Bolsas - Depósitos em Garantia	473.271	788.772	479.274	794.071
Outros	354.829	1.150.909	406.255	1.226.608
Total	1.763.642	3.026.543	4.743.775	4.740.568
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	294.254	184.518	1.107.953	604.413
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.976	8.891	236.854	456.675
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.273.344	262.299
Caixas de Registro e Liquidação	10.227	-	162.694	10.027
Comissões e Corretagens a Pagar	3.187	3.150	4.554	5.006
Outros	436	-	542	4.338
Total	313.080	196.559	2.785.941	1.342.758

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	41.271.976	36.197.741	46.196.503	41.433.846
Imposto de Renda a Recuperar	-	-		123
Impostos e Contribuições a Compensar	8.026.814	6.950.948	9.427.154	7.814.911
Total	49.298.790	43.148.689	55.623.657	49.248.880
Circulante	3.834.028	1.665.246	4.738.408	2.058.938
Não Circulante	45.464.762	41.483.443	50.885.249	47.189.942

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens					Banco Saldo em 31/12/2023
	31/12/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	55.875.335	41.051.027	18.472.962	10.283.419	(3.612.480)	25.143.901
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2.856.292	3.046.138	1.370.762	517.462	(602.893)	1.285.331
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.108.600	4.071.755	1.815.991	141.770	(1.008.891)	948.870
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.825.567	5.705.662	2.567.549	1.848.115	(1.794.158)	2.621.506
Ágio	102.017	104.996	47.249	-	(1.340)	45.909
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.607.131	4.109.331	970.505	2.091.429	(1.743.292)	1.318.642
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	1.417.322	3.852.868	1.832.327	322.733	(1.481.018)	674.042
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.533.694	807.816	363.516	413.405	(86.760)	690.161
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.205.283	1.371.650	582.579	695.737	(750.405)	527.911
Outras Provisões Temporárias (3)	6.394.122	6.586.452	2.886.278	674.177	(779.325)	2.781.130
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	81.925.363	70.707.695	30.909.718	16.988.247	(11.860.562)	36.037.403
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.710.701	11.991.403	5.288.023	61.919	(122.707)	5.227.235
Contribuição Social - MP 2.158/2001	40.766	-	-	7.338	-	7.338
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	93.676.830	82.699.098	36.197.741	17.057.504	(11.983.269)	41.271.976

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Origens					Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	61.828.383	46.424.164	20.656.715	11.809.104	(4.953.365)	27.512.454
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.082.592	3.269.192	1.459.604	581.916	(667.222)	1.374.298
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.229.723	6.537.257	2.787.152	660.298	(2.450.321)	997.129
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	6.168.408	6.061.942	2.702.131	1.926.004	(1.881.466)	2.746.669
Ágio	102.017	104.996	47.248	-	(1.340)	45.908
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	7.830.843	5.907.702	1.641.599	3.376.910	(2.501.630)	2.516.879
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	2.049.816	4.671.260	2.176.546	396.458	(1.625.075)	947.929
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.543.768	813.783	365.546	414.824	(86.783)	693.587
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.629.466	1.655.350	679.108	820.513	(827.729)	671.892
Outras Provisões Temporárias (3)	7.315.138	7.889.600	3.397.160	879.746	(1.157.230)	3.119.676
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	93.780.154	83.335.246	35.912.809	20.865.773	(16.152.161)	40.626.421
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.906.909	12.193.732	5.521.037	173.266	(131.559)	5.562.744
Contribuição Social - MP 2.158/2001	40.766	-	-	7.338	-	7.338
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	106.727.829	95.528.978	41.433.846	21.046.377	(16.283.720)	46.196.503

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$108.198 (31/12/2022 – R\$100.042) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

						Banco 31/12/2023
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	- Base Negativa	CSLL 18%	Registrados
2024	6.494.093	5.232.495	70.034	160.270	7.338	11.964.230
2025	3.513.904	2.836.770	70.034	-	-	6.420.708
2026	4.489.260	3.617.055	70.034	-	-	8.176.349
2027	3.696.471	2.957.163	70.034	-	-	6.723.668
2028	1.156.748	925.399	-	1.244.236	-	3.326.383
2029 a 2033	465.505	372.404	-	3.822.729	-	4.660.638
Total	19.815.981	15.941.286	280.136	5.227.235	7.338	41.271.976

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

						Consolidado 31/12/2023
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS			
2024	7.363.183	5.712.702	113.386	305.849	7.338	13.502.458
2025	4.123.891	3.157.216	113.386	114.322	-	7.508.815
2026	5.204.164	3.992.142	113.386	30.232	-	9.339.924
2027	4.257.946	3.258.232	111.643	5.307	-	7.633.128
2028	1.256.958	990.357	-	1.251.773	-	3.499.088
2029 a 2033	478.014	379.815	-	3.833.641	-	4.691.470
Até 2034	-	-	-	21.620	-	21.620
Total	22.684.156	17.490.464	451.801	5.562.744	7.338	46.196.503

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$33.321.684 (31/12/2022 - R\$30.133.710) no Banco e R\$37.477.915 (31/12/2022 - R\$34.736.464) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Fiscais Diferidos	2.727.574	3.332.472	4.850.820	4.882.782
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	7.099	276.153	1.752.117	1.400.466
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.200.564	708.051	4.434.042	1.039.278
Total	3.935.237	4.316.676	11.036.979	7.322.526
Circulante	1.207.663	944.975	6.186.158	2.399.755
Não Circulante	2.727.574	3.371.701	4.850.821	4.922.771

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 2.683.288 no banco e coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 19.e e 25)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens					Banco
	31/12/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	3.596.609	5.032.922	2.393.531	5.694.609	(6.382.161)	1.705.979
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.871.948	1.731.899	827.118	570.627	(504.630)	893.115
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.254	21.335	5.334	-	(20)	5.314
Outros	274.113	237.053	106.489	16.677	-	123.166
Total	5.763.924	7.023.209	3.332.472	6.281.913	(6.886.811)	2.727.574

	Origens					Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	7.776.143	7.119.023	3.166.392	7.210.324	(7.122.102)	3.254.614
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.966.265	2.335.569	1.101.585	578.734	(744.732)	935.587
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.877.592	1.610.971	402.743	102.483	(35.828)	469.398
Outros	592.670	503.655	212.062	44.640	(65.481)	191.221
Total	12.212.670	11.569.218	4.882.782	7.936.181	(7.968.143)	4.850.820

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano				Banco
				31/12/2023
	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2024	333.794	266.496	63.572	663.862
2025	333.794	266.495	63.572	663.861
2026	333.794	266.495	63.572	663.861
2027	332.023	266.495	63.572	662.090
2028	6.853	5.464	-	12.317
2029 a 2033	34.264	27.319	-	61.583
Total	1.374.522	1.098.764	254.288	2.727.574

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

				Consolidado 31/12/2023
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2024	838.519	371.244	110.948	1.320.711
2025	820.501	364.755	110.948	1.296.204
2026	601.485	364.755	110.948	1.077.188
2027	587.882	359.336	110.772	1.057.990
2028	17.414	9.149	-	26.563
2029 a 2033	41.796	30.368	-	72.164
Total	2.907.597	1.499.607	443.616	4.850.820

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	Banco 01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.128.868	12.888.608	9.866.735	17.297.797
Participações no Lucro (1)	(1.507.458)	(1.938.115)	(2.098.640)	(2.222.015)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
Resultado antes dos Impostos	2.621.410	10.950.493	7.767.919	15.075.606
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(1.179.635)	(4.927.722)	(3.495.564)	(6.825.273)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	3.740.805	2.689.799	77.853	(6.889)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	932.836	814.609	1.022.142	1.171.504
Juros sobre o Capital Próprio	2.619.000	2.359.306	2.660.040	2.404.610
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	107.773	691.037	121.726	302.404
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	874.860	716.350
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	22.041	(218.997)	87.999	(88.943)
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.242.820	1.408.032	1.349.056	(2.326.237)
Impostos Correntes	(195.291)	(106.875)	(4.195.566)	(3.268.848)
Imposto de renda e contribuição social do período	(195.291)	(106.875)	(4.195.566)	(3.268.848)
Impostos Diferidos	6.498.898	763.439	5.591.989	169.063
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	6.498.898	763.439	5.591.989	169.063
Movimentação do Período:	(60.787)	-	(49.045)	20.545
Base Negativa de Contribuição Social	(56.140)	-	(59.890)	29.297
Prejuízo Fiscal	(4.647)	-	10.845	(8.752)
Constituição no período sobre:	-	751.468	1.678	753.003
Base Negativa de Contribuição Social	-	369.333	1.678	370.039
Prejuízo Fiscal	-	382.135	-	382.964
Total dos impostos diferidos	6.438.111	1.514.907	5.544.622	942.611
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.242.820	1.408.032	1.349.056	(2.326.237)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%

e) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2023	Banco 01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Despesa com Cofins	2.012.512	2.171.376	3.290.018	3.098.441
Despesa com ISS	648.497	621.822	891.115	812.849
Despesa com PIS	327.033	352.849	589.265	546.630
Outras	293.405	390.810	324.423	554.202
Total	3.281.447	3.536.857	5.094.821	5.012.122

Outros Ativos

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)				
Cartões de Crédito	43.318.428	38.799.284	43.318.428	38.799.284
Direitos Creditórios (1)	32.272.330	26.052.723	35.741.687	31.761.056
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	214.077	-	214.077	-
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.656.205	5.416.291	7.503.965	7.284.567
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.735.205	1.643.491	1.834.873	1.760.965
Outros - Cíveis	787.047	723.830	987.175	903.062
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496	496

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Pagamentos a Ressarcir	93.865	133.949	97.478	149.153
Adiantamentos	129.513	87.632	3.293.251	1.909.304
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 27.a.)	272.437	235.377	338.820	292.770
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 7.a)	399.190	525.978	551.727	646.886
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	44.824	29.862	236.869	256.384
Rendas a Receber	3.399.401	2.934.909	3.156.621	2.608.540
Outros Valores e Bens (3)	1.036.387	1.774.655	979.728	1.990.836
Outros (2)(3)	13.845.180	5.435.171	8.669.768	7.382.926
Total	103.204.585	83.793.648	106.924.963	95.746.229

Circulante	91.933.523	69.993.173	92.881.898	79.362.666
Não Circulante	11.271.062	13.800.475	14.043.065	16.383.563

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Inclui, principalmente, saldo de R\$2.839.143 em aberto dos Fundos de Direito Creditórios (FIDC) estes relacionados na nota explicativa Participação de Controladas e Coligadas (nota 13).
- (3) Em 2023, estão incluídos saldos referentes a despesas antecipadas na linda de outros, reclassificados de outros valores e bens para fins de uma melhor apresentação.

Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman(1)			Agência de Luxemburgo(1)		
	01/07 a	01/01 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do Período	1.312.172	1.560.297	1.713.577	700.246	1.727.546	1.027.299

	Agência Grand Cayman(1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	143.819.087	158.796.211	86.266.765	
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	154.465.424	142.019.319	119.862.991	87.111.015
Ativo Permanente	28	30	-	69
Total do Ativo	154.465.452	142.019.349	119.862.991	87.111.084
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	121.105.599	109.871.392	100.565.467	78.976.137
Patrimônio Líquido	33.359.853	32.147.957	19.297.524	8.134.947
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	154.465.452	142.019.349	119.862.991	87.111.084

(1) A moeda funcional é o Real.

Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2023	
	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação do Banco Santander	Participação Acionária
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	33.693	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	62,51%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	2,06%
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	96,57%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Toro Asset Management S.A.					
Mobills Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	3.010	-	0,00%	100,00%

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2023	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação do Banco Santander	Participação Acionária
Investimentos		Ramo de Atividade			
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
Influência Significativa pelo Banco Santander					
CIP S.A.	Outras	9.248	-	17,53%	17,53%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000		0,00%	16,66%
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	0,00%	30,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (5);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (4);
 - Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (5);
 - San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (5);
 - D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (5);
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (5); e
 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (5).
- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
- (5) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Controladas do Banco Santander						
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (1)	-	-	-	-	-	202.266
Aymoré CFI (2)	22.838.738	2.381.501	22.838.738	43.647.927	2.381.501	1.760.954
Banco RCI Brasil S.A.	1.273.561	166.025	508.035	568.985	66.230	84.214
CIP S.A.	2.819.931	611.211	503.922	407.441	109.223	50.606
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	214.216	(49.924)	214.216	264.141	(49.924)	(2.886)
Esfera Fidelidade S.A.	908.089	775.650	908.089	1.332.438	775.650	619.011
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	7.482.700	808.568	7.482.700	6.457.613	808.568	48.546
Sancap	1.223.774	662.702	1.223.774	1.203.326	662.702	630.564
Santander Brasil Consórcio	1.027.901	578.175	1.027.901	1.449.725	578.175	435.745
Santander CCVM	975.595	50.516	975.593	925.557	50.516	124.907
Santander Corretora de Seguros	6.462.279	2.073.045	6.462.279	6.008.296	2.073.046	1.418.050
Santander Leasing	11.445.416	728.033	11.445.416	11.664.349	728.033	568.024
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	230.246	31.793	230.246	196.749	31.793	7.198
Outros	1.131.523	(78.782)	1.298.301	1.169.883	97.387	30.132
Total	58.033.969	8.738.513	55.119.210	75.296.430	8.312.900	5.977.331

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	21.511	(8.488)	3.585	-	(1.415)	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	212.825	11	42.565	42.563	2	496
EBP	1.873	163	208	745	18	43
Gestora de Crédito	363.386	(34.956)	56.507	61.590	(5.436)	(13.365)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.214	707	1.607	1.254	353	(6)
Stellantis Corretora	-	3.850	-	540	1.925	1.021
Santander Auto	73.525	38.382	36.762	30.778	19.191	12.544
TecBan	967.600	12.828	183.650	181.216	2.435	11.540

Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros

Webmotors S.A.	356.517	155.698	106.956	216.662	46.711	52.085
----------------	---------	---------	---------	---------	--------	--------

Influência Significativa pelo Banco Santander

CIP S.A.	2.819.931	611.211	503.922	407.441	109.223	50.607
Total	4.820.382	779.406	935.762	942.789	173.007	114.965

- (1) Cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. vide nota explicativa nº30 h.
- (2) Em 20 de setembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social da Aymoré CFI em 20 bilhões, a operação será efetivada após a homologação do Banco Central do Brasil.

Imobilizado de Uso

	31/12/2023			Banco 31/12/2022		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	2.385.144	(991.889)	1.393.255	2.425.172	(951.895)	1.473.277
Terrenos	613.619	-	613.619	629.138	-	629.138
Edificações	1.771.525	(991.889)	779.636	1.796.034	(951.895)	844.139
Outras Imobilizações de Uso	13.559.747	(9.701.225)	3.858.522	13.604.297	(9.365.299)	4.238.998
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.641.818	(4.080.962)	1.560.856	5.747.634	(3.848.098)	1.899.536
Equipamentos de Processamento de Dados	2.958.597	(1.960.612)	997.985	2.537.400	(1.703.794)	833.606
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.946.673	(2.964.733)	981.940	4.330.347	(3.187.310)	1.143.037
Sistemas de Segurança e Comunicações	945.019	(664.032)	280.987	919.358	(600.926)	318.432
Outras	67.640	(30.886)	36.754	69.558	(25.171)	44.387
Total	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777	16.029.469	(10.317.194)	5.712.275

	01/01 a 31/12/2023			Banco 01/01 a 31/12/2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	16.029.470	(10.317.194)	5.712.276	15.753.940	(9.687.466)	6.066.474
Adições	1.040.101	-	1.040.101	996.110	-	996.110
Depreciação		(1.275.833)	(1.275.833)		(1.241.220)	(1.241.220)
Baixas	(1.131.359)	902.740	(228.619)	(748.712)	607.839	(140.873)
Transferências	6.679	(2.827)	3.852	28.131	3.653	31.784
Saldo no Final do Período	15.944.891	(10.693.114)	5.251.777	16.029.469	(10.317.194)	5.712.275

	31/12/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	2.617.403	(1.049.217)	1.568.186	2.711.940	(1.023.637)	1.688.303
Terrenos	658.187	-	658.187	698.906	-	698.906
Edificações	1.959.216	(1.049.217)	909.999	2.013.034	(1.023.637)	989.397
Outras Imobilizações de Uso	13.956.282	(9.869.620)	4.086.662	13.923.997	(9.497.247)	4.426.750
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.693.158	(4.137.663)	1.555.495	5.824.735	(3.880.750)	1.943.985
Equipamentos de Processamento de Dados	3.117.011	(1.977.807)	1.139.204	2.635.567	(1.718.489)	917.078
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.110.261	(3.055.802)	1.054.459	4.450.016	(3.268.340)	1.181.676
Sistemas de Segurança e Comunicações	949.249	(667.430)	281.819	923.401	(604.374)	319.027
Outras	86.603	(30.918)	55.685	90.278	(25.294)	64.984
Total	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	01/01 a 31/12/2023			Consolidado 01/01 a 31/12/2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053	16.280.482	(9.896.134)	6.384.348
Adições	1.149.074	-	1.149.074	1.177.441	-	1.177.441
Depreciação	-	(1.332.212)	(1.332.212)	-	(1.277.101)	(1.277.101)
Baixas	(1.218.005)	937.086	(280.919)	(793.156)	648.137	(145.019)
Transferências	6.679	(2.827)	3.852	(28.830)	4.214	(24.616)
Saldo no Final do Período	16.573.685	(10.918.837)	5.654.848	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053

Intangível

	31/12/2023		Banco 31/12/2022	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(26.917.442)	303.073	502.785
Outros Ativos Intangíveis	14.016.884	(7.237.002)	6.779.882	5.812.357
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.339.126	(5.234.848)	4.104.278	3.342.563
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.504.378	(1.850.254)	2.654.124	2.428.486
Outros	173.380	(151.900)	21.480	41.308
Total	41.237.399	(34.154.444)	7.082.955	6.315.142

	31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.276.124	(27.388.872)	887.252	1.255.965
Outros Ativos Intangíveis	14.619.846	(7.545.546)	7.074.300	6.036.176
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.941.578	(5.543.392)	4.398.186	3.576.175
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.504.378	(1.850.254)	2.654.124	2.428.487
Outros	173.890	(151.900)	21.990	31.514
Total	42.895.970	(34.934.418)	7.961.552	7.292.141

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve impairment de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logiciais no montante de R\$ 33.756 e R\$ 16.044 (31/12/2022 R\$ 15.037 e R\$ 0) respectivamente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	31/12/2023				Banco 31/12/2022	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	99.449.948	131.713.054	102.679.905	141.692.225	475.535.132	421.913.140
Depósitos à Vista	41.280.250	-	-	-	41.280.250	35.548.256
Depósitos de Poupança	58.111.966	-	-	-	58.111.966	60.204.483
Depósitos Interfinanceiros	-	2.403.495	1.707.865	-	4.111.360	5.800.367
Depósitos a Prazo (1)	57.732	129.309.559	100.972.040	141.692.225	372.031.556	320.360.034
Captações no Mercado Aberto	-	122.620.372	1.561.844	17.757.012	141.939.228	116.968.926
Carteira Própria	-	60.595.274	135.800	612.408	61.343.482	59.542.273
Títulos Públicos	-	39.122.011	-	608.082	39.730.093	42.162.715
Outros	-	21.473.263	135.800	4.326	21.613.389	17.379.558
Carteira de Terceiros	-	62.025.098	-	-	62.025.098	31.905.978
Carteira de Livre Movimentação	-	-	1.426.044	17.144.604	18.570.648	25.520.675
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	20.155.233	48.731.817	98.311.615	167.198.665	147.875.535
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	10.962.225	33.005.266	72.803.436	116.770.927	100.444.732
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.721.463	8.571.820	28.384.540	41.677.823	34.139.165
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.185.163	10.384.597	20.853.044	36.422.804	24.045.320
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.055.599	13.769.325	7.904.134	22.729.058	33.713.048
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	279.524	15.661.718	15.941.242	8.547.199
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	8.539.302	12.742.576	16.975.848	38.257.726	40.599.144
Certificados de Operações Estruturadas	-	653.706	2.983.975	8.532.331	12.170.012	6.831.659
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	31.055.665	41.600.460	16.915.715	89.571.840	81.645.558
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	29.862.450	38.502.142	8.874.570	77.239.162	67.675.096
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	19.242.214	29.662.748	1.585.593	50.490.555	32.639.215
Outras Linhas de Crédito	-	10.620.236	8.839.394	7.288.977	26.748.607	35.035.881
Obrigações por Repasses do País	-	1.193.215	3.098.318	8.041.145	12.332.678	13.970.462
Total	99.449.948	305.544.324	194.574.026	274.676.567	874.244.865	768.403.159
Circulante	99.449.948	305.544.324	194.574.026	-	599.568.298	446.733.535
Não Circulante	-	-	-	274.676.567	274.676.567	321.669.624

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	31/12/2023				Consolidado 31/12/2022	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	99.295.302	131.604.748	102.078.400	142.723.501	475.701.951	420.928.829
Depósitos à Vista	40.967.118	-	-	-	40.967.118	35.336.874
Depósitos de Poupança	58.111.966	-	-	-	58.111.966	60.204.483
Depósitos Interfinanceiros	-	2.038.013	1.122.677	1.103.264	4.263.954	4.575.565
Depósitos a Prazo (1)	57.732	129.566.735	100.955.723	141.620.237	372.200.427	320.703.661
Outros Depósitos	158.486	-	-	-	158.486	108.246
Captações no Mercado Aberto	-	115.858.955	1.561.844	17.372.946	134.793.745	109.760.924
Carteira Própria	-	55.603.030	135.800	228.341	55.967.171	56.321.525
Títulos Públicos	-	34.129.767	-	224.015	34.353.782	38.941.492
Outros	-	21.473.263	135.800	4.326	21.613.389	17.379.558
Carteira de Terceiros	-	60.255.925	-	-	60.255.925	27.918.724
Carteira de Livre Movimentação	-	-	1.426.044	17.144.605	18.570.649	25.520.675
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	17.192.402	41.590.414	90.420.454	149.203.270	127.409.086
Recursos de Aceites Cambiais	-	78.497	345.410	915.181	1.339.088	1.209.682
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	11.332.213	34.293.773	76.456.096	122.082.082	104.859.618
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.721.463	8.571.820	28.384.540	41.677.823	34.139.165
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.185.163	10.384.597	20.853.044	36.422.804	24.045.319
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.425.587	15.057.832	11.556.794	28.040.213	38.127.935
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	-	279.524	15.661.718	15.941.242	8.547.199
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	5.127.986	3.967.256	4.516.846	13.612.088	14.508.126
Certificados de Operações Estruturadas	-	653.706	2.983.975	8.532.331	12.170.012	6.831.660
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	31.119.704	41.600.460	16.915.715	89.635.879	81.721.122
Obrigações por Empréstimos no País	-	64.039	-	-	64.039	75.564
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	29.862.450	38.502.142	8.874.570	77.239.162	67.675.096
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	19.242.214	29.662.748	1.585.593	50.490.555	32.639.215
Outras Linhas de Crédito	-	10.620.236	8.839.394	7.288.977	26.748.607	35.035.881
Obrigações por Repasses do País	-	1.193.215	3.098.318	8.041.145	12.332.678	13.970.462
Total	99.295.302	295.775.809	186.831.118	267.432.616	849.334.845	739.819.961
Circulante	99.295.302	295.775.809	186.831.118	-	581.902.229	446.229.627
Não Circulante	-	-	-	267.432.616	267.432.616	293.590.334

- (1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.
- (2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2023 possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2030.
- (3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2023 possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2033.
- (4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2022 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2030 (31/12/2022 - até o ano de 2023) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,04% a 3,02% a.a. (31/12/2022 - de 1,09% a.a. a 6,45% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

			Banco		Consolidado	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
2018	2025	Até 6,4% + CDI	207.098	221.113	-	-
2019	2027	Até 9% + CDI	1.115.221	1.829.032	-	32.204
2020	2027	Até 9% + CDI	464.379	1.508.500	-	90.068
2021	2031	Até 9% + CDI	7.584.269	17.519.679	3.337.315	6.306.335
2022	2035	Até 9% + CDI	4.950.983	19.520.820	1.918.929	8.079.519
2023	2033	Até 9% + CDI	23.935.776	-	8.355.844	-
Total			38.257.726	40.599.144	13.612.088	14.508.126

c) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Depósitos a Prazo (1) (2)	31.989.743	25.003.223	27.331.083	21.619.497
Depósitos de Poupança	4.295.177	4.513.237	4.295.178	4.513.237
Depósitos Interfinanceiros	670.027	551.284	544.764	428.845
Captação no Mercado Aberto	15.277.516	12.745.181	14.283.764	12.106.850
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	314.936	275.320
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19.254.941	12.488.312	20.034.911	13.020.368
Outras (3)	(1.615.769)	(99.406)	(1.740.691)	51.566
Total	69.871.635	55.201.831	65.063.945	52.015.683

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$713.975 (2022 - R\$863.395), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 17.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$6.460.243 no Banco e no Consolidado (2022 - R\$5.414.167).

(3) Em 31 de dezembro de 2023 refere-se principalmente a despesa de variação cambial no Banco e no Consolidado.

Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	Banco	
	31/12/2023	31/12/2022
Carteira de Câmbio	63.753.620	91.495.357
Negociação e Intermediação de Valores	313.080	196.559
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.537.618
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	146.792	165.518
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.438.024	6.107.598
Total	90.278.483	117.502.650
Circulante	78.170.338	99.934.908
Não Circulante	12.108.145	17.567.742

	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Carteira de Câmbio	63.753.620	91.495.357
Negociação e Intermediação de Valores	2.785.941	1.342.758
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.537.618
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	178.846	200.971
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.438.025	6.107.600
Total	92.783.399	118.684.304
Circulante	78.162.872	99.304.698
Não Circulante	14.620.527	19.379.606

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.116.218	6.591.740
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	-	6.580.937
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.072.124	6.133.677
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	266.647	231.264
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.171.978	-
Total					19.626.967	19.537.618

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 e outubro 2023 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$ 150mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Outros Passivos

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.382.123	4.271.215
Obrigações com Cartões de Crédito	44.790.626	40.274.848	45.143.460	40.544.183
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19.b)	2.326.237	4.141.393	2.521.560	6.722.249
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19.b)	5.734.590	4.257.374	6.188.861	4.594.202
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	550.374	413.438	550.374	413.438
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 27)	2.508.983	1.752.607	2.543.504	1.775.202
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.376	4.995	5.376	4.995
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores	496	496	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.807.154	1.901.611	2.338.857	2.265.757
Despesas Administrativas	260.989	239.761	623.225	516.502
Outros Pagamentos	48.466	66.564	159.725	192.212
Credores por Recursos a Liberar	1.053.873	996.143	1.053.873	996.143
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	591.592	612.844	591.592	612.844
Fornecedores	802.212	588.811	1.304.360	1.000.553

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Sociais e Estatutárias	523.514	850.219	585.339	1.062.494
Obrigações com Operações TVM Exterior	3.510.605	3.775.387	3.510.605	3.775.387
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.696.572	1.949.710
Outras (1)	10.137.251	4.478.017	13.989.486	8.719.931
Total	74.652.338	64.354.508	87.189.388	79.417.513
Circulante	12.525.591	30.260.094	23.902.138	36.571.840
Não Circulante	62.126.747	34.094.414	63.287.250	42.845.673

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidado.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	31/12/2023		Banco/Consolidado	
			31/12/2022	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	5.094.679	100.147	2.156.115	27.835
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	7.020.490	8.909	6.454.815	7.369
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	2.768.318	1.985	1.965.704	1.448
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.688.909	327.298	12.188.938	308.422
Outros Avals	90.386	1.840	93.919	1.774
Outras Fianças Bancárias	31.184.916	60.216	23.192.067	60.752
Outras Garantias Financeiras Prestadas	2.062.860	49.979	267.886	5.837
Total	61.910.558	550.374	46.319.444	413.437

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	413.437	324.728
Constituição	215.953	93.304
Reversão (1)	(79.016)	(4.595)
Saldo	550.374	413.437

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

19. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	Banco 31/12/2022	31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	2.326.237	4.141.393	2.521.560	6.722.249
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	5.734.590	4.257.374	6.188.861	4.594.202
Ações Trabalhistas	3.051.424	1.532.949	3.291.702	1.711.146
Ações Cíveis	2.683.166	2.724.425	2.897.159	2.883.056
Total	8.060.827	8.398.767	8.710.421	11.316.451

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023			Banco 01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.141.393	1.532.949	2.724.425	4.312.234	1.941.169	3.092.507
Constituição Líquida de Reversão (2)	(1.839.160)	2.767.138	622.454	144.787	720.840	298.527
Atualização Monetária	146.335	55.322	232.733	198.085	105.314	306.736
Baixas por Pagamento	(122.331)	(1.303.985)	(896.446)	(513.713)	(1.234.374)	(973.345)
Saldo Final	2.326.237	3.051.424	2.683.166	4.141.393	1.532.949	2.724.425
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.813.686	666.387	305.127	1.473.382	708.426	271.252
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.898	58.462	8	2.904	1.469	203
Total dos Depósitos em Garantia (3)	1.816.584	724.849	305.135	1.476.286	709.895	271.455

	01/01 a 31/12/2023			Consolidado 01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.722.249	1.711.146	2.883.056	6.748.684	2.084.247	3.241.469
Constituição Líquida de Reversão (2)	(4.054.636)	2.908.910	870.947	165.120	802.359	510.104
Atualização Monetária	161.312	60.970	237.399	350.668	108.372	309.743
Baixas por Pagamento	(307.365)	(1.389.324)	(1.094.243)	(542.223)	(1.283.832)	(1.178.260)
Saldo Final	2.521.560	3.291.702	2.897.159	6.722.249	1.711.146	2.883.056
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.111.132	700.987	320.687	2.812.055	751.114	279.236
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.079	58.462	8	4.003	1.469	203
Total dos Depósitos em Garantia (3)	3.115.211	759.449	320.695	2.816.058	752.583	279.439

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais (até 2022), contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSSL.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide nota 26).

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$5.332 milhões e no Consolidado é R\$6.595 milhões.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$1.099.049 (31/12/2022 - R\$1.016.253) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$136.977 no Banco e R\$138.250 no Consolidado (31/12/2022 - R\$130.164 no Banco e R\$133.593 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$365.087 no Banco e R\$379.234 no Consolidado (31/12/2022 - R\$288.660 no Banco e R\$319.020 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa.

Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no estatuto social do Banco. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Agora, cada beneficiário da decisão poderá ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. O risco de perda é provável.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses trazidas pelo Banco, principalmente as prescrições e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (Plano V).

Por fim, devido à divergência de interpretação da Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o estatuto correto de limitações a serem utilizadas nos casos individuais arquivados.

Em 31 de dezembro de 2023 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$34.829 milhões no Consolidado (31/12/2022 - R\$30.065 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de dezembro de 2023, o valor envolvido é de R\$2.154 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$9.165 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$ 4.044 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$5.084 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.637 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.446 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$2.362 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$744 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$550 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$918 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$150 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD – Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. A ação foi julgada desfavoravelmente ao Santander que recorreu. O recurso aguarda julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.692 milhões no Consolidado, tendo como principal processo a ação indenizatória referente à de serviços de custódia prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			Em Milhares de Ações			
			31/12/2023			31/12/2022
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	124.804	150.621	275.425	120.850	146.392	267.242
De Domiciliados no Exterior	3.693.891	3.529.215	7.223.106	3.697.845	3.533.444	7.231.289
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(27.193)	(27.193)	(54.386)	(31.162)	(31.162)	(62.324)
Total em Circulação	3.791.502	3.652.643	7.444.145	3.787.533	3.648.674	7.436.207

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

		31/12/2023					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	6.200.000						

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023.

		31/12/2022					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.
- (6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Santander possuía 348.147.839 ações ordinárias e 375.952.252 ações preferenciais em circulação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

				Banco/Consolidado	
				Em Milhares de	
				Ações	
				31/12/2023	31/12/2022
				Quantidade	Quantidade
				Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período				31.161	15.755
Aquisições de Ações				1.272	20.297
Alienações - Remuneração Baseado em Ações				(5.241)	(4.891)
Ações em Tesouraria no Final do Período				27.192	31.161
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais		R\$	1.105.012	R\$	1.217.545
Custos de Emissão em Milhares de Reais		R\$	1.771	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais		R\$	1.106.783	R\$	1.219.316
Custo/Cotação da Ação				Units	Units
Custo Mínimo (*)		R\$	7,55	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)		R\$	27,62	R\$	27,73
Custo Máximo (*)		R\$	49,55	R\$	49,55
Cotação da Ação		R\$	31,00	R\$	28,19

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
			01/01 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco RCI Brasil S.A.	765.526	857.368	99.796	126.897
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	263.562	218.808	45.233	41.107
Banco PSA	-	130.404	10.457	12.960
Royo Entretenimento S.A.	8.165	7.692	697	528
GIRA	(9.379)	(73)	(6.774)	(3.182)
Toro CTVM	112.008	115.671	(3.212)	2.694
Toro Investimentos	18.764	18.538	360	(148)
Solution 4Fleet	25	1.648	(1.785)	(1.024)
Apê11	2.017	3.263	(1.278)	(478)
Total	1.160.688	1.353.319	143.494	179.354

Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$500.000.000(quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração Fixa	134.433	117.630
Remuneração variável - Em espécie	126.802	117.877
Remuneração variável - Em ações	91.306	87.702
Outras	79.229	61.871
Total Benefícios de Curto Prazo	431.770	385.080
Remuneração variável - Em espécie	99.506	95.398
Remuneração variável - Em ações	96.361	99.827
Total Benefícios de Longo Prazo	195.867	195.225
Total	627.637	580.305

Adicionalmente, em 2023 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$41.603 (31/12/2022 - R\$ 37.635).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações 31/12/2023					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeec B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

						Em Milhares de Ações 31/12/2022
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	25.120.898	25.135.459	93.150.685	69.978.695	22.729	16.288	118.294.312	95.130.442
Disponibilidades	1.406.316	725.598	73.688	180.964	-	-	1.480.004	906.562
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.348.971	6.836.003	57.817.876	43.027.732	-	-	70.166.847	49.863.735
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	885.833	764.635	-	-	885.833	764.635
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.426.944	2.978.168	1.015.902	452.537	-	-	5.442.846	3.430.705
Relações Interfinanceiras	-	-	22.628.266	21.404.794	-	-	22.628.266	21.404.794
Operações de Crédito	-	-	321.728	1.316.239	22.729	16.284	344.457	1.332.523
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	306.212	530.194	-	-	306.212	530.194
Negociação e Intermediação de Valores	391.436	237.394	-	-	-	-	391.436	237.394
Carteira de Câmbio - Ativa	6.184.687	14.253.327	-	-	-	-	6.184.687	14.253.327
Rendas a Receber	-	-	927.017	952.864	-	-	927.017	952.864
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	189.325	82.459	-	-	189.325	82.459
Outros Ativos - Diversos	362.544	104.969	8.984.838	1.266.277	-	4	9.347.382	1.371.250
Passivo	(17.455.795)	(37.992.318)	(41.723.372)	(45.428.700)	(233.974)	(118.449)	(59.413.141)	(83.539.467)
Depósitos	(5.030.951)	(3.063.898)	(2.036.810)	(4.045.388)	(26.451)	(31.040)	(7.094.212)	(7.140.326)
Operações Compromissadas	-	-	(7.369.449)	(7.479.418)	101	301	(7.369.348)	(7.479.117)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	76.365	201.054	76.365	201.054
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(7.104.035)	(31.904.862)	(32.417.116)	-	-	(31.904.862)	(39.521.151)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(195)	(201.359)	(253.831)	(1.347.740)	-	-	(254.026)	(1.549.099)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(6.116.218)	(13.172.677)	-	-	-	-	(6.116.218)	(13.172.677)
Carteira de Câmbio - Passiva	(6.238.279)	(14.428.579)	-	-	-	-	(6.238.279)	(14.428.579)
Outros Passivos - Diversos	(70.152)	(21.770)	(158.420)	(139.038)	(297.339)	(298.121)	(525.911)	(458.929)
Garantias e Limites	-	-	-	-	13.350	9.357	13.350	9.357
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado	1.588.023	2.966.437	(1.090.342)	(4.050.193)	(541.710)	(515.744)	(44.029)	(1.599.500)
Receitas da Intermediação Financeira	2.673.233	4.264.513	6.913.050	562.269	2.860	834	9.589.143	4.827.616
Despesas da Intermediação Financeira	(803.886)	(1.062.993)	(6.333.990)	(4.663.996)	(3.820)	(2.651)	(7.141.696)	(5.729.640)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(281.324)	(235.083)	(1.669.754)	(352.424)	(540.750)	(513.927)	(2.491.828)	(1.101.434)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Resultado não Operacional	-	-	352	403.958	-	-	352	403.958
---------------------------	---	---	-----	---------	---	---	-----	---------

	Consolidado							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	25.120.898	25.135.459	24.225.278	24.106.159	22.729	16.380	49.368.905	49.257.998
Disponibilidades	1.406.316	725.598	73.688	180.964	-	-	1.480.004	906.562
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.348.971	6.836.003	-	-	-	-	12.348.971	6.836.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	497.304	791.288	-	-	497.304	791.288
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.426.944	2.978.168	-	-	-	-	4.426.944	2.978.168
Relações Interfinanceiras	-	-	22.612.800	21.381.455	-	-	22.612.800	21.381.455
Operações de Crédito	-	-	45.427	830.506	22.729	16.376	68.156	846.882
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	20.466	26.210	-	-	20.466	26.210
Negociação e Intermediação de Valores	391.436	237.394	-	-	-	-	391.436	237.394
Carteira de Câmbio - Ativa	6.184.687	14.253.327	-	-	-	-	6.184.687	14.253.327
Rendas a Receber	-	-	945.983	889.699	-	-	945.983	889.699
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	29.535	6.037	-	-	29.535	6.037
Outros Ativos - Diversos	362.544	104.969	75	-	-	4	362.619	104.973
Passivo	(17.455.795)	(37.992.339)	(8.823.516)	(8.202.759)	(233.974)	211.170	(26.513.285)	(45.983.928)
Depósitos	(5.030.951)	(3.063.898)	(1.138.411)	(1.401.719)	(26.451)	(31.040)	(6.195.813)	(4.496.657)
Operações Compromissadas	-	-	(223.966)	(271.303)	101	301	(223.865)	(271.002)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	76.365	201.054	76.365	201.054
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(7.104.035)	(7.259.224)	(6.326.097)	-	-	(7.259.224)	(13.430.132)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(195)	(201.380)	(18.361)	(37.641)	-	-	(18.556)	(239.021)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(6.116.218)	(13.172.677)	-	-	-	-	(6.116.218)	(13.172.677)
Carteira de Câmbio - Passiva	(6.238.279)	(14.428.579)	-	-	-	-	(6.238.279)	(14.428.579)
Outros Passivos - Diversos	(70.152)	(21.770)	(183.554)	(165.999)	(297.339)	31.498	(551.045)	(156.271)
Garantias e Limites	-	-	-	-	13.350	9.357	13.350	9.357
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado	1.588.023	2.966.437	1.445.355	1.715.737	(630.918)	(599.813)	2.402.460	4.082.361
Receitas da Intermediação Financeira	2.673.233	4.264.513	167.407	461.325	3.208	834	2.843.848	4.726.672
Despesas da Intermediação Financeira	(803.886)	(1.062.993)	(261.102)	(366.258)	(3.819)	(2.651)	(1.068.807)	(1.431.902)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(281.324)	(235.083)	1.555.773	1.216.712	(630.307)	(597.996)	644.142	383.633
Resultado não Operacional	-	-	(16.723)	403.958	-	-	(16.723)	403.958

- (1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
- (2) Empresas relacionadas na nota 13.
- (3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2023	Banco 01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Administração de Recursos	461.676	608.234	1.402.547	1.257.323
Serviços de Conta Corrente	4.042.093	3.815.939	4.057.207	3.828.032
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.281.263	1.225.547	2.042.633	1.824.741
Operações de Crédito	540.702	604.461	1.295.149	1.202.521
Rendas de Garantias Prestadas	740.561	621.086	747.484	622.220
Comissões de Seguros	2.349.362	1.969.079	3.750.674	3.605.632
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	5.562.892	5.341.852	5.697.139	5.510.252
Cobrança e Arrecadações	1.286.325	1.387.132	1.307.177	1.406.040
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.390.894	1.159.867	1.691.591	1.480.874
Outras	112.643	139.720	394.474	395.169
Total	16.487.148	15.647.370	20.343.442	19.308.063

Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2023	Banco 01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração	4.117.011	3.719.934	5.338.182	4.476.345
Encargos	1.508.283	1.264.280	2.042.512	1.575.122
Benefícios	1.146.901	1.234.120	1.661.441	1.642.099
Treinamento	45.229	48.180	67.736	62.213
Outras	3	4.274	82.099	108.601
Total	6.817.427	6.270.788	9.191.970	7.864.380

Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	Banco 01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Depreciações e Amortizações	3.085.308	2.853.434	3.334.064	3.057.385
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	4.463.496	3.661.483	3.896.943	3.533.709
Comunicações	298.187	317.963	332.165	348.964
Processamento de Dados	3.134.820	3.194.559	2.665.108	2.879.135
Propaganda, Promoções e Publicidade	628.492	441.683	783.940	614.843
Aluguéis	855.421	882.448	875.268	894.531
Manutenção e Conservação de Bens	297.533	283.211	320.762	311.345
Água, Energia e Gás	170.629	197.253	179.948	205.028
Material	114.399	121.779	120.406	134.771
Outras	1.454.891	1.106.001	1.049.318	969.096
Total	14.503.176	13.059.814	13.557.922	12.948.807

Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	Banco 01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Atualizações monetárias	869.425	932.981	994.017	1.229.669
Comissões	(2.436.825)	(2.155.211)	(3.950.729)	(3.308.048)
Corretagens e Emolumentos	(88.833)	(85.452)	(88.978)	(85.455)
Despesas com Cartão de Crédito	(4.450.195)	(4.248.457)	(3.685.822)	(3.996.219)
Despesas com Cartórios	(9.690)	(8.246)	(288.937)	(254.510)
Despesa com Formalização de Negócios	(158.247)	(149.552)	(158.247)	(149.552)
Despesas Judiciais e Custas	(224.589)	(180.336)	(227.937)	(185.486)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(116.355)	(132.236)	(120.073)	(135.353)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(161.340)	(202.932)	(166.730)	(209.801)
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) (2)	1.373.463	-	1.550.412	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão)	(3.229.756)	(1.164.154)	(3.960.848)	(1.477.583)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	596.549	584.196
Resultado com Cartões	521.561	1.097.342	994.719	1.820.918
Recuperação de Encargos e Despesas	839.431	1.292.713	709.973	1.192.442
Outras (1)	(1.857.372)	666.564	(2.787.824)	17.058
Total	(9.129.322)	(4.336.976)	(10.590.455)	(4.957.724)

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios, variação cambial e outras provisões.

(2) Refere-se aos efeitos das movimentações oriundas das ações do PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 descritas nas notas 19 e 10.

Resultado Não Operacional

	Banco			
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado na alienação de Investimentos (1)	-	-	1.104.645	-
Resultado na Alienação de Valores e Bens	86.130	81.853	87.509	48.731
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	1.518	4.357	18.564	38.171
Despesas com Bens não de Uso	(49.688)	(39.639)	(49.807)	(41.284)
Ganhos (Perdas) de Capital	(1.643)	397.390	9.118	402.615
Outras Receitas (Despesas) (2)	109.507	73.515	111.578	94.881
Total	145.824	517.476	1.281.607	543.114

(1) O Banco Santander, através da sua subsidiária Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("SantanderCorretora"), vendeu parte de sua participação acionária na Webmotors S.A. para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa no Consolidado, conforme detalhado na nota 29.g.

(2) Refere-se basicamente ao resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R\$ 347.447 (líquido de tributos: R\$ 191.096), no Banco e no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Os planos de benefícios definidos e variáveis administrados pela entidade Banesprev são: Plano I, Plano II, Plano III, Plano IV, Plano V, Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75, Plano Sanprev I, Plano Sanprev II, Plano Sanprev III, DCA, DAB e CACIBAN. Todos os planos estão fechados para novas adesões.

• Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 49.739 (2022 - R\$ 54.298) no Banco e R\$ 55.452 (2022 - R\$ 59.641) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 28.389 (2022 - R\$ 21.394) no Banco e R\$ 29.348 (2022 - R\$ 23.566) no Consolidado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2023			31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(24.263.723)	(4.217)	(1.518.674)	(22.268.687)	(4.217)	(1.413.385)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.311.272	3.539	2.345.042	24.657.040	3.535	2.056.633
	47.549	(678)	826.368	2.388.353	(682)	643.248
Sendo:						
Superávit	1.913.863	-	826.368	3.589.592	-	643.248
Déficit	(1.866.314)	(678)	-	(1.201.239)	(682)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.650.318	-	817.476	3.363.293	-	634.170
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	263.545	-	8.892	226.299	-	9.078
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(1.866.314)	(678)	-	(1.201.239)	(682)	-
Contribuições Efetuadas	210.393	-	-	746.407	-	(2)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(106.706)	(71)	694	(148.919)	(71)	589
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.786.700)	125	8.513	(3.055.055)	50	9.392
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.731.233	629	449.963	1.459.959	645	19.769

	31/12/2023			31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)	(22.689.118)	(4.217)	(1.413.385)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.979.781	3.539	2.345.042	25.256.549	3.535	2.056.633
	261.122	(678)	826.368	2.567.431	(682)	643.248
Sendo:						
Superávit	2.161.957	-	826.368	3.791.264	-	643.248
Déficit	(1.900.835)	(678)	-	(1.223.833)	(682)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.832.030	-	817.476	3.507.572	-	634.170
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	329.927	-	8.893	283.692	-	9.078
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	(1.900.835)	(678)	-	(1.223.833)	(682)	-
Contribuições Efetuadas	210.393	-	-	746.407	-	(2)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(109.661)	(71)	694	(153.038)	(71)	589
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.826.567)	125	8.513	(3.094.961)	50	9.392
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.810.325	629	449.963	1.494.535	645	19.769

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(549.324)	114	(32.443)	(648.993)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.518.890)	(222)	(104.974)	1.906.390	308	139.901
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(180.497)	(137)	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.248.711)	(245)	(137.417)	1.257.397	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(432.347)	320	258.734	785.599	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(432.347)	320	258.734	785.599	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.941.430	-	(122.196)	177.712	-	62.348

	31/12/2023			Consolidado 31/12/2022		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(553.348)	114	(32.443)	(696.050)	(528)	(43.982)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.547.556)	(222)	(104.974)	1.947.242	308	139.901
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(177.988)	(137)	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.278.892)	(245)	(137.417)	1.251.192	(220)	95.919
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(386.107)	320	258.734	(805.641)	362	(157.636)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(386.107)	320	258.734	(805.641)	362	(157.636)
Mudança no Superávit Irrecuperável	1.923.889	-	(122.196)	(144.920)	-	62.348

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2023	31/12/2022
Banesprev		
Plano I	9,62	8,87
Plano II	9,74	9,48
Plano III	8,79	8,30
Plano IV	9,69	10,11
Plano V	7,24	7,19
Pré-75	8,22	7,83
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,51/5,13/6,07	5,17/4,79/5,67
Sanprev		
Plano I	6,14	5,78
Plano II	9,49	9,24
Plano III	8,86	8,25
Bandeprev		
Plano Básico	8,01	7,74
Plano Especial I	5,70	5,61
Plano Especial II	5,19	5,16
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,11	5,90

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade. Os planos administrados pela entidade são:

- Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi);
- Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares).

Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o diretor gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2023		Banco 31/12/2022		31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.332.719)	(641.991)	(3.884.981)	(550.687)	(4.488.343)	(641.991)	(4.037.977)	(550.687)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.377.212	-	4.758.029	-	5.570.353	-	4.945.407	-
	1.044.493	(641.991)	873.048	(550.687)	1.082.010	(641.991)	907.430	(550.687)
Sendo:								
Superávit	1.044.494	-	873.048	-	1.082.010	-	907.429	-
Déficit	-	(641.991)	-	(550.687)	-	(641.991)	-	(550.687)
Valor não Reconhecido como Ativo	(1.044.494)	-	(873.048)	-	1.082.010	-	907.429	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	-	(641.991)	-	(550.687)	-	(641.991)	-	(550.687)
Contribuições Efetuadas	170.375	41.074	161.605	36.779	173.335	41.074	164.766	36.779
Receitas (Despesas) Reconhecidas	7.839	(54.738)	4.114	(54.462)	7.929	(54.738)	4.006	(54.462)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.558.705)	(3.068)	(1.377.516)	74.572	(1.534.182)	(3.068)	(1.355.968)	74.572
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	842.964	-	42.339	-	858.727	-	45.779	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	31/12/2023		Banco 31/12/2022		31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(123.136)	(57.334)	(23.045)	12.643	(113.774)	(57.334)	(23.501)	12.643
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(356.116)	(51.150)	492.989	67.328	(368.157)	(51.150)	512.958	67.328
Mudanças em Hipóteses Demográficas	2.173	30.844	-	126	2.994	30.844	-	126
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(477.079)	(77.640)	469.944	80.097	(478.937)	(77.640)	489.457	80.097
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	388.785	-	(390.745)	-	387.599	-	(403.979)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	388.785	-	(390.745)	-	387.599	-	(403.979)	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(89.920)	-	(244.178)	-	(89.852)	-	(254.205)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2023	31/12/2022
Cabesp	12,01	11,83
Bandepe	10,39	9,79
Clínica Grátis	9,32	8,91
Diretores Vitalícios	6,90	6,88
Diretores Saúde	23,81	22,61
Circulares (1)	9,02 e 8,34	8,74 e 7,98
Seguro de Vida	5,28	7,88

(1) A duração 9,02 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2022 – 8,74) e 8,34 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2022 – 7,98).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2023, válidos para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	95,1%	95,1%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	4,7%	4,7%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	31/12/2023		Banco/Consolidado	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,7%	8,7%	9,44% (1) e 9,64%	9,46% (2)e 9,64%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%				
Demais planos: AT2000				
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral		AT2000	AT2000	AT2000

- (1) Banesprev II, V e Pré 75;
(2) Cabesp.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2023		Banco/Consolidado 31/12/2022	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(27.627)	(346.439)	(22.524)	(240.984)
(-)0,5%	24.768	266.243	24.802	265.351
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	-	-		
Aplicada (+) 2 anos	(50.263)	(611.723)	(42.586)	(455.624)
Aplicada (-) 2 anos	48.527	544.105	45.310	484.763
Custo Assistência Médica	-	-		
(+)0,5%	26.968	291.763	29.297	313.438
(-)0,5%	(30.133)	(376.538)	(27.104)	(289.978)

Notas Explicativas

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$ - (3)	R\$ 40.403 (3)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ - (2)	R\$ 4.002.000 (2)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 18.270.000 (1)	R\$ 23.490.000 (1)
		01/2023 a 12/2026	2026	750.000 (1)	(1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ - (4)	R\$ 1.500.000 (4)
		07/2019 a 06/2022	2022	- SANB11 (5)	111.066 SANB11 (5)
		09/2020 a 09/2022	2022	- SANB11 (5)	304.594 SANB11 (5)
		01/2020 a 09/2023	2023	- SANB11 (4)	209.278 SANB11 (4)
		01/2021 a 12/2022	2023	- SANB11 (4)	139.163 SANB11 (4)
		01/2021 a 12/2023	2024	292.537 SANB11	343.863 SANB11
		01/2021 a 12/2024	2024	217.291 SANB11	222.178 SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025	118.363 SANB11	66.323 SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026	15.637 SANB11	- SANB11
		2023	EUR 3,67	80.412 SAN (6)	159.253 SAN (6)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030 02/2024	EUR 2,685	420.394 Op. Ações SAN (6) 117.601 SAN (7)	832.569 Opções ações SAN (6) 124.184 SAN (7)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029 2025	EUR 3,104	350.839 Op. Ações SAN (7) 95.786 SAN (7)	370.477 Opções ações SAN (7) 150.703 SAN (7)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030 2026	EUR 3,088	367.827 Op. Ações SAN (7) 199.680 SAN (7)	578.713 Opções ações SAN (7) 199.680 SAN (7)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		537.637 Op. Ações SAN (7)	537.637 Opções ações SAN (7)
		2023, com limite para exercício das opções até 2032 12/2023	R\$	9.095.000 Ações e opções sobre 106.147 Ações SAM (9)	- -
			R\$	19.020.000 (1)	R\$ 28.992.000 (1)
			R\$	9.095.000 (8)	- (8)
				643.828 SANB11	1.436.867 SANB11
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2023				293.799 SAN (6) (7)	434.140 SAN (6) (7)
				1.139.060 Opções ações SAN (6) (7) 106.147 SAM (9)	1.781.759 Opções ações SAN (6) (7) -

Notas Explicativas

- (1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.
- (2) Target do plano em ações e opções SAN, liquidados em dinheiro com venda dos ativos ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (3) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 30/03/2022, foi realizada a entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022. Em 30/03/2023, o plano foi liquidado com a entrega das 40.159 ações brutas restantes.
- (4) Plano finalizado, pago em Fev/2023.
- (5) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 57.696 ações brutas em 03/2023, calculadas conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (6) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente às ações será paga em espécie em março/2024 (após o lockup) e as opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030.
- (7) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (8) Target do plano em ações e opções PagoNxt, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (9) Target do plano em ações e opções SAM, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021 e 2022. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do Grupo Santander (SAN), com pagamento após um período de diferimento de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Notas Explicativas

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	17.097	25.506
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	6.380	3.706

Notas Explicativas

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	152.254	5.680	157.130	9.557
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	220.592	70.486	224.048	74.805

Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7.e.).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em (taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (*Securities and Exchange Commission*).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta muitas transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e mensageria, softwares e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguras de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, Clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander e das regulamentações Brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental

A fim promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, para concessão de crédito, dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. A diligência para os aspectos sociais, ambientais e climáticos é feita mesmo para os projetos que eventualmente não sejam enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, determinando que as

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência Nível I	81.259,1	75.943,7
Capital Principal	75.042,8	69.229,0
Capital Complementar (Nota 17.b)	6.216,3	6.714,7
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 17.b)	13.644,2	13.109,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	94.903,3	89.053,5
Risco de Crédito (1)	560.780,9	559.230,6
Risco de Mercado (2)	33.002,7	19.332,1
Risco Operacional	60.491,1	60.073,2
Total de RWA (3)	654.274,7	638.635,9
Índice de Basileia Nível I	12,43	11,89
Índice de Basileia Capital Principal	11,48	10,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,51	13,94

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcv).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2023.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(6.243)	(156.303)	(312.606)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(96)	(1.405)	(2.811)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(588)	(32.006)	(64.013)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(4.351)	(49.031)	(98.062)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(516)	(2.981)	(5.963)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.807)	(70.180)	(140.360)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(1.395)	(16.714)	(33.426)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.275)	(56.870)	(113.740)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(258)	(6.462)	(12.924)
Total (1)		(18.529)	(391.952)	(783.905)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(50.119)	(1.524.532)	(3.580.714)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(28.303)	(671.672)	(1.473.630)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(38.250)	(486.854)	(905.297)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.690)	(124.534)	(231.941)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(956)	(15.016)	(30.143)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(31.681)	(503.012)	(1.057.028)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(150)	(3.739)	(7.478)
Total (1)		(155.149)	(3.329.359)	(7.286.231)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Reestruturações Societárias

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição do remanescente de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

b) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e portanto já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

d) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 01 de agosto de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. celebrou, junto a HB Fit Participações Ltda., um contrato para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a ser titular de 65% do capital social da Companhia ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

e) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 24 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto a Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., um contrato de *joint-venture*, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a ser titular de 20% do capital social da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

f) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 07 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto aos acionistas da Toro Participações S.A. ("Toro Participações"), um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. ("Operação").

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Em 03 de janeiro de 2024, com a conclusão da Operação, o Banco Santander passou a deter 100% da participação acionária da Toro Participações e indiretamente 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A.

g) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

h) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas"). A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

Em 21 de março de 2023, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 16,66% da participação acionária da Biomas.

i) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander, em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passou a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passou a ser titular de 15,56% das ações de emissão da GIC.

j) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Em Dia") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617 e a "Em dia" em R\$ 267.027.054, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da "Em Dia".

k) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") adquiriu e subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a deter a totalidade de quotas da sociedade. Tal aumento de capital foi totalmente integralizado no exercício de 2022. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

l) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

m) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento (“Getnet IP”), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. (“Operação”). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

n) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Santander DTVM”, nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Toro CTVM”), e Toro Investimentos S.A. (“Toro Investimentos” e, em conjunto com a Toro CTVM, “Toro”) celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto “Monetus”), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus (“Operação”). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

o) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Santander DTVM”, nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Toro CTVM”), e Toro Investimentos S.A. (“Toro Investimentos” e, em conjunto com a Toro CTVM, “Toro”) celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto “Mobills”), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills (“Operação”). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

Notas ExplicativasRelatório da
AdministraçãoRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Composição da
Administração**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.***Outras Informações**

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 64.277.216 (31/12/2022 - R\$ 49.017.204) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 11.871.919 (31/12/2022 - R\$ 18.934.221) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 291.736.828 (31/12/2022 - R\$275.279.164) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986, (31/12/2022 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2023, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$1.546.050 (31/12/2022 - R\$1.546.050).

d) Entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 1 Ano	582.294	284.945
Entre 1 a 5 Anos	1.132.409	1.044.715
Mais de 5 Anos	734.431	224.536
Total	2.449.134	1.554.196

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 649 (31/12/2022 - R\$700) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2023, foram no valor de R\$ 326.745 (2022 - R\$391.408).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1.

Relatório da
Administração

Relatório dos Auditores
Independentes

Demonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais					2023
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	113.860.885	113.860.885	13.779.369	91.886.844	8.194.673
Títulos e Valores Mobiliários	248.998.836	248.880.165	167.411.689	12.550.106	68.918.370
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.066.689	28.066.689	-	26.848.128	1.218.561
Operações de Crédito	427.599.259	427.516.527	-	-	427.516.527
Total	818.525.669	818.324.266	181.191.058	131.285.078	505.848.131

Em milhares de Reais					2022
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.677.251	69.677.251	7.828.888	57.043.732	4.804.631
Títulos e Valores Mobiliários	206.243.602	206.044.571	138.840.517	14.148.955	53.055.099
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.115.580	21.115.580	-	20.842.648	272.932

Relatório da
Administração
Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Operações de Crédito	411.414.378	407.040.905	-	-	407.040.905
Total	708.450.811	703.878.307	146.669.405	92.035.335	465.173.567

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e seus respectivos valores de mercado em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022:

Em milhares de Reais**2023**

Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	475.701.951	475.680.352	-	-	475.680.352
Captações no Mercado Aberto	134.793.745	134.815.044	-	134.815.044	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.635.879	89.635.879	-	-	89.635.879
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	149.203.270	148.380.735	-	-	148.380.735
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.606.801	25.606.801	-	24.692.540	914.261
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Total	894.568.613	893.745.778	-	159.507.584	734.238.194

Em milhares de Reais**2022**

Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	420.928.829	420.911.528	-	-	420.911.528
Captações no Mercado Aberto	109.760.924	109.736.191	-	109.736.191	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	81.721.122	81.721.121	-	-	81.721.121
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	127.409.086	125.851.388	-	-	125.851.388
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.858.420	19.858.420	-	19.624.658	233.762
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618
Total	779.215.999	777.616.266	-	129.360.849	648.255.417

Relatório da
Administração
Notas ExplicativasRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras**Notas Explicativas**Composição da
Administração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco					
	2023					
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2023	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira	105.552.506	-	105.552.506	89.128.977	-	89.128.977
Despesas da Intermediação Financeira	(92.638.138)	-	(92.638.138)	(71.178.111)	-	(71.178.111)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	12.914.368	-	12.914.368	17.950.866	-	17.950.866
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(8.707.934)	(223.390)	(8.931.324)	(5.352.191)	(227.543)	(5.579.734)
Resultado Operacional	4.206.434	(223.390)	3.983.044	12.598.675	(227.543)	12.371.132
Resultado não Operacional	145.824	-	145.824	116.960	400.516	517.476
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.352.258	(223.390)	4.128.868	12.715.635	172.973	12.888.608
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	6.143.247	99.573	6.242.820	1.384.163	23.869	1.408.032
Participações no Lucro	(1.507.458)	-	(1.507.458)	(1.938.115)	-	(1.938.115)
Lucro Líquido	8.988.047	(123.817)	8.864.230	12.161.683	196.842	12.358.525

	Consolidado					
	2023					
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2023	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira	117.513.391	-	117.513.391	99.768.622	-	99.768.622
Despesas da Intermediação Financeira	(91.009.544)	-	(91.009.544)	(71.653.934)	-	(71.653.934)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	26.503.847	-	26.503.847	28.114.688	-	28.114.688
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(17.559.744)	(358.975)	(17.918.719)	(11.030.431)	(329.574)	(11.360.005)
Resultado Operacional	8.944.103	(358.975)	8.585.128	17.084.257	(329.574)	16.754.683
Resultado não Operacional (b)	176.962	1.104.645	1.281.607	142.598	400.516	543.114
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.121.065	745.670	9.866.735	17.226.855	70.942	17.297.797
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	1.564.049	(214.993)	1.349.056	(2.318.194)	(8.043)	(2.326.237)
Participações no Lucro	(2.098.640)	-	(2.098.640)	(2.222.015)	-	(2.222.015)
Participações dos Acionistas Minoritários	(143.494)	-	(143.494)	(179.354)	-	(179.354)
Lucro Líquido	8.442.980	530.677	8.973.657	12.507.292	62.899	12.570.191

- a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$223.390 e R\$358.975 (31/12/2022 R\$227.543 e R\$329.574) no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$123.817 e R\$198.389 (31/12/2022 – R\$125.149 e R\$181.266).
- b) O Banco Santander, através da sua subsidiária Santander Corretora de Seguros S.A. vendeu parte de sua participação acionária na Webmotors S.A., no valor antes de impostos de R\$1.104.645, antes dos efeitos fiscais (R\$375.579), para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa, conforme detalhado na nota 29.g.

Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2024, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 30 de abril de 2024, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 19 de janeiro de 2024 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de janeiro de 2024 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 08 de fevereiro de 2024. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 03 de janeiro de 2024, com a conclusão da Operação de aquisição, o Banco Santander passou a deter 100% da participação acionária da Toro Participações e indiretamente 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A conforme mencionado na nota 29.f.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios
Financeiros- IFRS

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 19 de fevereiro de 2024.

As referidas Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander e de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes.

b) Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como "normas contábeis IFRS®") e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras Informações**c.1) Adoção de novas normas e interpretações.**

• **IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023, com ajustes retrospectivos nos comparativos. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

O método de mensuração utilizado foi o Building Block Approach (BBA).

A transição foi dividida em duas etapas com metodologias diferentes, dada a disponibilidade de dados oriundos de diversas aquisições:

- Metodologia Fair Value: Carteira produto FBG.
- Metodologia Retrospectiva Total: Carteira Previdência com Risco (cobertura de risco (pecúlio)).

Os impactos da adoção foram:

	31/12/2023
Efeitos no Ativo	15.395
Ativos Fiscais	15.395
Efeitos no Passivo	38.488
Outras Obrigações (a)	38.488
Efeitos em resultados abrangentes	(27.931)
Outros resultados abrangentes	(27.931)
Efeitos no resultado	4.839

(a) O impacto está incluído no saldo apresentado em "Passivos por contratos de seguros" divulgado na nota 24.

Os efeitos da aplicação do IFRS 17 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não são materiais. Para o exercício de 2021, as políticas contábeis para contratos de seguros seguem o IFRS 4.

• **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "Global effective tax rate" ou alíquota efetiva Global. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação e não haverá impacto para o Santander.

• **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

• **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para o Santander.

• **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não haverá impacto para o Santander.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

• **Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** as alterações tem o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras.

• **Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander verificou que não há impactos para as demonstrações financeiras.

• **Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos:** esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e o Santander não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras.

• **Alteração ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis:** Se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

c.3) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.3.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As notas 2.e & 46.c8 apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Estimativa de perdas por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As notas 2.h & 46.b2 apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.w.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.q apresenta informações e eventuais mudanças significativas sobre as provisões e nos ativos e passivos

contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 13.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos de IR e CS incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Para detalhes adicionais ver nota 23.e.

1. Políticas contábeis e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária ocorre quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e Outros Resultados Abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado e cada componente de Outros Resultados Abrangentes são atribuídos aos controladores do Banco e às participações não controladoras mesmo se o efeito for atribuído às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Conglomerado Santander são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Qualquer mudança nas participações do Conglomerado Santander em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros Resultados Abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

ii. Participações em *joint ventures* (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a *joint venture* dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota 11.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com IFRS 3 – "Combinações de Negócios".

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.

- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (nota 13). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A nota explicativa 3 possui as descrições das transações mais significativas ocorridas em 2023, 2022 e 2021.

iv. Fundos de Investimento

Inclui os Fundos de Investimento nos quais o Banco e suas controladas possuem participação substancial ou a totalidade de suas cotas e sobre os quais o Banco e suas controladas estão expostos, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, portanto são consolidadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (notas 3&11).

Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (nota 21).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantido para venda” ou se forem referentes a “Disponibilidades”, “Derivativos utilizados como hedge” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente.

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo em Outros Resultados Abrangentes:** são ativos financeiros que atendam ao critério de SPPI, cujo objetivo seja manter os ativos para receber fluxos de caixas contratuais e também para venda.

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o ativo financeiro é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de arrendamento financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, o modelo de negócio de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Disponibilidades” e “Reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”: inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, bem como créditos de arrendamento financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito”: créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Participações em coligadas e controle em conjunto”: inclui os investimentos em entidades controladas em conjunto ou coligadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Depósitos do Banco Central do Brasil”: depósitos de qualquer natureza recebidos do Bacen.
- “Depósitos de instituições de crédito”: depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- “Depósitos de clientes”: inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Derivativos”: inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.
- “Posições vendidas”: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- “Instrumento de dívida elegíveis a capital”: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- “Outros passivos financeiros”: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como liquidação duvidosa.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos de dívida elegíveis a capital encontra-se descrito na nota 19.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Para os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são mensurados ao custo amortizado, adota-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de arrendamento e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

iv. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como hedge) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de hedge são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de hedge se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (hedge de valor justo).

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

c. O investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do hedge, ou seja:

a. Na data do acordo, for esperado que o hedge, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).

b. Há prova suficiente de que o hedge foi efetivo durante todo período de designação do hedge ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de hedge são reconhecidas da seguinte forma:

a. Em hedges de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

b. Em hedges de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes - Hedges de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto se as transações previstas resultarem

no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.

c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de hedge relativos a hedges de fluxo de caixa e hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de hedge deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de hedge pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de hedge accounting), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do hedge. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando operações de hedge de fluxo de caixa são descontinuadas, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de hedge reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes" (desde o período em que o hedge tenha sido iniciado, e considerado efetivo) é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de hedge accounting em 31 de dezembro de 2023, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" é registrada no resultado.

Eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Baixa de Ativos financeiros por cessão de crédito

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos que são transferidos a terceiros:

Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

g) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – IFRS 07 – Instrumentos Derivativos (Divulgação) - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

A tabela a seguir fornece detalhes dos ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Em milhares de Reais

2023

Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados	
		no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	30.038.423	(743.702)	29.294.721

Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados	
		no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	25.684.130	(743.702)	24.940.428

Em milhares de Reais

2022

Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados	
		no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	22.433.990	(458.166)	21.975.824

Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados	
		no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	19.157.491	(458.166)	18.699.325

Em milhares de Reais

2021

Ativos:	Ativos financeiros compensados		
	Ativos financeiros, bruto	no balanço	Ativos financeiros, líquido
Derivativos	21.575.848	(435.925)	21.139.923

Passivos:	Passivos financeiros compensados		
	Passivos financeiros, bruto	no balanço	Passivos financeiros, líquido
Derivativos	25.054.906	(435.925)	24.618.981

h) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há evidência objetiva da ocorrência de eventos que:

- Impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos que impactem a liquidação do fluxo de caixa esperado.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição ao risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

Notas Explicativas

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

• Clientes com gestão individualizada: clientes de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.

• Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

Nós avaliamos todos os empréstimos no tocante à estimativa de perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito. Os empréstimos são individualmente avaliados para desvalorização ou, coletivamente avaliados por meio do agrupamento de características de risco semelhantes. Empréstimos individualmente avaliados para perdas por redução ao valor recuperável não são avaliados coletivamente.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

• Exposição à inadimplência ou "EAD - Exposure at Default" é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário. O tempo de inadimplência é considerado na medição "PD - Probability of Default".

De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.

• Probabilidade de inadimplência, ou "PD - Probability of Default", é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano, no caso de operações em estágio 1, bem como pelo tempo de vida do ativo (estágios 2 e 3); ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento. O empréstimo será considerado inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou se o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

• Perda por inadimplência, ou "LGD - Loss Given at Default", é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

• Período de identificação de perdas, ou "LIP - Loss identification period", é o período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma evidência dessa perda. Em outras palavras, representa o horizonte temporal desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva de tal perda.

Além disso, antes de baixar empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação), é constituída provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que a estimativa de perdas por redução ao valor recuperável com empréstimos cubra totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução do seu valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica de mesmo nome.

Quando há evidência objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada pelo declínio no valor justo por não recuperação, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

i) Operações compromissadas

As compras e vendas de ativos financeiros com base em um compromisso de revenda (recompra) não opcional, a preço fixo, são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes".

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Contabilização de Arrendamentos – IFRS 16

I. Identificação de Arrendamento

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconhece os passivos de arrendamento, seguindo os princípios do IFRS 16 - Arrendamentos.

Estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

O Banco arrenda imóveis e equipamentos. Predominantemente, os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliários referente às agências.

O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

II. Prazo do arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão e disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

III. Mensuração Inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento de arrendamento feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

O Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander Brasil, pela curva de custo de financiamento (funding) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
- Pagamentos de penalidades pelo encerramento do arrendamento se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário.

Os passivos de arrendamento são corrigidos principalmente pela inflação (IGP-M), cujas projeções estimadas na data-base de 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir:

Projeção IGP-M

Até 3 meses	0,9%
De 3 a 12 meses	3,0%
De 1 ano a 3 anos	3,0%
De 3 anos a 5 anos	4,0%
Mais de 5 anos	4,0%

IV. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os direitos de uso estão sujeitos a teste de redução ao valor recuperável.

k) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Estes ativos não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados no final dos exercícios de 2023, 2022 e 2021 é informada na nota 43-d.

m) Ativo imobilizado

Ativo imobilizado inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em arrendamentos financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Gastos de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de combinações de negócios ou softwares desenvolvidos internamente, com vida útil determinada ou indeterminada. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor

justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário, identificável e sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de software, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados: ao final de cada período a entidade revisa a classificação como vida útil indefinida, mantida esta classificação estes estão sujeitos aos testes anuais de redução ao valor recuperável (IAS36).

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

o) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), relacionamento com clientes adquiridos, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de relacionamento com clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso de relacionamento com clientes adquiridas relacionadas a compra das "folhas de pagamento" é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados. Trimestralmente, estas análises são revisadas tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

p) Contratos de seguros

Os contratos de seguro reconhecidos pelo Banco, são considerados onerosos, conforme preceitos estabelecidos pelo IFRS 17. Um contrato de seguro é oneroso na data de reconhecimento inicial se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida. Reconhecendo-se uma perda em lucro ou prejuízo para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulta no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem de serviço contratual do grupo sendo zero.

Os contratos de seguros reconhecidos no balanço do Banco, são onerosos, uma vez que os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, representam uma saída líquida. O Banco reconhece uma perda em lucro ou prejuízo para o fluxo de saída líquido para os contratos onerosos, isto resulta no valor contábil do passivo, sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem de serviço contratual do grupo sendo zero.

q) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os

processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor justo das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas no resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza (nota 34). Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias

u.1) Garantias Financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as comissões das garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar são reconhecidas sob a rubrica "Passivos financeiros ao custo amortizado – Outros Passivos financeiros" no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

u.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos riscos de crédito através da utilização de garantias em suas operações.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Anualmente, o Banco revisa suas políticas de garantias para capturar mudanças no mercado, nas características dos ativos dados em garantia e nas condições dos ativos, esses são exemplos de parâmetros técnicos revisados.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

v) Ativos sob administração, fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A nota 43-b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (sob gestão e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

w) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 21. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a última versão do IAS 19 - Benefícios aos Empregados estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

Adicionalmente, há reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (nota 21).

y) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e COFINS aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Para as despesas de Imposto de Renda resultante de transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, o efeito fiscal é reconhecido também no patrimônio líquido.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de

seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

O programa de integração social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são consideradas como componente de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como imposto de renda.

Ativos e Passivos fiscais (exceto provisões para impostos) classificados como “Correntes” são valores de impostos a serem recuperados e valores de impostos a pagar nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos de IR e CS incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado e são reavaliados na data de cada balanço patrimonial.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos como diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na nota 23.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens “Disponibilidades” e “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, as atividades operacionais do Banco Santander.

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2023	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação do Banco Santander	Participação Acionária
Investimentos	Ramo de Atividade				
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A. (BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
EmDia Serviços Especializados em Cobrança Ltda	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	33.693	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados LTDA	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	4.231	-	0,00%	100,00%

Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	62,51%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	2,06%

Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.

Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	96,57%
-------------------------	---------------	---------	---	-------	--------

Controlada em Conjunto da Sancap

Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
---------------------	------------	--------	---	-------	--------

Controlada da Toro Investimentos S.A.

Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%

Controlada da Toro Asset Management S.A.

Mobills Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	3.010	-	0,00%	100,00%
------------------------------------	-----------	-------	---	-------	---------

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FI) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (3);
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4); e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4).

- (1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (3) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
- (4) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Aquisição do remanescente de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

b) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixa de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

d) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 01 de agosto de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. celebrou, junto a HB Fit Participações Ltda., um contrato para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a ser titular de 65% do capital social da Companhia ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

e) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 24 de junho de 2023, o Banco Santander celebrou, junto a Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., um contrato de joint-venture, de forma que, uma vez efetivada a operação, passará a ser titular de 20% do capital social da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. ("Operação").

A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

f) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 07 de junho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. celebrou contrato de Compra e Venda de ações para aquisição de participação societária equivalente a 100% do capital social total e votante da Toro Participações S.A.

A operação é uma oportunidade para o Santander atuar de forma mais ativa e diversificada no mercado de corretagem de títulos e valores mobiliários e no desenvolvimento da plataforma de investimentos, ampliando a oferta de produtos e serviços em ações, renda fixa, títulos públicos, títulos bancários, crédito privado, FIIs (fundos de investimento imobiliário), ETFs, BDRs (Brazilian Depositary Receipts), bem como atuação nos segmentos de educação financeira e análise de investimentos.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade da Toro Participações S.A.

A aquisição ocorreu mediante a aquisição, pelo Santander, de 14.717.658 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia com o pagamento nas seguintes condições:

- na data do Closing, no valor de R\$ 291.529
- R\$140.210 a serem pagos até 31/01/2026, atualizado por CDI e após confirmado o atingimento de certos indicadores de performance estipulados no Contrato de Compra e Venda, os quais serão aferidos em 31/12/2025.

Para a avaliação econômico-financeira da Toro foi utilizado o critério do fluxo de caixa descontado.

A contraprestação líquida pela aquisição de 100% foi de R\$ 384.065. O ativo líquido identificável adquirido ao valor justo na data da aquisição foi de R\$ 72.538, o que gerou um ágio, mensurado preliminarmente, no montante de R\$ 184.470, conforme

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

demonstrado no quadro abaixo:

Data da transação: 03/01/2024	
Preço alocado	384.065
Patrimônio Líquido (a)	127.057
Excedente - Ativos intangíveis (valor justo) (b)	72.538
Marca (c)	37.700
Software (d)	19.057
Carteira de clientes (e)	12.044
Não competição (f)	3.737
Ativos identificados	199.595
Ágio (goodwill)	184.470
Total do patrimônio líquido adquirido	127.057
Mais valia de ativos	72.538
Ágio gerado na transação	184.470
Total da contraprestação líquida	384.065

- (a) Montante composto por R\$ 134.249 de intangíveis, R\$ 8.960 de outros ativos, R\$16.152 de obrigações diversas.
- (b) A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição (combinação de negócios) mensurados a valor justo conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.
- (c) A marca da Toro possui relevância no mercado e reconhecimento por parte dos Clientes e, por isso, foi identificada como um ativo intangível. Para a sua avaliação foi utilizada a abordagem da rentabilidade ("Income approach") pelo método dos royalties evitados ("Relief from royalties").
- (d) A Toro dispõe de uma plataforma tecnológica relevante dentro de seu contexto operacional. Na perspectiva da Administração há um valor relevante desse intangível. Para a avaliação do software foi utilizada a abordagem da rentabilidade ("Income approach"), mais especificamente o método de rentabilidade excedente em períodos múltiplos.
- (e) A Toro possui uma carteira de clientes construída desde sua fundação em 2010, que envolve uma variedade de produtos relacionados a investimentos. Sendo assim, o relacionamento com clientes gera um benefício econômico, e assim, foi identificado como um ativo intangível. Para a sua avaliação foi utilizada a abordagem da rentabilidade ("Income approach"), mais especificamente o método de rentabilidade excedente em períodos múltiplos.
- (f) Os signatários do Acordo de Acionistas da Toro assinaram um Acordo de Não Competição dentro do SPA. Dessa forma, entende-se que o Acordo de Não-Competição possui ainda um valor para quaisquer participantes de mercado do seguimento da Empresa. O acordo tem um prazo estipulado contrato de 5 anos, após a data do closing. Para a sua avaliação foi utilizada a abordagem da renda ("Income approach") pelo método do Fluxo de Caixa Incremental.

Informações adicionais sobre os valores adquiridos e contraprestações assumidas estão sob avaliação e serão divulgadas conforme aplicáveis em divulgações futuras, em conexão com a conclusão da contabilização do método de aquisição que deve ocorrer em até 1 ano da data da aquisição.

g) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

h) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas"). A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

Em 21 de março de 2023, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 16,66% da participação acionária da Biomas.

i) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander, em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passou a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passou a ser titular de 15,56% das ações de emissão da GIC.

j) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e EmDia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e EmDia Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Emdia") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617 e a "Em dia" em R\$ 267.027.054, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da "Emdia".

k) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") adquiriu e subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a deter a totalidade de quotas da sociedade. Tal aumento de capital foi totalmente integralizado no exercício de 2022. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

l) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais

S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

m) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

n) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

o) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Caixa	3.770.483	4.001.885	4.026.282
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	19.352.067	18.001.554	12.630.919
Compromissadas	65.766.340	27.344.519	15.055.356
Aplicações em depósito interfinanceiro (CDI)	528.870	217.376	956.192
Total	89.417.760	49.565.334	32.668.749

4. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Classificação:			
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	25.716.845	20.713.315	26.485.913
Sendo:			
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	25.724.609	20.725.914	26.507.738
Estimativa de perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(7.764)	(12.599)	(21.825)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (líquidos)	25.716.845	20.713.315	26.485.913
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (brutos)	25.724.609	20.725.914	26.507.738
Tipo:			
Aplicações em depósito a prazo	10.337.746	7.655.416	9.255.101
Operações compromissadas (1)	2.980.557	2.430.956	4.129.438
Depósitos judiciais	10.730.571	10.267.493	10.200.137
Outras contas	1.675.735	372.049	2.923.062
Total	25.724.609	20.725.914	26.507.738

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Moeda:			
Real	23.885.181	19.796.533	23.669.165
Dólar norte-americano	775.000	676.709	2.445.780
Euro	1.064.428	252.672	392.793
Total	25.724.609	20.725.914	26.507.738

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

5. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	84.291.192	66.191.454	50.874.612
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	59.036.137	55.392.178	101.212.600
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	101.087.321	81.329.013	73.125.011
Sendo:			
Instrumentos de dívida ao Custo Amortizado	102.673.487	82.502.775	74.315.903
Estimativa de perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(1.586.166)	(1.173.762)	(1.190.892)
Total	244.414.650	202.912.645	225.212.223
Tipo:			
Títulos do governo - Brasil (1)	148.750.440	142.748.873	171.436.589
Debêntures e Notas promissórias	49.083.296	28.251.227	19.881.934
Outros títulos de dívida	46.580.914	31.912.545	33.893.700
Total	244.414.650	202.912.645	225.212.223

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

Os Instrumentos de Dívidas são compostos, principalmente, por:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Moeda:			
Real	227.117.943	185.814.293	208.599.863
Dólar norte-americano	14.748.652	17.098.352	16.612.360
Peso Mexicano	2.548.055	-	-
Total	244.414.650	202.912.645	225.212.223

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Instrumentos de dívida vinculadas a:			
Operações Compromissadas	61.802.969	60.633.943	76.211.049
Garantia de Operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.)	16.924.556	19.251.597	19.470.624
Vinculados a depósitos judiciais e outras garantias	18.283.802	15.235.912	23.291.528
Total	97.011.327	95.121.452	118.973.201

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança do modelo de negócios de títulos e valores mobiliários, de mantidos com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais e vender para mantidos com o objetivo de coletar de fluxos de caixa contratuais, no montante de R\$ 11 bilhões sem impacto em resultado, sendo o saldo em Patrimônio Líquido estornado integralmente.

Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/20 e, com o objetivo de adequar as novas condições de gestão de risco de taxa de juros, os títulos públicos pré-fixados LTNs que eram utilizados para cobertura do diferencial de juros foram reclassificados, em 01 de abril de 2022. Tal mudança na legislação acarreta em alteração do Modelo de Gestão utilizado pela Administração para gestão desses títulos, e avalia-se que as LTNs com vencimento em 2024, não se enquadram mais em modelos de "Mantidos para Coletar e Vender", sendo que, com a extinção da assimetria fiscal dos investimentos no exterior, tais títulos serão utilizados exclusivamente com objetivos de coletar fluxos de caixa.

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Dessa forma, com a reclassificação realizada em 01 de abril de 2022, os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024 deixam de ser registrados a Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, e passam a ter efeito Somente de Pagamento de Principal e Juros. Tal evento acarreta na reversão integral do montante da marcação à mercado registrada em Outros Resultado Abrangentes na data da reclassificação no total bruto de R\$ 1.057 milhões, reduzindo, em contrapartida, o valor do ativo registrado.

6. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3.422.154	2.605.279	2.498.317
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	15.953	33.493	29.187
Total	3.438.107	2.638.772	2.527.504
Tipo:			
Ações de empresas nacionais	1.955.931	1.458.883	1.869.824
Ações de empresas estrangeiras	99.424	60.235	48.825
Fundos de investimentos (1)	1.382.752	1.119.654	608.855
Total	3.438.107	2.638.772	2.527.504

(1) Composto, principalmente, por investimento em ativos de renda fixa e títulos públicos e privados.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	2.605.279	2.498.317	2.257.188
Adições/Baixas (Líquidas)	816.875	106.962	241.129
Saldo no final do exercício	3.422.154	2.605.279	2.498.317

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	33.493	29.187	72.173
Adições/Baixas (Líquidas)	(17.540)	4.306	(42.986)
Saldo no final do exercício	15.953	33.493	29.187

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado, quando disponíveis. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais.

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como Hedge

	2023	2022	2021
Ativo			
Swap - Diferencial a Receber	12.360.719	13.815.247	7.641.355
Prêmios de Opções a Exercer	2.635.506	1.419.279	1.385.889
Contratos a Termo e Outros	14.298.496	6.741.298	12.112.679
Total	29.294.721	21.975.824	21.139.923
Passivo			
Swap - Diferencial a Pagar	13.226.716	11.212.030	8.538.705
Prêmios de Opções Lançadas	2.685.361	1.894.522	2.256.244
Contratos a Termo e Outros	9.028.351	5.592.773	13.824.032
Total	24.940.428	18.699.325	24.618.981

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Resumo por Categoria

	2023			2022			2021		
	Valor	Valor		Valor	Valor		Valor	Valor	
Negociação	Referencial	da Curva	Valor justo	Referencial (1)	da Curva	Valor justo	Referencial (1)	da Curva	Valor justo
Swap	811.921.799	(1.927.123)	(865.997)	779.023.280	(3.682.261)	2.603.217	837.762.019	(1.804.744)	(897.350)
Ativo	402.812.781	9.193.215	12.360.719	393.351.898	11.857.946	13.815.247	418.137.448	13.162.674	7.641.355
Juros	188.604.258	5.054.833	6.383.261	272.642.004	10.420.491	9.985.823	300.667.399	9.587.812	5.399.806
Moeda Estrangeira	212.970.458	4.136.463	5.977.193	116.577.474	1.292.203	4.764.609	91.837.446	799.550	2.003.728
Outros	1.238.065	1.919	265	4.132.420	145.252	(935.185)	25.632.603	2.775.313	237.822
Passivo	409.109.018	(11.120.338)	(13.226.716)	385.671.382	(15.540.207)	(11.212.030)	419.624.571	(14.967.418)	(8.538.705)
Juros	262.437.458	(9.117.639)	(9.680.343)	290.316.480	(12.735.256)	(8.798.667)	393.104.981	(10.932.057)	(10.588.736)
Moeda Estrangeira	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)	91.303.383	(2.804.302)	(3.494.263)	887.129	(28.407)	2.287.852
Outros	2.882.857	(95.211)	(213.522)	4.051.519	(649)	1.080.900	25.632.461	(4.006.955)	(237.822)
Opções	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)	1.150.540.616	(877.100)	(475.243)	1.130.172.099	(595.345)	(870.355)
Compromissos de Compra	419.095.675	2.252.815	2.635.506	600.275.162	2.243.354	1.419.279	564.829.758	1.240.879	1.385.889
Opções de Compra Moeda Estrangeira	7.711.827	497.534	426.074	10.629.479	440.097	214.722	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	5.326.447	408.144	489.785	4.474.015	122.896	124.163	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	89.142.771	661.536	1.183.084	94.414.288	674.574	577.487	31.248.540	459.995	510.977
Mercado Interfinanceiro	3.729.452	217.219	265.824	92.324.275	608.913	555.707	28.499.055	444.446	495.214
Outras (2)	85.413.319	444.318	917.261	2.090.013	65.661	21.780	2.749.485	15.549	15.763
Opções de Venda Outras	316.914.629	685.600	536.563	490.757.380	1.005.787	502.907	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	543.157	46.852	30.439	490.535.950	980.433	480.682	519.588.723	369.140	305.553
Outras (2)	316.371.471	638.748	506.124	221.430	25.354	22.225	-	-	-
Compromissos de Venda	438.566.535	(3.365.688)	(2.685.361)	550.265.454	(3.120.454)	(1.894.522)	565.342.340	(1.836.224)	(2.256.244)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	3.453.152	(288.349)	(466.324)	6.763.742	(292.212)	(165.919)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.642.411	(288.799)	(431.952)	8.885.700	(409.758)	(508.584)	4.017.161	(348.715)	(287.825)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas									
Opções de Compra Outras	113.106.162	(2.029.924)	(999.258)	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)	33.383.233	(719.460)	(872.335)
Mercado Interfinanceiro	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)	33.377.728	(575.451)	(349.710)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras ⁽²⁾	95.810.882	(550.201)	(289.137)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	317.364.811	(758.616)	(787.826)	491.775.275	(828.354)	(398.511)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Mercado Interfinanceiro	370.221	(24.912)	(23.004)	491.596.383	(804.467)	(378.608)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Outras ⁽²⁾	316.994.590	(733.703)	(764.822)	178.892	(23.887)	(19.903)	-	-	-
Contratos de Futuros	325.170.914	-	-	278.348.786	-	-	287.984.278	-	-
Posição Comprada	164.682.752	-	-	254.505.429	-	-	148.237.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	41.331.942	-	-	77.727.137	-	-	85.931.389	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	48.254.715	-	-	148.713.860	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	68.838.058	-	-	27.444.003	-	-	33.797.350	-	-
Índice ⁽³⁾	5.269.712	-	-	482.394	-	-	16.776	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	138.035	-	-	-	-	-
Posição Vendida	160.488.162	-	-	23.843.357	-	-	139.746.999	-	-
Cupom Cambial (DDI)	41.331.942	-	-	17.259.936	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	48.339.061	-	-	3.337.596	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	64.559.123	-	-	1.327.928	-	-	25.678.296	-	-
Índice ⁽³⁾	5.269.712	-	-	1.787.973	-	-	194.879	-	-
Treasury Bonds/Notes	988.325	-	-	129.924	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	331.009.278	3.288.881	5.270.142	152.669.932	1.394.796	1.148.525	167.611.314	2.836.843	(1.711.353)
Compromissos de Compra	167.191.252	17.249.113	14.298.496	93.143.116	2.292.188	6.741.298	93.097.212	5.345.415	12.112.679
Moedas	134.610.617	17.042.331	4.932.719	72.849.455	1.938.956	6.426.685	83.752.185	2.738.485	8.501.934
Outros	32.580.636	206.782	9.365.777	20.293.661	353.232	314.613	9.345.027	2.606.930	3.610.745
Compromissos de Venda	163.818.026	(13.960.232)	(9.028.351)	59.526.816	(897.392)	(5.592.773)	74.514.102	(2.508.572)	(13.824.032)
Moedas	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)	53.574.925	(847.425)	(6.490.282)	71.611.500	(1.141.826)	(11.932.009)
Outros	33.038.737	(749.229)	(7.262.161)	5.951.891	(49.967)	897.509	2.902.602	(1.366.746)	(1.892.023)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.
(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2023			
	Partes		Instituições	
	Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total
Swap	185.745.740	224.140.567	402.035.492	811.921.799
Opções	37.900.600	2.114.539	817.647.071	857.662.210
Contratos de Futuros	9.280.964	-	315.889.950	325.170.914
Contratos a Termo e Outros	152.776.820	118.459.171	59.773.287	331.009.278

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valor Referencial	2022				2021
	Partes		Instituições		Total
	Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total	
Swap	38.910.036	250.925.646	103.516.216	393.351.898	418.137.448
Opções	69.919.242	742.316	1.079.879.058	1.150.540.616	1.130.172.099
Contratos de Futuros	1.525.199	-	276.823.587	278.348.786	287.984.278
Contratos a Termo e Outros	61.719.539	72.055.923	18.894.470	152.669.932	167.611.313

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2023			
	Até	De 3 a	Acima de	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	
Swap	148.297.617	146.064.207	517.559.975	811.921.799
Opções	695.558.723	110.627.263	51.476.224	857.662.210
Contratos de Futuros	168.364.770	70.492.546	86.313.598	325.170.914
Contratos a Termo e Outros	187.900.674	90.382.978	52.725.626	331.009.278

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Valor Referencial				2022	2021
	Até	De 3 a	Acima de		
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Swap	45.216.039	55.756.566	292.379.293	393.351.898	418.137.448
Opções	632.690.834	392.814.885	125.034.897	1.150.540.616	1.130.172.099
Contratos de Futuros	199.359.807	22.626.385	56.362.594	278.348.786	287.984.278
Contratos a Termo e Outros	76.955.710	44.449.708	31.264.514	152.669.932	167.611.313

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial			2023
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	93.891.622	718.030.177	811.921.799
Opções	782.343.569	75.318.641	857.662.210
Contratos de Futuros	325.170.914	-	325.170.914
Contratos a Termo e Outros	28.054.581	302.954.697	331.009.278

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

Valor Referencial				2022	2021
			Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap			45.837.011	347.514.887	393.351.898
Opções			1.076.649.948	73.890.668	1.150.540.616
Contratos de Futuros			278.348.786	-	278.348.786
Contratos a Termo e Outros			6.790.867	145.879.065	152.669.932

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A.

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito por meio dos quais ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	2023		2022		2021	
	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.456.614	10.293.916	3.725.358	7.831.108	3.984.392	-
Total	3.456.614	10.293.916	3.725.358	7.831.108	3.984.392	-

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	2023		2022		2021	
	Acima de		Acima de		Acima de	
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto	12 Meses	Total	12 Meses	Total	12 Meses	Total
Por Instrumento						
CDS	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392
Total	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392
Por Classificação de Risco						
Abaixo do Grau de Investimento	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392
Total	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392
Por Entidade de Referência						
Governo Brasileiro	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392
Total	13.750.530	13.750.530	11.556.466	11.556.466	3.984.392	3.984.392

a.6) Hedge Accounting

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador são representados como seguem:

a.6.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do Banco consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré-Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como hedge de risco de mercado dos créditos correspondente
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa ou swaps de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting
- O Banco possui risco ao índice de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) gerado por debêntures na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de *hedge*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *hedge* permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (no inception): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de *hedge*, para uma conclusão de que mudanças no valor justo de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* a uma variação paralela de 10 *Basis Points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: o teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do *market to market* (mtm) do instrumento de *hedge* desde a data início com a variação do mtm do objeto de *hedge* desde o início.

Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	2023		2022		2021
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada Parcela Inefetiva
Estrutura de Hedge					
Fair Value Hedge					
Títulos Públicos (LTN, NTN-F)	-	-	-	-	3.756.394-
Trade Finance Off	-	-	(189)	-	728-
Total	-	-	(189)	-	3.757.122-

	31/12/2023			Objetos de Hedge		
	Instrumentos de Hedge					
	Curva	Valor Justo	Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Valor Contábil
Estratégias						
Contratos de Swap	183.368	288.766	472.134	138.079	272.805	410.884
Hedge de Operações de Crédito	183.368	288.766	472.134	138.079	272.805	410.884
Contratos de Futuro	144.508	25.701.246	25.845.754	(3.535.965)	28.817.259	25.281.294
Hedge de Operações de Crédito	2.497.014	12.759.016	15.256.030	(2.290.079)	15.593.616	13.303.537
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(1.489.802)	2.496.723	1.006.921	623.749	579.793	1.203.542
Hedge de Captações	(862.704)	10.445.507	9.582.803	(1.869.635)	12.643.850	10.774.215

	31/12/2022			Objetos de Hedge		
	Instrumentos de Hedge					
	Curva	Valor Justo	Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Valor Contábil
Estratégias						
Contratos de Swap	48.140	437.702	485.842	(24.687)	461.499	436.812
Hedge de Operações de Crédito	48.140	437.702	485.842	(24.687)	461.499	436.812
Contratos de Futuro	3.862.299	75.057.601	78.919.900	1.729.350	75.953.237	77.682.587
Hedge de Operações de Crédito	686.249	11.451.502	12.137.751	3.067.594	10.529.915	13.597.509
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	3.971.751	3.971.751	(609.013)	3.787.939	3.178.926
Hedge de Captações	3.176.050	59.634.348	62.810.398	(729.231)	61.635.383	60.906.152

	31/12/2021			Objetos de Hedge		
	Instrumentos de Hedge					
	Curva	Valor Justo	Valor Contábil	Valor do Valor do Ativo	Valor Justo	Valor Contábil
Estratégias						
Contratos de Swap	(2.204)	84.767	82.563	3.175	84.937	88.112
Hedge de Operações de Crédito	(2.204)	84.767	82.563	3.175	84.937	88.112

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Contratos de Futuro	(7.912)	41.437.967	41.430.054	(2.031.108)	46.351.129	44.320.021
Hedge de Operações de Crédito	(14.439)	2.850.589	2.836.150	15.685	2.738.830	2.754.515
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.527	38.587.378	38.593.904	(2.046.793)	43.612.299	41.565.506

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

a.6.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

Em março de 2022, o Congresso dos EUA aprovou a Lei de Taxa de Juros Ajustáveis (LIBOR) (“a Lei LIBOR”). Esta legislação estabelece um processo uniforme, em âmbito nacional, para substituir a LIBOR em contratos existentes cujos termos não contenham cláusulas de fallback, substituindo automaticamente a LIBOR, na data de substituição da LIBOR (espera-se que seja o primeiro dia útil bancário de Londres após 30 de junho de 2023), com a “Substituição de referência selecionada pelo Conselho”. Em 16 de dezembro de 2022, o Federal Reserve Board adotou uma regra final que implementa a Lei LIBOR e identifica essas substituições de referência, que diferem para diferentes contratos, mas são todas baseadas em SOFR.

Focamos e continuamos a focar em fazer todas as mudanças contratuais, comerciais, operacionais e tecnológicas necessárias para atender aos marcos pendentes relevantes.

Nossa exposição a contratos vinculados à LIBOR em 31 de dezembro de 2021 era limitada e relacionada apenas à LIBOR em USD. Em 2021, adotamos a SOFR (Secured Overnight Finance Rate) e CME TERM SOFR em substituição à LIBOR USD para novos contratos e desde 1º de janeiro de 2022 não estamos mais realizando novas operações USD LIBOR, salvo exceções autorizadas por autoridades internacionais reguladores (atividade de criação de mercado). Estamos nos comunicando com nossos clientes para alterar os acordos existentes para incluir cláusulas de fallback apropriadas para quando a LIBOR do USD deixar de ser publicada.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de *hedge* (teste prospectivo) e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de *hedge* permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de *hedge*, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos por meio da comparação de duas *proxies*, uma para o objeto de *hedge* e outra para o instrumento.

A *proxy* do objeto de *hedge* é um *swap* “conceitual”, onde a “ponta” passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a “ponta” pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como *hedge*, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do *hedge*. A *proxy* do instrumento de *hedge* é um *swap* “conceitual”, onde a “ponta” ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como *hedge*, e a “ponta” pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A *proxy* é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.



*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Eventuais ineftividades são reconhecidas em

resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

a) Teste Prospectivo: segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de *hedge* é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o *hedge* foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais ineftividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é mensurada por meio do teste prospectivo do *hedge* e se identificada reconhecida no resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em *hedges* de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa” (Nota 25) até que as transações previstas ocorram , quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” nas demonstrações consolidadas do resultado.

	2023		2022		2021	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Estrutura de Hedge						
Cash Flow Hedge						
Eurobonds	-	-	-	-	-	-
Trade Finance Off	-	-	(72.624)	-	(236.630)	-
Títulos Públicos (LFT)	-	-	(984.396)	-	(982.648)	-
CDB	(69.919)	-	(536.935)	-	402.778	-
Total	(69.919)	-	(1.593.955)	-	(816.500)	-

	Instrumentos de Hedge				Consolidado 31/12/2023
	Objetos de Hedge		Objetos de Hedge		Objetos de Hedge
Estratégias	Curva	Valor Justo	Valor Contábil	Curva	Valor Justo
Contratos de Swap	(547.710)	10.807.983	10.260.273	(464.400)	13.176.910
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(547.710)	10.807.983	10.260.273	(464.400)	13.176.910
Contratos de Futuro	393.863	18.630.833	19.024.696	(1.327.113)	24.612.842
					23.285.729

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Hedge de Operações de Crédito	2.138	2.431.537	2.433.675	(3.105.374)	7.619.634	4.514.260
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	294.688	8.228.328	8.523.016	465.051	9.525.807	9.990.858
Hedge de Captações	97.037	7.970.968	8.068.005	1.313.210	7.467.401	8.780.611

						Consolidado 31/12/2022 Objetos de Hedge
			Instrumentos de Hedge			
Estratégias	Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor Contábil	Curva	Valor de Mercado	Valor do Contábil
Contratos de Futuro	403.700	42.617.519	43.021.219	2.611.153	42.568.476	45.179.629
Hedge de Operações de Crédito	54.882	14.039.535	14.094.417	2.647.973	12.251.307	14.899.280
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	348.474	17.126.826	17.475.300	1.912.343	18.375.905	20.288.248
Hedge de Captações	344	11.451.158	11.451.502	(1.949.163)	11.941.264	9.992.101

						Consolidado 31/12/2021 Objetos de Hedge
			Instrumentos de Hedge			
Estratégias	Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor Contábil	Curva	Valor Mercado	Valor do Contábil
Contratos de Futuro	(616.062)	110.932.643	110.316.583	(8.912.769)	128.673.067	119.760.298
Hedge de Operações de Crédito	(577.845)	28.542.862	27.965.018	1.508.397	28.659.545	30.167.942
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(26)	71.320.781	71.320.756	(10.543.430)	89.837.000	79.293.570
Hedge de Captações	(38.191)	11.069.000	11.030.809	122.264	10.176.522	10.298.786

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do *notional*, registrado em conta de compensação.

a.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	2023	2022	2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.960.140	18.269.122	31.305.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.122.045	3.291.246	3.751.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.988.403	10.904.676	7.725.538
Total	28.070.588	32.465.044	42.782.310

b) Posições Vendidas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de posições vendidas totalizou R\$ 19.831.991 (2022 - R\$ 22.047.423 e 2021 - R\$12.780.559) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

8. Empréstimos e adiantamento a Clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Classificação:			
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo no Resultado	3.040.712	1.894.282	392.455
Ativos Financeiros mensurados ao custo Amortizado	514.936.423	488.735.746	464.451.587
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	548.495.491	522.761.008	492.962.247
Estimativa para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável ("impairment")	(33.559.068)	(34.025.262)	(28.510.660)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	517.977.135	490.630.028	464.844.042
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	551.536.203	524.655.290	493.354.702

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Tipo:			
Operações de crédito ⁽¹⁾	514.325.061	492.232.308	457.384.432
Operações de arrendamento mercantil	3.153.984	2.862.185	2.532.048
Operações compromissadas	-	-	6.044.808
Outros recebíveis ⁽²⁾	34.057.158	29.560.797	27.393.414
Total	551.536.203	524.655.290	493.354.702

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes. Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por redução ao valor recuperável:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	233.946.174	223.321.961	215.967.128
Crédito imobiliário - construção	61.747.722	58.242.768	54.738.607
Empréstimos a pessoas físicas	252.687.422	240.227.475	220.115.963
Leasing	3.154.885	2.863.086	2.533.004
Total	551.536.203	524.655.290	493.354.702

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Fórmula de taxa de juros:			
Juros prefixados	371.917.215	353.381.012	337.583.246
Juros pós-fixados	179.618.988	171.274.278	155.771.456
Total	551.536.203	524.655.290	493.354.702

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

								2023
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	158.059.250	55,00%	70.766.467	38,07%	5.120.456	6,54%	233.946.173	42,42%
Crédito imobiliário	4.994.192	1,74%	11.620.801	6,25%	45.132.728	57,68%	61.747.721	11,19%
Empréstimos a pessoas físicas	122.734.480	42,71%	101.955.558	54,84%	27.997.383	35,77%	252.687.422	45,82%
Leasing	1.578.948	0,55%	1.564.656	0,84%	11.283	0,01%	3.154.887	0,57%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	287.366.870	100,00%	185.907.482	100,00%	78.261.850	100,00%	551.536.203	100,00%

								2022
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	126.507.628	46,89%	83.448.296	47,02%	13.366.037	17,27%	223.321.961	42,57%
Crédito imobiliário	4.297.742	1,59%	10.905.342	6,14%	43.039.684	55,62%	58.242.768	11,10%
Empréstimos a pessoas físicas	137.581.042	51,00%	81.679.970	46,02%	20.966.463	27,09%	240.227.475	45,79%
Leasing	1.397.799	0,52%	1.454.533	0,82%	10.754	0,01%	2.863.086	0,55%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	269.784.211	100,00%	177.488.141	100,00%	77.382.938	100,00%	524.655.290	100,00%

								2021
Setor Devedor por Vencimento	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	165.729.422	61,37%	73.723.212	45,81%	8.221.617	13,18%	247.674.251	50,20%
Crédito imobiliário	3.985.684	1,48%	10.137.988	6,30%	40.614.935	65,12%	54.738.607	11,10%
Empréstimos a pessoas físicas	99.050.959	36,68%	75.832.619	47,12%	13.525.262	21,69%	188.408.840	38,19%
Leasing	1.284.868	0,48%	1.238.498	0,77%	9.638	0,02%	2.533.004	0,51%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	270.050.934	100,00%	160.932.317	100,00%	62.371.452	100,00%	493.354.702	100,00%

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	287.366.870	269.784.211	270.050.934
Entre 1 a 5 anos	185.907.482	177.488.141	160.932.317
Mais de 5 anos	78.261.850	77.382.938	62.371.451
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	551.536.202	524.655.290	493.354.702
Por classificação interna de risco			
Baixo	408.973.257	392.397.296	374.505.212
Médio-baixo	87.232.484	77.992.749	79.216.725
Médio	16.643.774	18.647.136	14.589.977
Médio-alto	13.238.069	13.573.901	9.413.110
Alto	25.448.618	22.044.208	15.629.678
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	551.536.202	524.655.290	493.354.702

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

c) Perdas por redução ao valor recuperável

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da estimativa de perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis.

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são as seguintes:

Em milhares de Reais	2023		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
	Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperável	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável
			Total
Saldo no início do exercício	2.885.917	6.861.458	25.464.248 35.211.623
Perdas por não-recuperação contra o resultado	2.957.616	5.934.927	17.651.545 26.544.088
Transferências entre estágios	(825.063)	2.168.360	14.224.243 15.567.540
Movimentação do período	3.782.679	3.766.567	3.427.302 10.976.548
Sendo:			
Comercial e industrial	923.079	962.933	4.922.975 6.808.987
Crédito imobiliário - construção	(43.573)	(190.714)	577.993 343.706
Empréstimos a pessoas físicas	2.072.745	5.165.671	12.150.872 19.389.288
Leasing	5.365	(2.962)	(296) 2.107
Movimentação por Stage	(2.298.090)	(6.988.340)	9.286.430 -
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(26.626.576) (26.626.576)
Sendo:			
Comercial e industrial	-	-	(7.137.059) (7.137.059)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(209.309) (209.309)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(19.276.369) (19.276.369)
Leasing	-	-	(3.837) (3.837)
Variação Cambial	5.618	1.116	17.129 23.863
Saldo no final do exercício	3.551.061	5.809.161	25.792.776 35.152.998
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.462.526	5.766.166	24.330.376 33.559.068
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	7.764	-	- 7.764
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	80.769	42.994	1.462.403 1.586.166
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	1.381.879 1.381.879
Sendo:			
Comercial e industrial	-	-	946.029 946.029
Crédito imobiliário - construção	-	-	95.692 95.692
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	337.722 337.722
Leasing	-	-	2.435 2.435
Desconto Concedido	-	-	(2.845.876) (2.845.876)

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	35.211.623	29.723.374	25.640.489
Perdas por não-recuperação contra o resultado	26.544.088	23.800.720	16.986.695
Sendo:			
Comercial e industrial	6.808.987	8.854.382	3.340.309
Crédito imobiliário - construção	343.705	244.335	116.031
Empréstimos a pessoas físicas	19.389.289	14.685.813	13.531.815
Leasing	2.106	16.190	(1.460)
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(26.626.576)	(18.340.010)	(12.934.687)
Sendo:			
Comercial e industrial	(7.137.059)	(4.919.792)	(5.184.225)
Crédito imobiliário - construção	(209.309)	(114.637)	(166.579)
Empréstimos a pessoas físicas	(19.276.369)	(13.294.696)	(7.575.967)
Leasing	(3.837)	(10.885)	(7.916)

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Variação Cambial	23.863	27.539	30.878
Saldo no final do exercício	35.152.998	35.211.623	29.723.376
Sendo:			
Empréstimos e adiantamentos a clientes	33.559.068	34.025.262	28.510.659
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	7.764	12.599	21.825
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	1.586.166	1.173.762	1.190.892
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	1.381.879	983.030	1.536.336
Sendo:			
Comercial e industrial	946.029	597.436	462.523
Crédito imobiliário - construção	95.692	35.671	64.257
Empréstimos a pessoas físicas	337.722	346.097	1.002.257
Leasing	2.435	3.826	7.299

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado", "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" totalizavam em 31 de dezembro de 2023, R\$ 28.008.086 (2022 - R\$24.828.749 e 2021 - R\$17.112.734).

Os saldos da estimativa de perdas por redução ao valor recuperável por setor devedor são os seguintes:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Comercial e industrial	11.931.131	12.259.205	8.324.614
Crédito imobiliário - Construção	418.342	283.946	154.248
Empréstimos a pessoas físicas	22.795.733	22.658.949	21.240.296
Leasing	7.792	9.523	4.218
Total	35.152.998	35.211.623	29.723.376

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Instrumento de Dívida" que estão classificados como custo amortizado e classificados como não recuperáveis (conforme definição descrita na nota 1.h) devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do período	39.223.835	26.923.312	23.176.039
Adições líquidas	30.393.982	31.920.565	18.428.727
Ativos baixados	(29.730.912)	(19.620.042)	(14.681.454)
Saldo no final do exercício	39.886.905	39.223.835	26.923.312

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por prazo de vencimento:

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	21.703.718	23.036.735	12.885.506
Com saldos vencidos de:	4.806.604		
3 a 6 meses		4.349.146	4.717.302
6 a 12 meses	9.013.258	9.536.043	6.866.628
12 a 18 meses	2.499.491	1.481.516	1.253.046
18 a 24 meses	1.046.074	315.987	659.702
Mais de 24 meses	817.760	504.408	541.129
Total	39.886.905	39.223.835	26.923.312

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Por setor devedor:			
Comercial e industrial	16.292.100	14.156.235	11.439.692
Crédito imobiliário - Construção	1.351.934	1.057.989	470.115
Empréstimos a pessoas físicas	22.239.229	23.999.266	14.996.152
Leasing	3.642	10.345	17.353
Total	39.886.905	39.223.835	26.923.312

e) Empréstimos vencidos há menos de 90 dias e não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias		% do total de empréstimos devidos há menos de 90 dias	
	2023	2022	2022	2021	2021	2021
Comercial, financeiro e industrial	5.319.746	21,81%	4.940.611	21,43%	4.892.277	20,68%
Crédito imobiliário - Construção	5.142.110	21,09%	4.063.490	17,63%	3.605.641	15,24%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	13.898.143	56,99%	14.035.606	60,89%	15.150.254	64,04%
Leasing financeiro	27.284	0,11%	11.806	0,05%	10.961	0,05%
Total⁽¹⁾	24.387.283	100,00%	23.051.513	100,00%	23.659.133	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos entre 1 e 90 dias.

f) Arrendamento mercantil

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Vencidas	875	2.066	3.531
A Vencer:			
Até 1 ano	2.076.223	1.197.133	1.067.567
De 1 a 5 anos	1.451.931	1.888.521	1.642.506
Acima de 5 anos	21.401	123.496	132.459
Total	3.550.430	3.211.216	2.846.063

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente a operações cedidas é de R\$26.696 (2022 - R\$32.647 e 2021 - R\$40.790) e R\$25.497 (2022 - R\$32.138 e 2021 - R\$40.511) de "Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos" (Nota 20).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

9. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e de 2021, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	909.546	1.065.420	1.362.602
Execuções de empréstimos - retomada de bens	591.126	201.391	235.904
Aumento de Capital em Sociedades mantidas para Venda	44.079	56.512	66.197
Alienações	(447.539)	(413.777)	(599.283)
Saldo no final do exercício, bruto	1.097.212	909.546	1.065.420
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (1)	(183.140)	(210.410)	(249.075)
Provisão como percentual dos ativos executados	16,69%	23,13%	23,38%
Saldo no final do exercício	914.072	699.136	816.345

(1) Em 2023, inclui o montante de R\$76.321 (2022 – R\$196.649 e 2021 – R\$182.448) de reversão de provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada, contabilizada como provisão para perdas por não recuperação ("impairment").

10. Participações em coligadas e controle em conjunto

Controle conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	2023	Participação em %	
				2022	2021
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP					
(1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%	19,45%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	Brasil	0,00%	0,00%	25,32%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
CIP S.A (5)	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,87%	0,00%

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros

Webmotors S.A. (3)	Outras Atividades	Brasil	30,00%	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%	50,00%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (4)	Corretora de Seguros	Brasil	0,00%	50,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	Corretora de Seguros	Brasil	20,00%	20,00%	0,00%
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,67%	0,00%	0,00%

Controladas da Aymoré CFI

Solution 4Fleet	Outras Atividades	Brasil	80,00%	80,00%	80,00%
-----------------	-------------------	--------	--------	--------	--------

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Investimentos		
	2023	2022	2021
Controle conjunto do Banco Santander	585.101	1.053.127	628.040
Banco RCI Brasil S.A.	491.623	552.572	591.745
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	209	746	1.257
Gestora de Inteligência de Crédito	56.507	61.590	13.522
Campo Grande Empreendimentos	-	-	255
Santander Auto S.A.	36.762	30.778	21.261
CIP S.A.	-	407.441	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	293.840	674.443	593.002
Webmotors S.A.	-	386.437	359.092
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	246.083	243.649	232.109
Hyundai Corretora de Seguros	1.607	1.254	1.260
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	-	540	541
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	42.565	42.563	-
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	3.585	-	-
Controladas da Aymoré CFI	-	-	11.604
Solution 4Fleet	-	-	11.604
Influência Significativa do Banco Santander	503.922	-	-
CIP S.A.	503.922	-	-
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	226.917	-	-
Webmotors S.A.	226.917	-	-
Total	1.609.780	1.727.570	1.232.646

- (1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2023 a posição de 30/11/2023.
- (2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista, ou seja, as decisões exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle".
- (3) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (4) Em 2022 e 2021 conforme com o acordo de acionistas, o controle era compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD. Em 2023 ocorreu a venda da participação societária conforme descrito na nota explicativa 3.c.
- (5) Em Março de 2022, ocorreu a Desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova sociedade CIP S.A., com fins lucrativos.

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2023	2022	2021
Controle conjunto do Banco Santander	80.004	134.043	54.493
Banco RCI Brasil S.A.	66.229	84.214	62.813
CIP S.A.	-	50.607	-
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	20	43	(16)
Gestora de Inteligência de Crédito	(5.436)	(13.365)	(14.419)
Santander Auto S.A.	19.191	12.544	6.115

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2023	2022	2021
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.300	65.136	91.833
Webmotors S.A.	-	52.085	45.817
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.435	11.540	45.752
Hyundai Corretora de Seguros	353	(6)	216
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	1.925	1.021	48
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	2	496	-
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	(1.415)	-	-

Controladas da Aymoré CFI	-	-	(2.142)
Solution 4Fleet.	-	-	(2.142)

Influência Significativa do Banco Santander	109.223	-	-
CIP S.A.	109.223	-	-
Influência Significativa da Corretora de Seguros	46.709	-	-

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL); S.A.

Notas Explicativas

Webmotors S.A.	46.709	-	-
Total	239.236	199.179	144.184

	Ativo	Passivo	2023 Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	13.123.616	13.018.222	105.394
Banco RCI Brasil S.A.	11.547.631	11.442.688	104.943
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.784	1.783	1
Gestora de Inteligência de Crédito	1.257.492	1.295.424	(37.932)
Santander Auto S.A.	316.709	278.327	38.382
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.066.701	3.048.870	17.830
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.815.300	2.795.143	20.156
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	5.246	4.540	707
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	219.149	213.693	5.455
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	27.006	35.494	(8.488)
Influência Significativa do Banco Santander	3.298.189	2.750.256	547.933
CIP S.A	3.298.189	2.750.256	547.933
Influência Significativa da Corretora de Seguros	485.398	366.626	118.772
Webmotors S.A.	485.398	366.626	118.772
Total	19.973.904	19.183.974	789.929

	Ativo	Passivo	2022 Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	15.665.896	15.289.473	446.732
Banco RCI Brasil S.A.	11.232.921	11.078.109	211.111
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	6.831	11.427	390
Gestora de Inteligência de Crédito	1.565.100	1.642.454	(68.330)
Santander Auto S.A.	208.976	182.551	26.425
CIP S.A	2.652.068	2.374.932	277.136
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.593.408	3.459.786	133.621
Webmotors S.A.	393.592	316.559	77.033
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.973.912	2.921.075	52.837
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	4.025	4.037	(12)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	5.400	3.358	2.041
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	216.479	214.757	1.722
Total	19.259.304	18.749.259	580.353

	Ativo	Passivo	2021 Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.488.103	12.473.458	95.420
Banco RCI Brasil S.A.	11.147.493	11.080.238	157.462
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	11.339	11.476	(136)
Gestora de Inteligência de Crédito	1.173.234	1.237.937	(74.136)
Santander Auto S.A.	156.037	143.807	12.230
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.055.130	2.824.094	231.035
Webmotors S.A.	342.195	276.743	65.452
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.707.571	2.542.515	165.056
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.353	2.921	431
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.011	1.915	96
Influência Significativa do Banco Santander	14.871	17.548	(2.677)
Norchem Holding e Negócios S.A.	14.871	17.548	(2.677)
Total	15.558.104	15.315.100	323.778

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram:

Controle conjunto	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.320.129	1.232.646	1.094.985
Mudanças na participação societária	(386.437)	(62.300)	(739)
Adição/(alienação)	5.000	103.500	13.746
Baixas/ redução de capital	(2.667)	(809)	-
Resultados de equivalência patrimonial	83.304	199.179	144.184
Dividendos	(96.701)	(125.732)	(66.878)
Ajuste ao valor de justo	(43.684)	(26.355)	47.348
Saldo no final do exercício	878.944	1.320.129	1.232.646
Influência Significativa			
Saldo no início do exercício	407.441	-	-
Mudanças na participação societária	386.437	-	-
Resultados de equivalência patrimonial	155.932	-	-
Dividendos	(34.423)	-	-
Adição/Alienação	54	407.441	-
Baixas/ redução de capital	(185.371)	-	-
Ajuste ao valor de justo	766	-	-
Saldo no final do exercício	730.836	407.441	-

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2023, 2022 e 2021.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas controladas em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

	2023	2022	2021
	Banco RCI Brasil	Banco RCI Brasil	Banco RCI Brasil
Ativo	11.547.631	10.608.167	10.187.883
Passivo	10.274.069	9.284.716	8.754.744
Caixa e equivalentes de caixa	8.541	306.035	341.015
Depreciação e Amortização	(1.318)	(1.592)	(1.628)
Receitas	2.329.225	711.714	637.856
Receitas com Juros	358.937	1.784.427	1.308.649
Despesas com Juros	-	(1.111.611)	(592.776)
Receita / (Despesa) com Imposto de renda	(52.695)	(103.933)	(105.266)
Passivo Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	-	3.817.483	3.293.251
Passivo não Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	-	5.744.632	5.218.945

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado

Os ativos imobilizados do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Em milhares de Reais

Custo	Terrenos e Edificações	Equipamento de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Outros	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	2.816.745	3.783.646	10.463.657	3.575.076	1.247	20.640.371
Adições	32.959	435.858	693.957	-	-	1.162.774
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	103.449	-	103.449
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(254.101)	-	(254.101)
Baixa	(50.181)	(1.584.956)	(402.817)	-	-	(2.037.954)
Transferências	-	651.607	(468.561)	-	-	183.046
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	2.799.523	3.286.155	10.286.236	3.424.424	1.247	19.797.585
Adições	44.475	185.248	896.388	-	-	1.126.111
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	333.742	-	333.742
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(115.842)	-	(115.842)
Baixa	(49.212)	(215.731)	(531.621)	-	-	(796.564)
Transferências	-	54.958	26.128	-	-	81.086
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	2.794.786	3.310.630	10.677.131	3.642.324	1.247	20.426.118
Adições	120.086	866.517	459.244	-	-	1.445.847
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	43.116	-	43.116
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	-	(624.352)	-	(624.352)
Baixa	(221.593)	(236.442)	(595.718)	-	-	(1.053.753)
Transferências	32.550	(122.187)	82.959	-	-	(6.678)
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	2.725.829	3.818.518	10.623.616	3.061.088	1.247	20.230.298

Depreciação acumulada	Terrenos e Edificações	Equipamento de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Obras em curso e outros	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	(902.860)	(2.245.544)	(6.762.293)	(1.123.878)	-	(11.034.575)
Adições	(108.946)	(291.174)	(896.705)	(553.955)	-	(1.850.780)
Baixa	38.337	940.737	448.471	572.833	-	2.000.378
Transferências	-	10	(102.187)	-	-	(102.177)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	(973.469)	(1.595.971)	(7.312.714)	(1.105.000)	-	(10.987.154)
Adições	(101.576)	(332.594)	(865.145)	(560.728)	-	(1.860.043)
Baixa	28.904	214.948	404.157	-	-	648.009
Transferências	-	(117)	(3.673)	-	-	(3.790)
SalDOS em 31 de dezembro de 2022	(1.046.141)	(1.713.734)	(7.777.375)	(1.665.728)	-	(12.202.978)
Adições	(417.140)	(514.483)	(263.059)	(646.934)	-	(1.841.616)
Baixa	587.277	215.365	133.799	-	-	936.441
Transferências	(19)	(13.565)	10.329	-	-	(3.255)
SalDOS em 31 de dezembro de 2023	(876.023)	(2.026.417)	(7.896.306)	(2.312.662)	-	(13.111.408)

Perdas por não-recuperação ("impairment"):

SalDOS em 31 de dezembro de 2020	(25.608)	-	(29.690)	-	(13.387)	(68.685)
Impacto no resultado	3.310	-	38.729	-	-	42.039
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	(22.298)	-	9.039	-	(13.387)	(26.646)

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

Impacto no resultado	(5.644)	-	(87)	-	-	(5.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(27.942)	-	8.952	-	(13.387)	(32.377)
Impacto no resultado	(502)	-	(447)	-	-	(949)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(28.444)	-	8.505	-	(13.387)	(33.326)
Valor Contábil						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.803.756	1.690.184	2.982.561	2.319.424	(12.140)	8.783.785
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.720.703	1.596.896	2.908.708	1.976.596	(12.140)	8.190.763
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.821.362	1.792.101	2.735.815	748.426	(12.140)	7.085.564

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 31 de Dezembro de 2023 houve impacto de uma despesa R\$ 4.984 de impairment (31/12/2022 - R\$ 4.439).

c) Compromisso de compra de ativos imobilizados

Em 31 de Dezembro de 2023, o Banco não possui valores compromissos contratuais para aquisição de ativo imobilizado (31/12/2022 - R\$50.047)

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

12. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IAS 36 o ágio é testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 2.n.i) e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 44).

	2023	2022	Banco Comercial 2021
Principais premissas:			
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa		
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	5,4%	5,1%	4,8%
Taxa de desconto antes de impostos (2)	20,3%	20,1%	18,8%
Taxa de desconto (2)	13,0%	12,9%	12,3%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Baseado no teste efetuado, não foi identificado perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Composição:			
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565	27.217.565
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.770	160.771	305.937
EmDia Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	184.447	236.626	237.663
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800	62.800
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590	32.613
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	41.324	24.346	24.346
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381	16.381
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	-	-	11.336
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	5.271	5.271	5.271
Banco PSA Finance Brasil S.A.	-	1.557	1.557
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	9.777	-
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919	-
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	39.589	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135	-
Total	27.852.568	27.889.327	27.915.469

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	27.889.327	27.915.469	28.360.137
Aquisições (baixas):			
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	-	-	(1.039.304)
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	-	(145.167)	305.937
EmDia Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	(52.180)	(1.036)	237.663
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	-	(23)	32.613
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	-	(11.336)	11.336
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	-	-	5.271
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	-	9.777	-
Monetus Investimentos S.A.	-	39.919	-
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	-	39.589	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	-	42.135	-

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Banco PSA Finance Brasil S.A.	(1.557)		
Outros	16.978	-	1.816
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	-	-	1.816
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	16.978	-	-
Saldo no final do exercício	27.852.568	27.889.327	27.915.469

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente. Ao término de cada exercício é realizada uma análise sobre a existência de indícios de impairment. Para o exercício de 2023, 2022 e 2021 com base nesses testes não houve impairment.

No teste de recuperabilidade do ágio, efetuado considerando-se o cenário de dezembro de 2023, e cujas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados, verificou-se que esses não resultaram em redução de valor por impairment.

13. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.353.841	362.196	6.716.037
Adições	1.429.459	71.103	1.500.562
Baixa	(633.534)	(3.270)	(636.804)
Transferências	(124.157)	-	(124.157)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.025.609	430.029	7.455.638
Adições	1.536.146	201.402	1.737.548
Baixa	(186.429)	(1.345)	(187.774)
Transferências	5.986	(38)	5.948
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.381.312	630.048	9.011.360
Adições	1.817.701	89.171	1.906.872
Baixa	(239.768)	(28.383)	(268.151)
Transferências	6.679	-	6.679
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.965.924	690.836	10.656.760

Amortização acumulada

Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.982.788)	(256.954)	(4.239.742)
Adições	(569.370)	(13.771)	(583.141)
Baixa	343.216	(4.558)	338.658
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(4.208.942)	(275.283)	(4.484.225)
Adições	(651.724)	(73.735)	(725.459)
Baixa	40.085	2.991	43.076
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(4.820.581)	(346.027)	(5.166.608)
Adições	(857.292)	(42.042)	(899.334)
Baixa	34.231	48.714	82.945
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(5.643.642)	(339.355)	(5.982.997)

Perda por não-recuperação ("impairment") - TI	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(69.934)	-	(69.934)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(23.066)	(7.094)	(30.160)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(93.000)	(7.094)	(100.094)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(10.091)	(21.160)	(31.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(103.091)	(28.254)	(131.345)
Impacto no resultado ⁽¹⁾	(16.044)	(3.429)	(19.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(119.135)	(31.683)	(150.818)

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.723.667	147.652	2.871.319
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.457.640	255.767	3.713.407
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.203.147	319.798	4.522.945

(1) Refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

14. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Outros valores a receber de clientes	1.853.699	1.645.963	922.860
Despesas antecipadas	1.272.342	1.031.104	797.365
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496
Ativo Atuarial (nota 21)	338.820	292.770	287.808
Outros recebíveis (1)	2.531.294	5.304.196	4.040.499
Total	5.996.651	8.274.529	6.049.028

(1) Corresponde, principalmente, a pagamento de prêmios da carteira de folha de pagamento.

15. Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	118.511.957	116.079.014	121.005.909
Total	118.511.957	116.079.014	121.005.909
Tipo:			
Depósitos à vista ⁽¹⁾	5.100.220	3.520.842	126.203
Depósitos a prazo ⁽²⁾	95.289.502	87.824.144	75.754.363
Operações compromissadas	18.122.235	24.734.028	45.125.343
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	62.882	70.188	13.478.131
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	18.059.353	24.663.840	31.647.212
Total	118.511.957	116.079.014	121.005.909

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Moeda:			
Real	43.195.827	46.952.884	62.322.887
Euro	-	-	9.309
Dólar norte-americano	71.924.538	68.661.828	58.673.713
Outras moedas	3.391.592	464.302	-
Total	118.511.957	116.079.014	121.005.909

16. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, do item “Depósitos de clientes” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Classificação:			
Passivos financeiros ao custo amortizado	583.220.576	489.953.489	468.961.069
Total	583.220.576	489.953.489	468.961.069
Tipo:			
Depósitos à vista:			
Contas correntes ⁽¹⁾	36.598.932	26.607.407	41.742.247
Cadernetas de poupança	58.075.460	60.170.586	65.248.913
Depósitos a prazo	390.497.032	339.943.008	280.955.456
Operações compromissadas	98.049.152	63.232.488	81.014.453
Sendo:			
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	21.550.508	17.309.369	20.103.099
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	76.498.644	45.923.119	60.911.354
Total	583.220.576	489.953.489	468.961.069

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

17. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Classificação:			
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	5.985.593	8.921.518	7.459.784
Passivos financeiros ao custo amortizado	124.397.422	107.120.875	79.036.792
Total	130.383.015	116.042.393	86.496.576
Tipo:			
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	41.677.823	34.997.824	28.918.966
Eurobonds	13.612.088	14.508.126	12.952.068
Letras financeiras (2)	22.729.058	33.713.048	25.074.264
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	36.422.805	24.045.319	16.989.434
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	15.941.241	8.778.076	2.561.845
Total	130.383.015	116.042.393	86.496.576

- (1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2030 (2022 - com prazo de vencimento entre 2023 e 2028 e 2021 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2028).
- (2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2033 (2022 - com prazo de vencimento entre 2023 e 2032 e 2021 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2031).
- (3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2023, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2022- com prazo de vencimento entre 2023 e 2032).

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

Indexadores:	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Letras Financeiras	100% a 108% do CDI	-
	100% do IPCA	-
	Pré-fixadas: 6,18% a 14,31%	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	80% a 105,8% do CDI	-
	Pré-fixadas: 4,38% a 14%	-
	100% do IPCA	-
	IPCA 1,5% a 1,7%	-
	TR 100%.	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	64% a 108% do CDI	-
	Pré-fixadas: 4,83% a 13,72%	-
Letra Imobiliária Garantida - LIG	80% a 106% do CDI	-
	100% do IPCA	-
	Pré-fixados 100%	-
Eurobonds	-	0,04% a 13,04%
	-	CDI+6,4%
	-	CDI+9%

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Moeda:			
Real	116.770.927	101.534.267	73.544.509
Dólar norte-americano	13.612.088	14.508.126	12.952.068
Total	130.383.015	116.042.393	86.496.576

Moeda:	2023	2022	Juros médios (%) 2021
Real	11,9%	12,3%	5,4%
Dólar norte-americano	4,9%	5,2%	5,7%
Total	8,4%	8,8%	5,6%

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	116.042.393	86.496.576	56.875.514
Emissões	75.404.958	60.583.109	101.784.961
Pagamentos	(63.400.960)	(39.154.639)	(97.220.580)
Juros (nota 32)	4.998.766	6.951.908	4.536.849
Variação cambial e outros	(2.662.142)	1.165.439	20.519.832
Saldo no final do exercício	130.383.015	116.042.393	86.496.576

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, nenhum desses instrumentos foram convertidos em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota 43-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado correspondentes em cada exercício.

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

Notas Explicativas

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2023	2022	2021
2018	2025	Até 6,4% + CDI	-	-	306.253
2019	2027	Até 9% + CDI	-	32.204	1.189.699
2020	2027	Até 9% + CDI	-	90.069	3.363.551
2021	2031	Até 9% + CDI	3.337.315	6.306.335	8.092.563
2022	2035	Até 9% + CDI	1.918.929	8.079.519	-
2023	2033	Até 9% + CDI	8.355.844	-	-
Total			13.612.088	14.508.127	12.952.066

18. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Em milhares de Reais

	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	2023	2022	2021
		Sem Prazo					
Nível I (1)	nov-18	(Perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.116.218	6.591.740	7.050.080
Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	-	6.580.937	7.038.527
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	7.072.124	6.133.677	5.351.046
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	266.647	231.264	201.755
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	6.171.978	-	-
Total					19.626.967	19.537.618	19.641.408

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em 2021 e 2023 possuem opção de resgate e recompra.

	2023	2022	2021
Saldos no início do exercício	19.537.618	19.641.408	13.119.660
Emissão - Nível II	6.000.000	-	5.500.000
Juros Nível I (1)	461.186	484.291	505.300
Juros Nível II (1)	1.464.586	379.103	449.899
Variação Cambial e Outros	(614.496)	(105.467)	977.855
Pagamento de juros - Nível I	(507.291)	(467.099)	(493.071)
Pagamento de juros - Nível II	(206.683)	(394.618)	(418.235)
Recompra	(6.507.953)	-	-
Saldo no final do exercício	19.626.967	19.537.618	19.641.408

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares" (Nota 32).

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,25% a.a.; (c) sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.250 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,125% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 8 de novembro de 2028; e (d) Periodicidade de pagamento dos juros: semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º(quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios..

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

19. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Cartões de crédito	54.169.518	38.941.974	45.976.315
Transações pendentes de liquidação (1)	7.685.564	20.743.759	10.861.143
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	137.284	191.720	1.029.952
Contas de cobrança fiscal - tributos a recolher	1.208.245	1.108.778	969.939
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	25.497	32.138	40.511
Outros passivos financeiros	1.567.476	1.574.735	2.570.656
Total	64.793.584	62.593.104	61.448.516

(1) Inclui operações a liquidar com a B3 S.A. e ordens de pagamento em moeda estrangeira.

20. Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares

Em, 31 de dezembro de 2023, o saldo de provisões para fundo de pensões e obrigações similares totalizou R\$2.543.504 (2022 - R\$1.775.202 e 2021 - R\$2.728.126).

I. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Os planos de benefícios definidos e variáveis administrados pela entidade Banesprev são: Plano I, Plano II, Plano III, Plano IV, Plano V, Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75, Plano Sanprev I, Plano Sanprev II, Plano Sanprev III, DCA, DAB e CACIBAN. Todos os planos estão fechados para novas adesões.

• Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2023, foram de R\$54.774 (2022 - R\$58.960 e 2021 - R\$69.142).

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBl - Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBl - Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-verbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2023 foram de R\$29.348 (2022 - R\$22.068 e 2021 - R\$ 17.880).

II. Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade. Os planos administrados pela entidade são:

- Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi);
- Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares).

Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios):

Fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para aposentados (Seguros de Vida):

Concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):

Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2023		2022		2021	
Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	8,7%	8,7%	9,44% ¹ e 9,64%	9,46% ² e 9,64%	8,4%	8,4%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,7%	8,7%	9,44% ¹ e 9,64%	9,46% ² e 9,64%	8,4%	8,4%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido e abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas de 2023 e dos últimos 2 anos é a seguinte:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	24.106.720	26.503.960	28.681.417	4.588.664	5.123.868	5.918.026
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	(911)	1.432	1.799	4.903	5.015	6.820
Custo dos juros	2.188.015	2.175.565	1.971.031	429.103	427.484	417.536
Benefícios pagos	(2.487.932)	(3.269.089)	(2.159.866)	(448.912)	(398.149)	(373.341)
Perdas (ganhos) atuariais	2.433.313	(1.347.974)	(1.992.512)	556.575	(569.554)	(845.173)
Outros	2.345	42.826	2.091	-	-	-
Valor presente das obrigações no fim do exercício	26.241.551	24.106.720	26.503.960	5.130.333	4.588.664	5.123.868
Menos:						
Valor justo dos ativos do plano (1)	27.328.362	27.316.715	28.321.826	5.570.353	4.945.407	5.096.262
Ativos não reconhecidos (1)	(2.649.505)	(4.141.741)	(3.645.083)	(1.082.010)	(907.430)	(585.495)
Provisões - líquidas	1.562.694	931.746	1.827.217	641.990	550.687	613.101
Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	2.204.684	1.482.433	2.440.318			
Sendo:						
Provisões atuariais	2.543.504	1.775.202	2.728.126			
Ativos atuariais (nota 15)	338.820	292.770	287.808			
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(99.752)	(950.298)	(791.317)	387.599	(399.946)	(521.100)
Experiência do Plano	(585.676)	(739.281)	(2.640.120)	(171.107)	(10.858)	(290.878)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.652.752)	2.087.825	4.632.632	(419.306)	580.286	1.136.497
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(178.125)	(174)	-	33.838	126	(446)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.416.553)	1.348.370	1.992.512	(556.575)	569.554	845.173
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(127.052)	(962.916)	(791.317)	387.599	(403.979)	(521.100)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(127.052)	(962.916)	(791.317)	387.599	(403.979)	(521.100)
Mudança no Superávit / Déficit Irrecuperável	1.801.693	(82.891)	(630.255)	(89.852)	(254.205)	(313.984)

(1) Refere-se aos planos superavitários Baneprev I e III, Sanprev I, II e III e Bandeprev.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Resultado						
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	(911)	1.432	1.799	4.903	5.015	6.820
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	(198.288)	2.175.565	(81.681)	(42.656)	427.484	14.985
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	308.381	(2.064.384)	252.608	84.729	(382.028)	31.500
Outros movimentos - Encargos Extraordinários	(280)	41.546	2.117	(91)	31	(135)
Total	108.902	154.159	174.843	46.885	50.502	53.170

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2023	2022	2021	2023	2022	2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	27.316.715	28.321.826	28.634.891	4.945.407	5.096.263	5.398.667
Receitas (Despesas) com Juros	2.386.330	2.477.872	2.052.712	471.759	449.758	402.551
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(99.752)	(950.298)	(791.317)	387.599	(399.946)	(521.100)
Contribuições	212.719	750.690	589.006	173.335	164.876	151.926
Sendo:						
Pelo Banco	210.367	747.913	585.437	173.335	164.876	151.926
Por participantes do plano	2.352	2.777	3.569	-	-	-
Benefícios pagos	(2.487.650)	(3.269.258)	(2.159.866)	(407.746)	(365.544)	(335.781)
Variações cambiais e outros itens	-	(14.117)	(3.600)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	27.328.362	27.316.715	28.321.826	5.570.354	4.945.407	5.096.263

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Sensibilidade					
	2023		2022		2021	
	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros						
(+)0,5%	(27.627)	(346.439)	(22.524)	(240.984)	(25.444)	(305.114)
(-)0,5%	24.768	266.243	24.802	265.351	28.133	337.349
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral						
Aplicada (+) 2 anos	(50.263)	(611.723)	(42.586)	(455.624)	(44.619)	(535.039)
Aplicada (-) 2 anos	48.527	544.105	45.310	484.763	47.934	574.793
Custo Assistência Médica						
(+)0,5%	26.968	291.763	29.297	313.438	31.280	375.089
(-)0,5%	(30.133)	(376.538)	(27.104)	(289.978)	(28.762)	(344.891)

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
Planos	Duração (Média em Anos)	Planos	Duração (em Anos)
Banesprev	8,89	Cabesp	12,01
Sanprev	8,16	Bandepe	10,39
Bandeprev	6,30	Clínica Grátis	9,32
SantanderPrevi	6,11	Diretores Vitalícios	6,90
CACIBAN / DAB / DCA	6,07 / 5,13 / 5,51	Diretores Saúde	23,81
		Circulares ⁽¹⁾	9,02 / 8,34
		Seguro de Vida	5,28

21. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Obrigações e Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares (Nota 21)	2.543.504	1.775.202	2.728.126
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	8.930.277	7.339.941	8.876.356
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 15)	496	496	496
Processos judiciais e administrativos	8.457.667	6.754.262	7.668.914
Sendo:			
Cíveis	2.888.359	2.875.936	3.231.004
Trabalhistas	3.277.476	1.700.752	2.071.811
Fiscais e Previdenciárias	2.291.832	2.177.574	2.366.099
Provisões para compromissos contingentes (Nota 22.b.1)	382.485	430.484	908.027
Provisões diversas	89.629	154.700	298.919
Total	11.473.781	9.115.143	11.604.482

b) Variações

As variações no saldo de "Obrigações e Provisões" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	2023 Total
Saldo no início do exercício	1.775.202	7.339.941	9.115.143
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	154.499	-	154.499
Despesas com pessoal (nota 39)	3.788	-	3.788
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(89)	4.472.411	4.472.322
Outros Resultados Abrangentes	834.702	-	834.702
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	-	(47.999)	(47.999)
Pagamentos a fundos externos	(251.467)	-	(251.467)
Valor pago	-	(2.834.076)	(2.834.076)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	26.869	-	26.869
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	-	-
Saldo no fim do exercício	2.543.504	8.930.277	11.473.781

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	2022 Total
Saldo no início do exercício	2.728.126	8.876.356	11.604.482
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	156.637	-	156.637
Despesas com pessoal (nota 39)	6.447	-	6.447
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	40.470	1.652.562	1.693.032
Outros Resultados Abrangentes	(401.147)	-	(401.147)
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	-	(477.543)	(477.543)
Pagamentos a fundos externos	(783.187)	-	(783.187)
Valor pago	-	(2.713.474)	(2.713.474)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	27.856	-	27.856
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	2.040	2.040
Saldo no fim do exercício	1.775.202	7.339.941	9.115.143

Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	2021 Total
Saldo no início do exercício	3.929.265	9.885.713	13.814.978
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	217.413	-	217.413
Despesas com pessoal (nota 39)	8.619	-	8.619
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(1.618)	1.997.788	1.996.170
Outros Resultados Abrangentes	(833.511)	-	(833.511)
Constituição de provisões para compromissos contingentes	-	183.248	183.248
Pagamentos a fundos externos	(619.086)	-	(619.086)
Valor pago	-	(3.222.395)	(3.222.395)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	27.045	-	27.045
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	32.002	32.002
Saldo no fim do exercício	2.728.126	8.876.356	11.604.483

(1) Para maiores informações, consultar a nota 21. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.

b.1) Provisões para compromissos contingentes

Conforme nota 1.iv, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões no exercício de 2023 e 2022.

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do período	430.484	908.027	724.779
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	(47.999)	(477.543)	183.248
Saldo no fim do exercício	382.485	430.484	908.027

c) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

c.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes R\$1.099.049 (31/12/2022 - R\$ 1.016.253): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) R\$138.250 (31/12/2022 - R\$133.593) o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$379.234 (2022 - R\$319.020): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Nota 22.c.4 – Risco de Perda Possível).

c.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa.

Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no estatuto social do Banco. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Agora, cada beneficiário da decisão poderá ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. Por enquanto, há 7.422 processos individuais em andamento. O risco de perda é provável.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses trazidas pelo Banco, principalmente as prescrição e limitação de pagamentos até dezembro de 2006 (Plano V).

Por fim, devido à divergência de interpretação da Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o estatuto correto de limitações a serem utilizadas nos casos individuais arquivados.

Em 31 de dezembro de 2023 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

c.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

c.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$34.644.132, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de dezembro de 2023, o valor envolvido é de R\$2.121.173. Para as demais ações judiciais, foram constituídas

as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$9.164.600.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2023, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$4.044.099.

Compensação Não Homologada – o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$5.080.503.

Amortização do Ágio do Banco Real – a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$1.637.412.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$1.446.014.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de R\$2.361.898.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, e, atualmente, aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$743.918.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente ao Banco. Em julho de 2020, o Banco ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$549.815.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R\$918.413.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$149.992 no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. A ação foi julgada desfavoravelmente ao Santander que recorreu. O recurso aguarda julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.692.210 no Consolidado, tendo como principal processo a ação indenizatória referente à de serviços de custódia prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

22. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Resultado Operacional antes da tributação	11.921.651	19.574.727	24.750.329
Resultado Operacional antes da tributação	11.921.651	19.574.727	24.750.329
Alíquota (25% de imposto de renda e 20% contribuição social) (4)	(5.364.743)	(8.890.954)	(12.375.164)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (1)	(3.789.866)	(3.629.609)	(1.679.789)
Não tributável/Não dedutível:			
Equivalência patrimonial	108.380	3.880	72.114
Ágio	-	-	(559.247)
Variação cambial - filiais no exterior (2)	-	-	768.902
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (3)	1.016.111	1.161.311	(230.958)
Ajustes:			
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	127.166	312.227	264.191
Juros sobre Capital			
Próprio	2.660.040	2.361.830	1.820.072
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4)	684.133	715.075	1.192.687
Outros ajustes	2.135.940	2.730.988	1.536.187
Imposto sobre a renda	(2.422.839)	(5.235.252)	(9.191.005)
Sendo:			
Impostos correntes	(7.962.995)	(4.597.818)	(8.087.119)
Impostos diferidos	5.540.156	(637.434)	(1.103.886)
Impostos pagos no exercício	(5.892.511)	(6.077.436)	(4.534.538)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(3) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.

(4) No Consolidado consideramos as diferenças de alíquotas de CSLL de 9% (empresas não financeiras), 15% (empresas Financeiras) e 20% (Bancos).

As questões tributárias incertas estão divulgadas na nota 22 c.4).

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal ainda distinto para os tributos PIS e COFINS, de tais diferenças cambiais, resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022	2021
Variações cambiais (líquidas)			
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	(3.281.452)	(2.643.931)	3.862.128
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros			
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> cambial	3.444.617	2.773.337	(6.374.108)
Impostos sobre a renda			
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> - PIS/COFINS	(163.165)	(129.406)	275.052
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como <i>hedge</i> - IR/CS	-	-	2.236.928

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Resultado Operacional antes da tributação	11.921.652	19.574.727	24.750.329
Imposto sobre a renda	2.422.839	5.235.252	9.191.005
Alíquota efetiva	20,32%	26,74%	37,13%

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	139.356.609	4.853.421	4.583.297
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	136.550.936	2.061.631	1.978.165
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	223.487	758.045	388.307
Avaliação de hedge de investimento	562.353	562.352	562.353
Avaliação de plano de benefício definido	2.019.833	1.471.393	1.654.472
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(140.799.732)	(1.474.107)	(2.349.500)
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(133.417.362)	(1.465.965)	(2.340.394)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	(430.444)	-	-
Avaliação de hedge de investimento	(1.421.361)	-	-
Avaliação de plano de benefício definido	(5.530.565)	(8.142)	(9.106)
Total	(1.443.123)	3.379.314	2.233.797

Refere-se a impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido derivados de diferenças temporárias contabilizadas no patrimônio líquido.

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

Notas Explicativas

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Ativos Fiscais Diferidos	43.445.704	38.607.588	37.640.297
Sendo:			
Diferenças temporárias ⁽¹⁾	37.877.300	33.086.551	32.884.314
Prejuízo fiscal	5.561.066	5.521.037	4.755.983
CSLL 18%	7.338	-	-
Total de ativos fiscais diferidos	43.445.704	38.607.588	37.640.297
Passivos fiscais Diferidos	3.699.432	3.642.000	2.225.190
Sendo:			
Depreciação excedente de bens arrendados	391.490	289.026	-
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	3.307.942	3.352.974	2.225.190
Total de passivos fiscais diferidos	3.699.432	3.642.000	2.225.190

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação ("impairment") sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

As movimentações dos saldos dos itens "Ativos fiscais diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos três exercícios foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Ajuste ao resultado	Ajustes ao valor de justo (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Ativos Fiscais Diferidos	38.607.588	5.720.657	(950.117)	67.576	-	43.445.704
Diferenças temporárias	33.086.551	5.673.290	(950.117)	67.576	-	37.877.300
Prejuízo fiscal	5.521.037	40.029	-	-	-	5.561.066
CSLL 18%	-	7.338	-	-	-	7.338
Passivos fiscais diferidos	3.642.000	169.844	(116.235)	3.823	-	3.699.432
Diferenças temporárias	3.642.000	169.844	(116.235)	3.823	-	3.699.432
Total	34.965.588	5.550.813	(833.882)	63.753	-	39.746.272

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Ajuste ao resultado	Ajustes ao valor de justo (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Ativos Fiscais Diferidos	37.640.297	2.834.405	(735.734)	(1.131.380)	-	38.607.588
Diferenças temporárias	32.884.314	2.069.351	(735.734)	(1.131.380)	-	33.086.551
Prejuízo fiscal	4.755.983	765.054	-	-	-	5.521.037
CSLL 18%	-	-	-	-	-	-
Passivos fiscais diferidos	2.225.190	2.898.723	(647.856)	(834.057)	-	3.642.000
Diferenças temporárias	2.225.190	2.898.723	(647.856)	(834.057)	-	3.642.000
Total	35.415.107	(64.318)	(87.878)	(297.323)	-	34.965.588

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Ajuste ao resultado	Ajustes ao valor de justo (1)	Outros (2)	Aquisição/ Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Ativos Fiscais Diferidos	37.999.396	(3.609.495)	1.696.091	1.554.305	-	37.640.297
Diferenças temporárias	32.131.133	(2.497.215)	1.696.091	1.554.305	-	32.884.314
Prejuízo fiscal	5.693.104	(937.121)	-	-	-	4.755.983
CSLL 18%	175.159	(175.159)	-	-	-	-
Passivos fiscais diferidos	4.546.595	(1.344.268)	(977.137)	-	-	2.225.190
Diferenças temporárias	4.546.595	(1.344.268)	(977.137)	-	-	2.225.190
Total	33.452.801	(2.265.227)	2.673.228	1.554.305	-	35.415.107

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.

(2) Em 2023 refere-se, principalmente, ao net dos impostos diferidos no montante de R\$63.753 (2022 – R\$ (297.323) e 2021 – R\$ 1.554.305), que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ano	Ativos fiscais diferidos				Passivos fiscais diferidos	
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	CSLL 18%	Total	Diferenças temporárias	Total
2024	12.471.971	304.170	7.338	12.783.479	1.033.718	1.033.718
2025	6.719.740	114.323	-	6.834.063	1.009.210	1.009.210
2026	8.632.828	30.232	-	8.663.060	790.195	790.195
2027	6.972.302	5.307	-	6.977.609	772.793	772.793
2028	2.222.631	1.251.773	-	3.474.404	21.352	21.352
2029 a 2033	857.828	3.833.641	-	4.691.469	72.164	72.164
Até 2034	-	21.620	-	21.620	-	-
Total	37.877.300	5.561.066	7.338	43.445.704	3.699.432	3.699.432

23. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Despesas provisionadas e receitas diferidas (1)	3.768.139	4.127.300	2.649.744
Transações em andamento (3)	1.206.095	794.786	796.671
Provisão para pagamento com base em ações	368.434	340.789	319.660
Passivos por contratos de seguros (4)	1.734.544	1.950.220	2.011.596
Outros (2)	11.937.017	5.679.249	4.723.707
Total	19.014.230	12.892.344	10.501.378

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.

(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar como Taxas Administrativas, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e Fornecedores.

(3) Inclui principalmente valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito (recursos em trânsito) e valores a liberar referentes às operações de créditos imobiliários.

(4) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 17, conforme divulgado na nota 1, item c.1.

24. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "Outros Resultados Abrangentes", como segue:

- Ajuste ao valor justo - Ganhos/(perdas): incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.
- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.
- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos Financeiros com efeito no Patrimônio Líquido**a.1) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes**

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (Nota 6), líquidos de impostos.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (IFRS 9) em 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

Em milhares de Reais				2023
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	2.533.250	(1.437.728)	1.095.522	58.841.921
Títulos privados	10.864	(568.948)	(558.084)	194.216
Total	2.544.114	(2.006.676)	537.438	59.036.137

Em milhares de Reais				2022
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	1.460.128	(2.544.087)	(1.083.959)	54.809.740
Títulos privados	428.640	(52.114)	376.526	582.438
Total	1.888.768	(2.596.201)	(707.433)	55.392.178

Em milhares de Reais				2021
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	6.756.252	(9.937.757)	(3.181.505)	101.158.055
Títulos privados	795.765	(3.965)	791.800	54.545
Total	7.552.017	(9.941.722)	(2.389.705)	101.212.600

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (títulos de dívida) têm indícios de perda por não recuperação.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - Hedge de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles sejam reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (Nota 8).

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - Hedges de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Em 2022, esse hedge foi descontinuado (Nota 8.a5).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (Nota 2.a).

25. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor da parcela de lucro ou prejuízo atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL); S.A.

Notas Explicativas

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Total	403.350	497.342	334.349
Banco PSA Finance Brasil S.A.		130.404	129.289
Rojo Entretenimento S.A.	8.165	7.692	6.939
Banco Hyundai Capital	268.859	218.808	183.538
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	(9.379)	(72)	3.109
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	112.023	115.671	11.474
Toro Investimentos S.A.	21.640	19.899	-
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	25	1.648	-
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	2.017	3.292	-

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Lucro atribuível às participações não-controladoras	49.499	52.382	31.272
Sendo:			
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	-	-
Banco PSA Finance Brasil S.A.	8.068	11.657	12.688
Rojo Entretenimento S.A.	697	530	(148)
Banco Hyundai Capital	50.530	41.107	21.563
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	(6.774)	(3.182)	1.569
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(3.212)	2.693	(4.400)
Toro Investimentos S.A.	3.253	1.229	-
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	(1.785)	(1.023)	-
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	(1.278)	(629)	-

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Saldo no início do exercício	497.342	334.349	312.885
Mudança no escopo de consolidação	-	-	17.415
Incorporação/Aquisição	(134.214)	20.446	-
Dividendos pagos / Juros sobre capital próprio	(6.790)	(7.432)	(19.138)
Aumento de Capital	-	66.957	-
Lucro atribuível às participações não-controladoras	49.499	52.382	31.272
Outros	(2.487)	30.640	(8.085)
Saldo no encerramento do exercício	403.350	497.342	334.349

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de dois bilhões de reais, sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de cinquenta e sete bilhões de reais para cinquenta e cinco bilhões de reais.

*) Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2023			Ações - mil 2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no Brasil	124.804	150.621	275.425	120.850	146.392	267.242
De Domiciliados no exterior	3.693.891	3.529.215	7.223.106	3.697.845	3.533.444	7.231.289
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(27.193)	(27.193)	(54.386)	(31.162)	(31.162)	(62.324)
Total em circulação	3.791.502	3.652.643	7.444.145	3.787.533	3.648.674	7.436.207

	Ações - mil 2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	109.718	135.345	245.063
De Domiciliados no Exterior	3.708.977	3.544.491	7.253.468
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(15.755)	(15.755)	(31.510)
Total em circulação	3.802.940	3.664.081	7.467.021

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	2023						
	Reais por milhares de ações / Units						
	Bruto			Líquido			
	Em milhares de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos Intercalares (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	6.200.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023.

							2022
Reais por milhares de ações / Units							
	Em milhares de Reais	Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Units	Ordinárias	Preferenciais	Units
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.
- (6) Serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

							2021
Reais por milhares de ações / Units							
	Em milhares de Reais	Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Units	Ordinárias	Preferenciais	Units
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,04	477,45	911,49	368,94	405,83	774,77
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,79	34,97	66,75	27,02	29,72	56,74
Total	9.649.000						

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, que serão pagos a partir do dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Santander possuía 348.147.839 ações ordinárias e 375.952.252 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

	2023	2022	2021
	Quantidade	Quantidade	Quantidade
	Units	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do Exercício	31.161	15.755	18.829
Aquisições de Ações	1.272	20.297	91
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(5.241)	(4.891)	(3.165)
Ações em Tesouraria no final do Exercício	27.192	31.161	15.755
Saldo de Ações em Tesouraria em milhares de reais	R\$ 1.105.013	R\$ 1.217.545	R\$ 711.268
Custos de Emissão em milhares de reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 1.106.784	R\$ 1.219.316	R\$ 713.039
Custo / Cotação da Ação	Units	Units	Units
Custo mínimo (1)	R\$7,55	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado (1)	R\$27,62	R\$27,73	R\$33,86
Custo máximo (1)	R\$49,55	R\$49,55	R\$49,55
Cotação da Ação	R\$31,00	R\$28,19	R\$29,98

(1) Considerando desde o início das operações em bolsa.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em um ganho de R\$27.921 (2022 – ganho de R\$ 68.895 e 2021 – perda de R\$40.820), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

27. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2023	2022	2021
Lucro atribuível à controladora	9.449.313	14.287.093	15.528.052
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R\$):			
Ações ordinárias	1.208,83	1.831,43	1.981,65
Ações preferenciais	1.329,71	2.014,57	2.179,82
Lucro líquido atribuído - Básico (em reais - R\$)			
Ações ordinárias	4.587.598	6.936.588	7.535.924
Ações preferenciais	4.861.715	7.350.505	7.992.128
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico			
Ações ordinárias	3.795.082	3.787.533	3.802.851
Ações preferenciais	3.656.223	3.648.674	3.666.423

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

	2023	2022	2021
Lucro atribuível à controladora	9.449.313	14.287.093	15.528.052
Lucro por Ação (R\$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (R\$):			
Ações ordinárias	1.208,83	1.831,43	1.981,65
Ações preferenciais	1.329,71	2.014,57	2.179,82
Lucro líquido atribuído - Diluído (R\$)			
Ações ordinárias	4.587.598	6.936.588	7.535.924
Ações preferenciais	4.861.715	7.350.505	7.992.128
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído			
Ações ordinárias	3.795.082	3.787.533	3.802.851
Ações preferenciais	3.656.223	3.648.674	3.666.423

28. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (NTN-A), compromissadas, LCI Cancelável e em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Categoria	Tipo Ativo/Passivo	Técnica de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de Inflação	Discounted cash flow	Taxa de Cupom de IGPM
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow	Taxas pré-fixadas de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo IDI
	Opções de Moeda	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Passivo de previdência	Modelo Atuarial	Taxa de Cupom de IGPM
	Títulos privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields") de NTN-C e TDA
Opções de Venda	Opções de venda	Discounted cash flow	Taxas de crescimento e taxas de desconto

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e de 2021, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	76.857.391	125.495.820	6.568.685	208.921.896
Instrumentos de dívida	74.213.933	6.115.373	3.961.886	84.291.192
Instrumentos de patrimônio	2.643.458	743.991	34.705	3.422.154
Derivativos	-	27.450.135	1.819.517	29.269.652
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.288.135	752.577	3.040.712
Reservas no Banco Central do Brasil	-	88.898.186	-	88.898.186
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	54.822.917	1.618.535	2.610.638	59.052.090
Instrumentos de dívida	54.818.332	1.618.535	2.599.270	59.036.137
Instrumentos de patrimônio	4.585	-	11.368	15.953
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	25.069	-	25.069
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	48.667.180	914.261	49.581.441
Derivativos	-	22.849.596	914.261	23.763.857
Posições vendidas	-	19.831.991	-	19.831.991
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	5.985.593	-	5.985.593
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	1.176.571	-	1.176.571

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	63.367.187	78.496.001	3.652.114	145.515.302
Instrumentos de dívida	61.099.827	2.418.822	2.672.805	66.191.454
Instrumentos de patrimônio	2.267.360	309.657	28.262	2.605.279
Derivativos	-	19.697.923	536.583	20.234.506
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.479.818	414.464	1.894.282
Reservas no Banco Central do Brasil	-	54.589.781	-	54.589.781
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	52.154.497	1.767.733	1.503.441	55.425.671
Instrumentos de dívida	52.154.405	1.762.547	1.475.226	55.392.178
Instrumentos de patrimônio	92	5.186	28.215	33.493
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	1.741.318	-	1.741.318
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	40.512.986	233.762	40.746.748
Derivativos	-	18.465.563	233.762	18.699.325
Posições vendidas	-	22.047.423	-	22.047.423
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	8.921.518	-	8.921.518
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	8.921.518	-	8.921.518
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	-	-	-

	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	50.063.633	36.765.731	3.470.305	90.299.669
Instrumentos de dívida	48.184.075	19.329	2.671.208	50.874.612
Instrumentos de patrimônio	1.879.558	183.950	434.809	2.498.317
Derivativos	-	20.503.650	293.810	20.797.460
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	321.977	70.478	392.455
Reservas no Banco Central do Brasil	-	15.736.825	-	15.736.825
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	98.977.403	1.662.779	601.605	101.241.787
Instrumentos de dívida	98.975.973	1.649.925	586.702	101.212.600
Instrumentos de patrimônio	1.430	12.854	14.903	29.187
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	342.463	-	342.463
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	-	36.484.135	468.432	36.952.567
Derivativos	-	23.703.576	468.432	24.172.008
Posições vendidas	-	12.780.559	-	12.780.559
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	7.459.784	-	7.459.784
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	7.459.784	-	7.459.784
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	446.973	-	446.973

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2023, 2022 e 2021 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2022	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.652.114	(50.682)	1.093.895	1.873.358	6.568.685
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.503.441	30.764	1.090.459	(14.026)	2.610.638
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	233.762	(109.800)	384.082	406.217	914.261

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

	Valor Justo 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2022
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.470.305	(47.892)	(281.213)	510.914	3.652.114
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	601.605	(4.792)	325.456	581.172	1.503.441
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	468.432	(176.639)	(89.734)	31.703	233.762

	Valor Justo 31/12/2020	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	4.056.581	(624.506)	(36.051)	36.209	3.432.233
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.297.021	(268.095)	-	(427.322)	601.604
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	753.121	(337.847)	(137.963)	156.272	433.583

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

					31/12/2023
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	23.122.550	23.122.550	23.122.550	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	25.716.845	25.716.845	-	2.980.557	22.736.288
Empréstimos e adiantamentos a clientes	514.936.423	514.905.503	-	-	514.905.503
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	101.087.321	102.199.262	35.646.863	4.033.706	62.518.693
Reservas no Banco Central do Brasil	81.969.532	81.969.532	-	81.969.532	-
Total	746.832.671	747.913.692	58.769.413	88.983.795	600.160.484

					31/12/2022
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	22.003.439	22.003.439	22.003.439	-	-

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	20.713.315	20.713.315	-	2.439.823	18.273.492
Empréstimos e adiantamentos a clientes	488.735.746	484.362.272	-	-	484.362.272
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	81.329.013	81.129.982	23.419.946	9.873.633	47.836.403
Reservas no Banco Central do Brasil	73.046.299	73.046.299	-	73.046.299	-
Total	685.827.812	681.255.307	45.423.385	85.359.755	550.472.167

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	31/12/2021
					Nível 3
Aplicações no mercado aberto	16.657.201	16.657.201	16.657.201	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	26.485.913	26.485.913	-	4.129.438	22.356.475
Empréstimos e adiantamentos a clientes	464.451.587	460.525.749	-	6.044.808	454.480.941
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado -					
Instrumentos de dívida	73.125.011	74.074.095	28.472.612	12.124.154	33.477.329
Reservas no Banco Central do Brasil	69.178.841	69.178.841	-	69.178.841	-
Total	649.898.553	646.921.799	45.129.813	91.477.241	510.314.745

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

					31/12/2023
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	118.511.957	118.511.957	-	21.632.841	96.879.116
Depósitos de clientes	583.220.576	582.530.160	-	97.165.180	485.364.980
Obrigações por títulos e valores mobiliários	124.397.422	124.265.003	-	-	124.265.003
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Outros passivos financeiros	64.793.584	64.793.584	-	-	64.793.584
Total	910.550.506	909.727.671	-	118.798.021	790.929.650

					31/12/2022
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	116.079.014	116.079.014	-	24.734.029	91.344.985
Depósitos de clientes	489.953.489	489.920.266	-	63.223.998	426.696.268
Obrigações por títulos e valores mobiliários	107.120.875	105.554.365	-	-	105.554.365
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618
Outros passivos financeiros	62.593.104	62.593.104	-	-	62.593.104
Total	795.284.100	793.684.367	-	87.958.027	705.726.340

					31/12/2021
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	121.005.909	121.005.909	-	26.200.162	94.805.747
Depósitos de clientes	468.961.069	468.960.950	-	60.911.279	408.049.671
Obrigações por títulos e valores mobiliários	79.036.792	79.035.644	-	-	79.035.644
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	61.448.516	61.448.516	-	-	61.448.516
Total	750.093.694	750.092.427	-	87.111.441	662.980.986

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 2.e.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

29. Índices operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Patrimônio de Referência Nível I	81.259,1	75.943,7	76.969,9
Capital Principal	75.042,8	69.229,0	69.919,8
Capital Complementar	6.216,3	6.714,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II	13.644,2	13.109,8	12.591,3
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	94.903,3	89.053,5	89.561,3
Risco de Crédito (1)	560.780,9	559.230,6	527.119,3
Risco de Mercado (2)	33.002,7	19.332,1	15.122,2
Risco Operacional	60.491,1	60.073,2	58.499,8
Total de RWA (3)	654.274,7	638.635,9	600.741,3
Índice de Basileia Nível I	12,43	11,89	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	11,48	10,84	11,64
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,51	13,94	14,91

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWacom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWacam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

requerimentos estabelecidos.

30. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2023, 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	13.807.832	10.202.362	2.581.083
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	2.234.602	2.722.311	1.116.013
Empréstimos e adiantamentos a clientes	81.330.804	73.596.047	55.775.027
Instrumentos de dívida	24.195.031	22.001.700	16.957.840
Planos de previdência (nota 21)	36.973	19.587	19.612
Outros juros	6.677.465	6.683.111	1.537.733
Total	128.282.707	115.225.118	77.987.308

31. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2023, 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Depósitos de instituições de crédito	9.828.381	6.736.736	4.712.388
Depósitos de clientes	48.543.885	38.508.954	13.187.967
Títulos de dívida e passivos subordinados:			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	4.998.766	6.951.908	4.536.849
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 19)	1.925.772	863.394	902.398
Planos de previdência (nota 21)	189.138	176.224	237.024
Outros juros (1)	15.912.731	14.484.725	3.092.216
Total	81.398.673	67.721.941	26.668.842

(1) É composto principalmente por Despesas com Juros de Operações Compromissadas

32. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	18.658	33.985	89.563
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.521	4.088	477
Total	22.179	38.073	90.040

33. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	1.040.113	1.097.170	1.228.497
Contas à vista	2.940.423	2.917.271	3.088.728
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirentes	6.528.718	5.890.549	5.208.160
Cheques e outros	98.884	109.014	108.487
Ordens de pagamento	905.907	751.766	660.177
Total	11.514.045	10.765.770	10.294.049
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	510.695	568.455	672.915
Comissões de seguros e corretagem	3.646.974	3.524.201	3.499.342
Capitalização	712.660	803.052	703.980
Total	4.870.329	4.895.708	4.876.237
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	1.167.677	1.017.763	894.182
Negociação de títulos e valores mobiliários	291.167	325.960	304.507
Administração e custódia	898.058	704.936	640.608
Gestão de bens	1.645	890	946
Total	2.358.547	2.049.549	1.840.243
Outros:			
Cambiais	1.856.492	1.888.194	1.511.807
Garantias financeiras	757.770	678.908	804.503
Outros tarifas e comissões	1.097.595	959.594	1.061.250
Total	3.711.857	3.526.696	3.377.560
Total	22.454.778	21.237.723	20.388.089

34. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Tarifas e comissões designados a terceiros (1)	4.147.976	3.918.115	3.019.496
Outras tarifas e comissões	2.666.837	2.443.728	2.095.292
Total	6.814.813	6.361.843	5.114.788

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

35. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.440.830	4.801.086	5.280.479
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	(463.844)	(239.777)	(665.853)
Sendo: Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos de dívida	(42.405)	(42.552)	(432.510)
Instrumentos de patrimônio	(421.439)	(197.225)	(233.343)
Sendo: Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes			
Derivativos de hedge e outros	(247.467)	(407.973)	(4.392.844)
Total	2.729.519	4.153.336	221.782

(1) Inclui o hedge cambial da posição do Banco em Cayman (nota 23).

36. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Receitas com Variações Cambiais	104.400.557	170.221.459	196.480.319
Despesas com Variações Cambiais	(103.335.390)	(169.675.569)	(198.482.605)
Total	1.065.167	545.890	(2.002.286)

37. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Outras receitas operacionais	714.363	885.774	914.084
Outras despesas operacionais	(866.732)	(1.238.328)	(1.559.663)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(563.421)	(488.448)	(473.801)
Total	(715.790)	(841.002)	(1.119.380)

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023

Notas Explicativas

38. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica “Despesas com pessoal” está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Remuneração direta	6.640.403	6.311.240	5.905.394
Encargos	1.654.056	1.431.129	1.153.164
Benefícios	1.659.195	1.602.744	1.434.815
Fundos de pensões de benefício definido (nota 21)	3.867	6.447	6.415
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	180.926	128.091	152.156
Remuneração com base em ações	163.695	39.876	24.045
Treinamento	61.686	59.832	54.858
Outras despesas de pessoal	450.098	317.636	294.855
Total	10.813.926	9.896.995	9.025.702

Notas Explicativas

b) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. Estes montantes estão registrados nas rubricas Outras Obrigações (Nota 24) e despesas de Pessoal (Nota 39.a).

b.1) Programa Local e Global

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022		01/01 a 31/12/2021	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$	- (3)	R\$	40.403 (3)	R\$	4.216.667 (3)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$	- (2)	R\$	4.002.000 (2)	R\$	3.668.000 (2)
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$	- (1)	R\$	- (1)	R\$	2.986.667 (1)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$	18.270.000 (1)	R\$	23.490.000 (1)	R\$	13.520.000 (1)
		01/2023 a 12/2026	2026	R\$	750.000 (1)	R\$	- (1)	R\$	- (1)
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$	- (4)	R\$	1.500.000 (4)	R\$	1.834.000 (4)
		07/2019 a 06/2022	2022		- SANB11		111.066 SANB11		111.962 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022		- SANB11		304.594 SANB11		301.583 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023		- SANB11		209.278 SANB11		249.666 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023		- SANB11		139.163 SANB11		177.252 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2024		292.537 SANB11		343.863 SANB11		327.065 SANB11
		01/2021 a 01/2024	2024		217.291 SANB11		222.178 SANB11		30.545 SANB11
		01/2022 a 12/2025	2025		118.363 SANB11		66.323 SANB11		- SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026		15.637 SANB11		- SANB11		- SANB11
		Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2023			80.412 SAN (6)		159.253 SAN (6)
2023, com limite para exercício das opções até 2030					420.394 Op. Ações SAN (6)		832.569 Opções ações SAN (6)		1.618.445 Opções s/ SAN (**)
02/2024					117.601 SAN (7)		124.184 SAN (7)		135.632 SAN (**)
02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029					350.839 Op. Ações SAN (7)		370.477 Op. Ações SAN (7)		404.630 Op. Ações SAN (7)
2025					95.786 SAN (7)		150.703 SAN (7)		- SAN (7)
2025, com limite para exercício das opções até 2030					367.827 Op. Ações SAN (7)		578.713 Op. Ações SAN (7)		- Op. Ações SAN (7)
2026					199.680 SAN (7)		199.680 SAN (7)		- SAN (7)
2026, com limite para exercício das opções até 2033					537.637 Op. Ações SAN (7)		537.637 Op. Ações SAN (7)		- Op. Ações SAN (7)
2023, com limite para exercício das opções até 2032					Ações e opções sobre		Ações e opções sobre		Ações e opções sobre
					9.095.000 ações PagoNxt (8)		- ações PagoNxt (8)		- ações PagoNxt (8)
				12/2023			106.147 Ações SAM (9)		- Ações SAM (9)
				19.020.000 (1)		28.992.000 (1)		26.225.334 (1)	
				9.095.000 (8)		- (8)		- (8)	
				643.828 SANB11		1.436.867 SANB11		1.198.073 SANB11	
				293.799 SAN (6) (7)		434.140 SAN (6) (7)		445.208 SAN (6) (7)	
				Opções ações SAN		Opções ações SAN		Opções ações SAN	
				1.139.060 (6) (7)		1.781.759 (6) (7)		2.023.075 (6) (7)	
				106.147 SAM (9)		- SAM (9)		- SAM (9)	
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2023									

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

(*) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(**) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Programa	Tipo de Liquidação			
Local	Ações do Santander (Brasil)	17.097	25.506	20.720
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	6.380	3.706	3.534

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	156.962	8.228	63.658
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	223.562	76.275	111.995

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

39. Outras Despesas Administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Despesas com manutenções diversas	896.232	895.734	889.077
Despesas com manutenção de sistemas	2.383.988	2.577.479	2.474.348
Publicidade	521.964	540.593	621.425
Comunicações	501.765	421.522	353.271
Ajudas de custo e despesas de viagem	163.057	72.647	71.840
Tributos exceto imposto de renda	173.147	148.950	202.440
Serviços de vigilância e transporte de valores	524.680	548.759	597.946
Prêmios de seguros	26.783	21.977	22.374
Serviços técnicos especializados	2.397.149	2.228.715	2.184.139
Relatórios técnicos	512.257	425.767	355.343
Outros serviços técnicos e especializados	1.884.892	1.802.948	1.828.795
Outras despesas administrativas (1)	1.159.950	886.742	873.857
Total	8.748.715	8.343.118	8.290.717

(1) Em 31 de dezembro de 2023 é composto principalmente por Despesas com gastos com formalização de negócios R\$949.009 (2022 – R\$926.119 e 2021 – R\$719.815), Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$157.010 (2022 – R\$155.326 e 2021 – R\$160.716), Despesas de Serviços no saldo de R\$152.065 (2022 – receita de R\$ 52.165 e 2021 – R\$ 51.689), e Recuperação de Encargos e Despesas R\$304.025 (2022 – R\$ 435.717 e 2021 – R\$378.604).

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhões de Reais	2023	2022	2021
Auditoria independente das demonstrações financeiras das empresas constantes no escopo da consolidação	27,1	28,9	26,3
Relacionados a Auditoria	2,9	0,3	0,2
Outros	0,5	0,3	0,4
Total	30,5	29,5	26,9

O valor aproximado dos tributos conforme lei 12.741/2012 totalizam R\$4,3 (2022 – R\$4,2 milhões e 2021 – R\$3,8 milhões).

40. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Ganhos	1.038.003	62.951	45.780
Alienação de tangíveis	114.159	62.951	45.780
Alienação de investimentos (1)	923.844	-	-
Perdas	(39.595)	(40.596)	(60.893)
Alienação de tangíveis	(33.956)	(40.596)	(32.863)
Alienação de investimentos	(5.639)	-	(28.030)
Total	998.408	22.355	(15.113)

(1) O Banco Santander, através da sua subsidiária Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (“Santander Corretora”), vendeu parte de sua participação acionária na Webmotors S.A. para a Carsales, desfazendo-se assim de 40% do capital social da empresa no Consolidado, conforme detalhado na nota 3.g.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

41. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Composição			
Constituição líquida de reversão de provisão de ativos não financeiros	29.707	47.130	(25.219)
Resultado na Alienação de ativos não financeiros	32.260	73.588	81.654
Despesas operacionais de ativos não financeiros	(16.772)	(11.591)	(8.810)
Total	45.195	109.127	47.625

42. Outras divulgações**a) Garantias e compromissos**

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

Como exigido, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores notional que poderiam ser considerados como perda se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "Máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	62.579.329	54.497.392	49.391.839
Garantias financeiras	44.891.225	41.456.445	33.192.559
Garantias de desempenho	1.994.311	2.167.016	1.167.603
Cartas de crédito financeiras	15.667.096	10.841.284	14.990.887
Outros	26.696	32.647	40.790
Outras exposições contingentes	3.091.932	2.881.565	4.028.516
Créditos de documentação	3.091.932	2.881.565	4.028.516
Total de passivos contingentes	65.671.261	57.378.957	53.420.355
Compromissos			
Compromissos de empréstimo resgatáveis ⁽¹⁾	177.455.391	158.731.264	145.958.258
Total de compromissos	177.455.391	158.731.264	145.958.258
Total	243.126.652	216.110.221	199.378.613

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (*standby letter of credits*) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo está descrito na nota 2.i.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$282.613 (2022 - R\$307.296 e 2021 - R\$382.255).

b) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (Nota 2.w).

Os fundos geridos pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Fundos sob gestão	11.871.919	18.934.221	2.770.684
Fundos Administrados	291.736.828	265.517.852	192.927.475
Total	303.608.747	284.452.073	195.698.159

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$ 80.174.807 (2022 - R\$ 48.918.436 - e 2021 - R\$ 37.998.502).

d) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos dos Ativos Financeiros e Passivos Financeiros ao custo Amortizado do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2023 Total
Ativo:							
Disponibilidades	9.213.539	13.909.011	-	-	-	-	23.122.550
Instrumentos de dívida	412.242	69.310.969	10.259.106	120.485.997	36.519.808	7.426.528	244.414.650
Instrumentos de patrimônio	2.768.129	365.129	155.528	149.321	-	-	3.438.107
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	54.683	7.259.224	4.100.331	13.974.320	320.376	7.911	25.716.845
Empréstimos e adiantamentos a clientes	24.033.838	130.798.304	120.472.284	136.237.815	56.969.138	49.465.756	517.977.135
Derivativos	27.780	7.346.217	874.329	17.727.138	1.035.989	2.283.268	29.294.721
Reservas no Banco Central do Brasil	170.867.718	-	-	-	-	-	170.867.718
Total	207.377.929	228.988.854	135.861.578	288.574.591	94.845.311	59.183.463	1.014.831.726

Passivo:

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	397.566	43.944.781	57.342.156	11.884.064	3.024.168	1.919.222	118.511.957
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	73.434.602	248.146.746	105.182.508	99.181.326	53.188.713	4.086.681	583.220.576
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	13.968.517	35.762.179	67.809.219	1.612.849	5.244.658	124.397.422
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	391.121	812.411	1.260.717	1.416.688	15.746.030	19.626.967
Outros passivos financeiros	1.492.807	15.473.357	3.863.003	43.925.800	38.617	-	64.793.584
Posições vendidas	-	722.785	1.672.459	3.182.266	2.741.410	11.513.071	19.831.991
Derivativos	-	4.344.309	4.013.055	12.858.091	1.674.379	2.050.594	24.940.428
Total	75.324.975	326.991.616	208.647.771	240.101.483	63.696.824	40.560.256	955.322.925
Diferença (ativo e passivo)	132.052.954	(98.002.762)	(72.786.193)	48.473.108	31.148.487	18.623.207	59.508.801

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2022 Total
Ativo:							
Disponibilidades	21.588.648	414.791	-	-	-	-	22.003.439
Instrumentos de dívida	16.743.026	6.128.498	24.066.831	51.980.394	33.416.823	70.577.073	202.912.645
Instrumentos de patrimônio	2.473.827	42.813	116.447	2.429	-	3.256	2.638.772
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	53.762	542.117	10.740.281	8.723.942	640.701	12.512	20.713.315
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.271.204	123.503.143	117.101.333	152.555.108	38.944.000	47.255.240	490.630.028
Derivativos	5.815	4.365.403	2.827.973	4.661.329	3.033.806	7.081.498	21.975.824
Reservas no Banco Central do Brasil	96.850.321	30.787.099	-	-	-	-	127.637.420
Total	148.986.603	165.783.864	154.852.865	217.923.202	76.035.330	124.929.579	888.511.443
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	356.140	95.792.043	236.530	14.468.825	2.902.097	2.323.379	116.079.014
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	77.834.830	185.158.988	98.821.185	85.233.350	42.786.508	118.628	489.953.489
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	2.206.218	12.355.853	32.544.969	44.723.451	10.150.295	5.140.089	107.120.875
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	6.786.472	875.575	1.358.736	1.526.828	8.990.007	19.537.618
Outros passivos financeiros	185.609	35.253.913	3.660.383	23.346.129	87.904	59.166	62.593.104
Posições vendidas	-	144.261	3.083.821	4.575.483	5.395.593	8.848.265	22.047.423
Derivativos	-	5.076.938	3.131.463	5.366.782	2.975.559	2.148.583	18.699.325
Total	80.582.797	340.568.468	142.353.926	179.072.756	65.824.784	27.628.117	836.030.848
Diferença (ativo e passivo)	68.403.806	(174.784.604)	12.498.939	38.850.446	10.210.546	97.301.462	52.480.595

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2021 Total
Ativo:							
Disponibilidades	15.430.680	1.226.521	-	-	-	-	16.657.201
Instrumentos de dívida	1.612.213	119.780.229	20.352.554	5.834.524	38.904.369	38.728.334	225.212.223
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	2.527.504	2.527.504
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	11.176.922	2.717.359	1.748.733	10.827.639	15.057	203	26.485.913
Empréstimos e adiantamentos a clientes	70.399.332	82.203.458	84.986.074	152.608.938	31.902.231	42.744.009	464.844.042
Derivativos	-	8.667.809	2.836.098	1.645.538	5.989.792	2.000.686	21.139.923

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL), S.A.

Notas Explicativas

Reservas no Banco Central do Brasil	69.178.841	15.736.825	-	-	-	-	84.915.666
Total	167.797.988	230.332.201	109.923.459	170.916.639	76.811.449	86.000.736	841.782.472

Passivo:

Passivos financeiros ao custo amortizado:

Depósitos de instituições de crédito ⁽¹⁾	10.052.363	60.636.478	39.748.331	6.681.493	1.656.909	2.230.335	121.005.909
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	86.051.583	79.687.549	56.178.087	163.641.875	83.326.774	75.201	468.961.069
Obrigações por títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	-	28.052.200	5.038.906	35.844.265	9.341.229	760.192	79.036.792
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	5.552.801	-	14.088.607	-	-	19.641.408
Outros passivos financeiros	3.935.497	770.492	9.962.122	11.672.615	35.107.790	-	61.448.516
Posições vendidas	-	12.780.559	-	-	-	-	12.780.559
Derivativos	641.571	7.239.697	2.503.888	9.117.265	3.773.251	1.343.309	24.618.981
Total	100.681.014	194.719.776	113.431.334	241.046.120	133.205.953	4.409.037	787.493.234

Diferença (ativo e passivo) 67.116.974 35.612.425 (3.507.875) (70.129.481) (56.394.504) 81.591.699 54.289.238

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	Ativo	2023 Passivo	Ativo	2022 Passivo	Ativo	2021 Passivo
Disponibilidades	14.163.790	-	10.657.125	-	10.851.016	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	9.524.235	4.258.857	5.895.720	5.376.666	2.587.588	21.784.041
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	15.148.639	-	17.114.102	-	17.102.273	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	76.408.125	133.451.264	75.695.229	117.277.231	70.283.097	86.184.330
Total	115.244.789	137.710.121	109.362.176	122.653.897	100.823.974	107.968.371

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	2023	2022	2021
Até 1 Ano	582.294	284.945	715.576
Entre 1 a 5 Anos	1.132.409	1.044.715	1.420.853
Mais de 5 Anos	734.431	224.536	181.417
Total	2.449.134	1.554.196	2.317.846

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$649 (2022 - R\$700 e 2021 - R\$801) Correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento, reconhecidos como despesas no exercício de 2023, foram no valor de R\$326.745 (2022 - R\$391.408 e 2021 - R\$369.482).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

43. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global (SCIB)

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais**2023**

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	44.651.967	2.232.067	46.884.034
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.514	18.665	22.179
Resultado de equivalência patrimonial	184.889	54.347	239.236
Receita líquida de tarifas e comissões	13.269.837	2.370.128	15.639.965
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.125.430)	4.920.116	3.794.686
Outras despesas operacionais (Líquida)	(595.993)	(119.797)	(715.790)
TOTAL DE RECEITAS	56.388.784	9.475.526	65.864.310
Despesas com pessoal	(9.753.972)	(1.059.954)	(10.813.926)
Outras despesas administrativas	(7.866.949)	(881.766)	(8.748.715)
Depreciação e amortização	(2.621.353)	(119.597)	(2.740.950)
Provisões (líquidas)	(4.404.408)	(20.004)	(4.424.412)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(26.582.759)	(1.425.327)	(28.008.086)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(250.044)	(129)	(250.173)
Outros ganhos (perdas) financeiros	1.043.603	-	1.043.603
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	5.952.902	5.968.749	11.921.651
Hedge Cambial (1)	(163.165)	-	(163.165)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	5.789.737	5.968.749	11.758.486

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais

2022

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	45.617.896	1.885.281	47.503.177
Receitas de instrumentos de patrimônio	11.239	26.834	38.073
Resultado de equivalência patrimonial	147.676	51.503	199.179
Receita líquida de tarifas e comissões	12.538.806	2.337.074	14.875.880
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(360.383)	5.059.609	4.699.226
Outras despesas operacionais (Líquida)	(718.459)	(122.543)	(841.002)
TOTAL DE RECEITAS	57.236.775	9.237.758	66.474.533
Despesas com pessoal	(8.985.721)	(911.274)	(9.896.995)
Outras despesas administrativas	(7.571.376)	(771.742)	(8.343.118)
Depreciação e amortização	(2.479.643)	(105.859)	(2.585.502)
Provisões (líquidas)	(1.207.531)	(7.959)	(1.215.490)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(23.682.848)	(1.145.901)	(24.828.749)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(160.479)	(955)	(161.434)
Outros ganhos (perdas) financeiros	131.482	-	131.482
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	13.280.659	6.294.068	19.574.727
Hedge Cambial (1)	(129.406)	-	(129.406)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	13.151.253	6.294.068	19.445.321

Em milhares de Reais

2021

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	46.236.026	5.082.440	51.318.466
Receitas de instrumentos de patrimônio	10.216	79.824	90.040
Resultado de equivalência patrimonial	105.403	38.781	144.184
Receita líquida de tarifas e comissões	13.285.099	1.988.202	15.273.301
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.433.236)	(347.268)	(1.780.504)
Outras despesas operacionais (Líquida)	(974.391)	(144.989)	(1.119.380)
TOTAL DE RECEITAS	57.229.117	6.696.990	63.926.107
Despesas com pessoal	(8.220.544)	(805.158)	(9.025.702)
Outras despesas administrativas	(7.697.346)	(593.371)	(8.290.717)
Depreciação e amortização	(2.342.639)	(91.282)	(2.433.921)
Provisões (líquidas)	(2.176.774)	(2.643)	(2.179.417)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(17.169.630)	56.896	(17.112.734)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(163.935)	(1.864)	(165.799)
Outros ganhos (perdas) financeiros	32.512	-	32.512
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	19.490.761	5.259.568	24.750.329
Hedge Cambial (1)	2.511.980	-	2.511.980
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	22.002.741	5.259.568	27.262.309

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

2023			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	1.010.503.261	105.149.515	1.115.652.776
Empréstimos e adiantamentos a clientes	445.085.759	72.891.376	517.977.135
Depósitos de clientes	425.724.599	157.495.977	583.220.576

2022			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	886.630.727	98.820.102	985.450.829
Empréstimos e adiantamentos a clientes	417.773.158	72.856.870	490.630.028
Depósitos de clientes	356.744.926	133.208.563	489.953.489

2021			
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total em ativos	838.267.118	92.941.277	931.208.395
Empréstimos e adiantamentos a clientes	394.086.048	70.757.994	464.844.042
Depósitos de clientes	344.180.608	124.780.461	468.961.069

44. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2023, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023.

i) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

ii) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Remuneração fixa	132.276	115.680	96.544
Remuneração variável - Em espécie	126.181	117.730	115.627
Remuneração variável - Em ações	91.306	87.702	94.607
Outros (1)	79.229	61.294	67.883
Total Benefícios de curto prazo	428.992	382.406	374.661

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Remuneração variável - Em espécie	99.506	95.398	101.837
Remuneração variável - Em ações	96.361	99.827	109.918
Total Benefícios de longo prazo	195.867	195.225	211.755
Total (2)	624.859	577.631	586.416

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$40.863 (2022 - R\$36.747 e 2021 - R\$32.086).

iii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

						2023
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,8%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

						2022
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2023 - BCO SANTANDER (BRASIL); S.A.

Notas Explicativas

	2021					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,04%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.376	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,5%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,5%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float ⁽²⁾	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.376	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo	18.027.308	4.671.501	24.045.989	24.340.579	36.813	25.737	42.110.110	29.037.817
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	4.590.150	(3.138.996)	273.338	1.034.184	-	-	4.863.488	(2.104.812)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	13.252.195	7.800.513	22.583.295	21.408.097	-	-	35.835.490	29.208.610
Empréstimos e adiantamentos a clientes	184.963	-	1.037.303	1.795.084	23.463	16.380	1.245.729	1.811.464
Outros ativos	-	9.984	152.053	103.214	-	-	152.053	113.198
Garantias e Limites	-	-	-	-	13.350	9.357	13.350	9.357
Passivo	(10.812.203)	(23.541.990)	(8.613.955)	(7.953.565)	(407.621)	(263.592)	(19.833.779)	(31.759.147)
Depósitos de instituições de crédito	(4.484.720)	(10.167.933)	(7.313.483)	(6.846.987)	-	-	(11.798.203)	(17.014.920)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(150.237)	-	(76.365)	(201.054)	(226.602)	(201.054)
Depósitos de clientes	-	-	(950.282)	(904.926)	(26.553)	(31.040)	(976.835)	(935.966)
Outras obrigações	(211.265)	(201.380)	(199.953)	(201.652)	(304.703)	(31.498)	(715.921)	(434.530)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(6.116.218)	(13.172.677)	-	-	-	-	(6.116.218)	(13.172.677)
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado	1.311.494	(1.217.332)	1.209.548	1.620.385	(618.470)	18.223	1.902.572	421.276
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	349.749	47.120	(1.856)	-	2.835	2.388	350.728	49.508
Garantias e Limites	-	-	-	-	16.276	37.769	16.276	37.769
Despesas com juros e similares	(6.949)	(111.024)	(242.635)	(276.809)	(638.304)	(22.685)	(887.888)	(410.518)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(67.438)	-	3.469.809	3.432.090	454	495	3.402.825	3.432.585
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	2.027.362	(88.674)	(1.487.667)	(1.011.261)	269	256	539.964	(1.099.679)
Despesas administrativas e amortização	(211.265)	(201.359)	(528.103)	(523.635)	-	-	(739.368)	(724.994)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(779.965)	(863.395)	-	-	-	-	(779.965)	(863.395)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1.a), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.
(2) Empresas relacionadas na nota 11.
(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

45. Gestão do risco

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- A. Independência da função de riscos com relação às áreas comerciais.
- B. Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão.
- C. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais.
- D. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais.
- E. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (*Value at Risk*, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras.
- F. Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão.
- G. Instrumentos comuns de gestão
- H. Estrutura organizacional
- I. Alçadas e responsabilidades
- J. Limitação de riscos
- K. Reconhecimento
- L. Canais de informação eficientes
- M. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras.
 - Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Modelo Normativo de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco, seguindo as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi definido tomando-se como referência o Marco definido no nível corporativo, descrito de acordo com as seguintes fases:

- I. Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Banco Santander.

O Marco Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos) tem a função de estabelecer os princípios e as normas para gestão e controle de risco do Banco Santander, com base nos modelos corporativos de organização e atendendo aos requisitos necessários de regulação para a gestão do crédito.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar.
- II. Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.
- III. Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- IV. Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pela Diretoria do Banco Santander.
- V. Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas aprovadas e os limites definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima), já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para os demais segmentos, modelos baseados em classificações e *scorings* internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão em processo de integração na gestão de riscos.
- VI. Modelos baseados em classificação e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda com base nas estimativas LGD.

- VII. Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- VIII. RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- IX. VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- X. Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- A. Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- B. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- C. Realizar um acompanhamento periódico de todos os riscos inerentes ao negócio, comprovando se o seu perfil está adequado ao que foi estabelecido no apetite ao risco.
- D. Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- E. Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios e de núcleos de análise e decisão dos créditos de maneira individualizada em Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

Uma estrutura específica é responsável pelo atendimento aos reguladores, supervisores e auditores internos e externos.

Possui um núcleo denominado ERM-Enterprise Risk management, integrado por um conjunto de funções, transversais a todos os riscos, necessárias para sua adequada gestão. Fazem parte desta estrutura as áreas de Metodologia (desenvolvimento e parametrização de modelos); Controle de Risco de Crédito; Controle e Performance de Riscos (abrangendo Cultura de Riscos); Gestão Integrada e Relação com Supervisores e Stress Test.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (padronizados).

- Gestão individualizada – É executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento Banco de Atacado Global (Corporate e Santander Corporate & Investment Banking - SCIB) e Banco Comercial (Carteirizados, Empresas 3 e GIU-Governos, Instituições e Universidades);
- Gestão padronizada – Voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as

perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de rating

O Banco usa modelos próprios de ratings para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

Parâmetros de risco de crédito

Nós avaliamos todos os empréstimos no tocante à estimativa de perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito. Os empréstimos são individualmente avaliados para desvalorização ou, coletivamente avaliados por meio do agrupamento de características de risco semelhantes. Empréstimos individualmente avaliados para perdas por redução ao valor recuperável não são avaliados coletivamente.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente, nós separamos os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito. Em outras palavras, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

Exposição à inadimplência (EAD): é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na inadimplência. Modelos desenvolvidos incorporam hipóteses considerando possíveis modificações no cronograma de pagamento.

Probabilidade de inadimplência (PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros. Para fins do IFRS 9, isso considerará tanto os PD-12 meses, que é a probabilidade de o instrumento financeiro entrar em default nos próximos 12 meses, como também a PD vitalícia, que é a probabilidade da transação entrar em default considerando o seu prazo remanescente. Informações futuras de relevância são consideradas necessárias para estimar esses parâmetros, de acordo com o padrão.

Loss Given Default (LGD): é a perda produzida em caso de inadimplência. Em outras palavras, isso reflete a porcentagem de exposição que não pôde ser recuperada no caso de um evento de default. Depende principalmente das garantias, que são consideradas mitigantes do risco de crédito associadas a cada ativo financeiro, e dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recuperados. De acordo com a norma, as informações prospectivas devem ser levadas em consideração na estimativa.

Taxa de desconto: a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Para estimar os parâmetros acima, o Banco aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros tanto para fins regulatórios quanto de gestão.

A tabela demonstrada na nota 9.b, mostra o portfólio pelos níveis internos de rating de risco e sua probabilidade de default.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Em milhares de Reais	2023	2022	2021
Por Vencimento			
Menos de 1 ano	287.366.871	269.784.211	270.050.934
Entre 1 a 5 anos	185.907.482	177.488.141	160.932.317
Mais de 5 anos	78.261.850	77.382.938	62.371.451
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	551.536.203	524.655.290	493.354.702
Por classificação interna de risco			
Baixo	408.973.257	392.397.296	374.505.212
Médio-baixo	87.232.484	77.992.749	79.216.725
Médio	16.643.774	18.647.136	14.589.977
Médio-alto	13.238.069	13.573.901	9.413.110
Alto	25.448.619	22.044.208	15.629.678
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	551.536.203	524.655.290	493.354.702

As perdas de crédito esperadas, mensuradas através de dados históricos suficientes e disponíveis, são apresentadas abaixo.

2023			
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	233.946.174	6%	38%
Crédito imobiliário - construção	61.747.722	8%	6%
Empréstimos a pessoas físicas	252.687.422	11%	61%
Arrendamento	3.154.886	1%	37%
2022			
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	223.321.961	6%	41%
Crédito imobiliário - construção	58.242.768	5%	5%
Empréstimos a pessoas físicas	240.227.475	12%	49%
Arrendamento	2.863.086	1%	26%
2021			
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	247.674.251	6%	50%
Crédito imobiliário - construção	54.738.606	2%	8%
Empréstimos a pessoas físicas	188.408.840	10%	61%
Arrendamento	2.533.004	2%	31%

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

O Banco estima mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente as comparações dos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente é realizado análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O Banco Santander possui uma visão global de sua carteira de crédito ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comitê Executivo do banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco e sociedades do Conglomerado. O ciclo de crédito prevê três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

É o processo que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido por meio do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes SCIB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional em valores nominais máximos de crédito.

Para os riscos de clientes com gestão estandarizada, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PEC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado em Riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de crédito a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisar e adotar de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (rentabilidade ajustada ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

No varejo Pessoa Física, os clientes são sistematicamente revisados por meio de um processo diário de classificação de crédito. Esse processo permite reavaliações na exposição de crédito, permitindo incrementos de exposição para clientes que apresentam boa qualidade de crédito. Em caso de detecção de deterioro no nível de risco, são gerados automaticamente ações para contenção de risco de crédito e ações preventivas.

No caso de gestão individualizada, a detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (trata-se de um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso).

Função de controle de risco

A função de controle é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, detectar situações específicas que requerem tomadas de decisões. Obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

b.5) Recuperação de Crédito

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os respectivos montantes, que resultam em um Mapa de Responsabilidades e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente.

São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes, com menor probabilidade de recuperação, recebam ações tempestivas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento, o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes. Todos os clientes com valores em atraso mais severos ou créditos reescalados possuem restrições internas.

Clientes com maiores volumes em Risco possuem modelo de recuperação Carteirizado, com acompanhamento comercial e especialista de recuperação.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial para ser analisado na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por setor econômico, localidade geográfica/país, grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira. Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Vice Presidência Executiva de Riscos do Banco atua juntamente com a Vice Presidência Executiva Estratégica de Finanças na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de garantias para mitigar o risco das empresas, derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.945/2021 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado e Empresas 3

(um dos segmentos de Pessoa Jurídica no Varejo), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$ 5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

A mitigação dos riscos socioambientais em financiamentos de grandes projetos é realizada a partir de análises pautadas nas diretrizes dos Princípios do Equador, um conjunto de critérios socioambientais referenciados nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da International Finance Corporation (IFC) e nas Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo Banco Mundial.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações

As tendências observadas em 2023 foram consistentes com as de 2022, em que observamos um cenário econômico desafiador. O Banco conseguiu preservar a boa qualidade dos negócios, apresentando uma melhora no índice de inadimplência, principalmente pela melhor qualidade observada nas novas safras, aliado ao write-off de safras antigas. Em dezembro de 2023, esse índice era de 7,23% ante 7,5%, 31 de dezembro de 2022 e 5,5% em 31 de dezembro de 2021. Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2023	2022	2021
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	719.880.991	664.537.247	621.091.057
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (nota 9)	551.536.203	524.655.290	493.354.702
Passivos contingentes - Garantias e compromissos (nota 43.a)	65.671.261	57.378.957	53.420.355
Titulos Privados	102.673.488	82.503.000	74.316.000
Índice de empréstimos inadimplentes (%)	7,23%	7,50%	5,46%
Índice de cobertura <i>impairment</i> (perda do valor recuperável) (%)	88,13%	89,80%	110,40%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais)	35.152.998	35.211.623	29.723.376

Dados preparados com base em critérios de gestão e critérios de contabilidade da unidade controladora.

(*) RAWO = Recuperações de Ativos Baixados a Prejuízo.

O Banco incorpora informações acerca do futuro tanto em sua avaliação se o risco de crédito de um instrumento aumentou substancialmente desde o reconhecimento inicial quanto em sua mensuração das perdas de crédito esperadas. Com base em orientações de seus Comitês internos e de especialistas econômicos e considerando uma série de informações externas reais e previstas, o Banco elabora um cenário base, bem como outros cenários possíveis. Este processo envolve a projeção de dois ou mais cenários econômicos adicionais e considera as respectivas probabilidades de cada resultado. As informações externas compreendem dados e previsões econômicos publicados por agências governamentais e autoridades monetárias e por analistas do setor privado e acadêmicos selecionados.

O caso base representa o resultado mais provável e está em linha com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como planejamento estratégico e elaboração de orçamentos. Os outros cenários representam resultados mais otimistas e mais pessimistas. Periodicamente, o Banco realiza testes de estresse de choques mais extremos para ajustar sua determinação desses outros cenários representativos.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e

- Metodologias de gestão de riscos, como o *Value At Risk* - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- I. Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- II. Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentação da taxa de juros e nível de liquidez.
- III. Riscos estruturais:
 - Risco estrutural de câmbio/coertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o Real (cobertura de resultados).
 - Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais de forma centralizada através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (*Asset Liability Control*) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Risco de Taxa de Juros

A tabela a seguir agrega por produto os fluxos de caixa das operações do nosso perímetro de empresas que possuem rendimento de juros. As operações estão apresentadas pelo saldo contábil na data de encerramento dos anos de 2023, 2022 e 2021. Ela não está associada à forma de gestão do risco de alterações nas taxas de juros ou descasamentos de indexadores, o que é feito por meio de acompanhamento de métricas de mercado. Todavia, permite avaliar concentrações de prazo e possíveis riscos e abaixo dela são apresentados os saldos dos mesmos produtos ao valor de resgate no vencimento, com exceção da linha que trata dos recebíveis e das obrigações atreladas a contratos de derivativos.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

						2023
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	1.591	1.591
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	1.591	1.591
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	17.088	5.722	7.003	45.863	30.323	105.999
Instrumentos de Dívida	8.822	1.425	4.940	35.164	26.137	76.488
Instrumentos de Patrimônio	22	1	3	17	-	43
Derivativos	8.244	4.296	2.060	10.682	4.186	29.468
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	-	-	-	-	183	183
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	183	183
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	1.237	4.360	2.684	44.722	10.994	63.997
Instrumentos de Dívida	1.237	4.360	2.684	44.722	10.994	63.997
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	135.427	105.253	86.314	220.663	84.800	632.457
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	86.391	1.394	3.496	2.978	-	94.259
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.176	96.038	68.597	183.156	73.832	458.799
Instrumentos de dívida	11.860	7.821	14.221	34.529	10.968	79.399
Total	153.752	115.335	96.001	311.248	127.891	804.227
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	30.627	4.972	1.779	9.467	4.101	50.947
Derivativos	6.863	4.972	1.779	9.467	4.101	27.183
Posições vendidas	23.764	-	-	-	-	23.764
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	212.885	139.140	130.337	221.561	28.280	732.203
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	7.189	36.767	32.650	10.595	7.380	94.580
Depósitos de clientes	197.507	70.908	80.260	151.046	53	499.774
Obrigações por títulos e valores mobiliários	8.189	31.465	17.427	59.920	4.360	121.361
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	16.488	16.488
Total	243.512	144.113	132.116	231.028	32.381	783.150

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

						2022
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
	-	-	-	-	3.957	3.957
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.957	3.957
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
	5.032	5.565	3.054	26.272	25.998	65.921
Instrumentos de Dívida	311	3.909	2.159	16.270	22.222	44.871
Instrumentos de Patrimônio	19	2	3	25	-	49
Derivativos	4.702	1.654	892	9.977	3.776	21.001
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes						
	37.965	4.045	1.579	39.131	22.466	105.186
Instrumentos de Dívida	37.965	4.045	1.579	39.131	22.466	105.186
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado						
	137.112	145.444	91.631	201.562	113.717	689.466
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	77.825	900	1.878	1.989	-	82.592
Empréstimos e adiantamentos a clientes	56.937	138.981	82.676	171.664	96.884	547.142
Instrumentos de dívida	2.350	5.563	7.077	27.909	16.833	59.732
Total	180.109	155.054	96.264	266.965	166.138	864.530
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
	21.891	1.444	1.552	8.425	3.417	36.729
Derivativos	4.892	1.444	1.552	8.425	3.417	19.730
Posições vendidas	16.999	-	-	-	-	16.999
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado						
	280.644	115.169	116.122	183.013	31.518	726.466
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	22.451	40.711	18.007	8.710	7.903	97.782
Depósitos de clientes	252.621	48.217	75.869	125.473	26	502.206
Obrigações por títulos e valores mobiliários	5.572	26.241	22.246	48.830	4.174	107.063
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.415	19.415
Total	302.535	116.613	117.674	191.438	34.935	763.195

						2021
						Em milhões de Reais
Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
	-	-	-	-	3.122	3.122
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.122	3.122
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
	5.573	4.197	5.031	16.365	8.023	39.189
Instrumentos de Dívida	355	850	2.261	8.786	5.539	17.791
Instrumentos de Patrimônio	21	1	8	11	3	44
Derivativos	5.197	3.346	2.762	7.568	2.481	21.353
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado						
	54.012	1.007	4.690	50.092	15.833	125.635
Instrumentos de Dívida	54.012	1.007	4.690	50.092	15.833	125.634

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	109.330	98.848	78.187	172.736	78.053	537.155
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	73.290	1.464	2.041	2.313	-	79.108
Empréstimos e adiantamentos a clientes	34.989	94.872	55.118	150.204	76.554	411.737
Instrumentos de Dívida	1.051	2.512	21.028	20.219	1.499	46.309
Total	168.915	104.052	87.908	239.193	105.032	705.102

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	18.955	2.564	2.191	11.196	2.703	37.609
Derivativos	6.174	2.564	2.191	11.196	2.703	24.828
Posições vendidas	12.781	-	-	-	-	12.781
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	289.743	106.358	102.585	165.145	25.366	689.197
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósito de instituições de crédito	33.714	46.465	25.626	10.610	2.742	119.157
Depósitos de clientes	252.070	48.364	67.467	105.690	23	473.614
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.959	11.529	9.492	48.845	3.097	76.922
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.504	19.504
Total	308.698	108.922	104.776	176.341	28.069	726.806

Risco de Moeda

2023				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	214.500	1.043	3.794	219.337
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	3.699	2.585	90	6.374
Derivativos	267.585	11.024	9.002	287.611
Outros	3.687	-	-	3.687
Total	489.470	14.652	12.887	517.009
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	154.096	851	2.873	157.820
Derivativos	238.389	14.392	8.183	260.964
Outros	99.544	3.043	1.733	104.320
Total	492.029	18.286	12.789	523.105

2022				
Em milhões de Reais				
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	180.331	3.156	3.922	187.409
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	4.515	3.818	463	8.796
Derivativos	261.584	10.126	7.702	279.412
Outros	3.208	-	-	3.208
Total	449.638	17.100	12.087	478.825
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	116.957	1.676	1.668	120.301
Derivativos	202.299	14.361	9.571	226.231

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Outros	132.513	996	815	134.324
Total	451.769	17.033	12.054	480.855

2021
Em milhões de Reais

Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	114.021	1.337	5.163	120.521
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.529	2.218	608	8.355
Derivativos	289.245	14.190	8.011	311.446
Outros	1.251	-	-	1.251
Total	410.046	17.745	13.782	441.573

Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	80.991	2.194	2.130	85.315
Derivativos	225.554	14.279	8.631	248.464
Outros	105.570	1.220	2.912	109.702
Total	412.115	17.693	13.673	443.482

c.2) Metodologias**Intermediação financeira**

O Banco Santander calcula requerimento mínimo de capital por riscos de mercado utilizando o modelo interno desde a aprovação pelo Bacen em Maio de 2018.

A metodologia-padrão de mensuração e controle de riscos de mercado aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2023, 2022 e 2021 foi a *Value at Risk* (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida disponível para apuração do risco a qual uma instituição está exposta. Ele é utilizado pela sua facilidade de entendimento cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras métricas e metodologias também são utilizadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitam a obtenção um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente.

Uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

c.3) Gestão de balanço**Risco da taxa de juros**

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR), os Ganhos em Reais (EaR – Earning At Risk) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações nas curvas das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR) e Ganhos em Risco (EaR)

Define-se com o percentil 99% da função de distribuição de perdas do MVE, calculado considerando o valor justo atual das posições, com base nos retornos obtidos nos dois últimos anos e com um grau de certeza estatística (nível de confiança) e para um horizonte temporal definido.

Aplica-se também uma metodologia similar para calcular a perda máxima em NII (EaR), com o objetivo de considerar o risco de taxa de juros tanto em termos de impacto em valor econômico, como em margem financeira.

A unidade soma os vetores de retorno do VAR com os vetores de retorno do EaR, resultando o vetor total de retornos. A composição é feita considerando na métrica do EaR as perdas na margem financeira que ocorrem entre o momento inicial (data de referência) e o *holding period* da carteira de não-negociação. As perdas em valor econômico têm em consideração o impacto nas posições vencidas após o *holding period*.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

Gestão de liquidez do Banco Santander

Para o controle e gestão de liquidez, o Banco Santander utiliza-se de métricas de curto e longo prazo e métricas em situações de estresse que são capazes de mensurar o colchão de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Desta forma, podemos citar:

Métricas de curto prazo e estresse de liquidez:

a. LCR

O Banco Santander utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "Liquidity Coverage Ratio" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

O total de High Quality Liquidity Assets - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

Notas Explicativas

*(Valores expressos em milhares, exceto quando indicado).

b. Cenários de estresse de liquidez:

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de estresse.

O Teste de estresse avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de estresse para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Métrica de longo prazo:

Visa mensurar a estabilidade das fontes de financiamento frente aos ativos comprometidos. O NSFR, métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, através de percentuais determinados verificar se a instituição possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo, segmento do cliente e tipo de produto. É calculado mensalmente pela instituição.

c. Índices de liquidez

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e concentração por segmentos.

Recursos de Clientes

O Banco Santander possui distintas fontes de financiamento, tanto em termos de produtos como do mix de clientes, com uma distribuição saudável entre os segmentos. O total de recursos de clientes está atualmente no patamar de R\$ 741 bilhões e apresentou um incremento em comparação com o volume de 2022, tendo como destaque o aumento nas captações de depósito a prazo e a manutenção de estoque de letras financeiras.

	2023			Em milhões de Reais 2022		
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	35.714	35.714	100%	31.351	31.351	100%
Depósito Poupança	58.112	58.112	100%	60.204	60.204	100%
Depósito a Prazo	103.519	393.757	26%	95.523	338.007	28%
Depósito Interfinanceiros	779	4.264	18%	1.043	4.010	26%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.820	142.553	6%	6.139	122.916	5%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.711	87.236	8%	7.081	76.749	9%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.627	0%	-	19.538	0%
Total	213.655	741.263	29%	201.341	652.775	31%

	Em milhões de Reais 2021		
	0 a 30 dias	Total	%
Depósito a Vista	39.574	39.574	100%
Depósito Poupança	65.220	65.220	100%
Depósito a Prazo	92.496	308.950	30%
Depósito Interfinanceiros	763	4.001	19%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.621	88.089	6%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	90.709	0%
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	19.641	0%
Total	203.674	616.184	33%

Notas Explicativas

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados são os seguintes:

						2023
						Em milhões de Reais
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	1.591	1.591
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	1.591	1.591
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	19.295	6.077	8.225	54.467	36.616	124.679
Instrumentos de Dívida	11.028	1.780	6.161	43.768	32.430	95.168
Instrumentos de Patrimônio	22	1	3	17	-	43
Derivativos	8.244	4.296	2.060	10.682	4.186	29.468
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	1.393	5.054	3.222	55.140	13.951	78.761
Instrumentos de Dívida	1.393	5.054	3.222	55.140	13.768	78.578
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	-	183	183
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	145.514	145.270	103.823	206.862	115.879	717.347
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	86.325	1.162	2.836	2.899	-	93.222
Empréstimos e adiantamentos a clientes	54.270	128.381	85.109	178.329	101.509	547.599
Instrumentos de dívida	4.919	15.727	15.877	25.634	14.369	76.527
Total	166.202	156.401	115.269	316.469	168.037	922.379
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	30.627	4.972	1.779	9.467	4.101	50.947
Derivativos	6.863	4.972	1.779	9.467	4.101	27.183
Posições Vendidas	23.764	-	-	-	-	23.764
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	318.836	145.130	156.974	270.185	51.853	942.977
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	16.811	38.298	36.953	12.990	8.252	113.304
Depósitos de clientes	295.413	82.892	93.485	175.856	53	647.700
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.612	23.940	26.535	81.339	27.060	165.486
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	16.488	16.488
Total	349.463	150.102	158.753	279.652	55.954	993.924

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

2022

Em milhões de Reais

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	3.957	3.957
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	3.957	3.957
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	5.032	5.526	2.978	23.846	13.617	50.999
Instrumentos de Dívida	311	3.870	2.083	13.844	9.841	29.949
Instrumentos de Patrimônio	19	2	3	25	-	49
Derivativos	4.702	1.654	892	9.977	3.776	21.001
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	37.925	4.040	1.550	33.176	9.116	85.807
Instrumentos de Dívida	37.925	4.040	1.550	33.176	9.116	85.807
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	113.466	103.419	70.435	185.653	86.193	559.167
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	77.739	888	1.777	1.815	-	82.219
Empréstimos e adiantamentos a clientes	33.386	97.202	62.102	158.805	80.378	431.873
Instrumentos de dívida	2.341	5.329	6.556	25.033	5.815	45.074
Total	156.423	112.985	74.963	242.675	112.883	699.929

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	18.955	2.564	2.191	11.196	2.703	37.609
Derivativos	6.174	2.564	2.191	11.196	2.703	24.828
Posições Vendidas	12.781	-	-	-	-	12.781
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	289.743	106.358	102.585	165.145	25.366	689.197
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	33.714	46.465	25.626	10.610	2.742	119.157
Depósitos de clientes	252.070	48.364	67.467	105.690	23	473.614
Obrigações por títulos e valores mobiliários	3.959	11.529	9.492	48.845	3.097	76.922
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	19.504	19.504
Total	308.698	108.922	104.776	176.341	28.069	726.806

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

2021

Em milhões de Reais

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	de 0 a 30 dias	de 31 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
Instrumentos de Dívida	-	174	98	667	2.900	3.839
Instrumentos de Dívida	-	174	98	667	2.900	3.839
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
Instrumentos da Dívida	16.029	19.211	5.763	63.618	25.488	130.109
Instrumentos de Patrimônio	3.873	12.513	4.046	53.814	21.859	96.105
Derivativos	1.164	-	-	-	-	1.164
Derivativos	10.992	6.698	1.717	9.804	3.629	32.840
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado						
Instrumentos de Patrimônio	439	-	-	-	-	439
Instrumentos de Patrimônio	439	-	-	-	-	439
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes						
Instrumentos da Dívida	5.000	3.874	13.850	75.849	35.538	134.111
Instrumentos da Dívida	4.928	3.874	13.850	75.849	35.538	134.039
Instrumentos de Patrimônio	72	-	-	-	-	72
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado						
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	53.147	145.279	69.004	208.295	135.782	611.507
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	24.638	40.579	2.901	4.205	-	72.324
Empréstimos e adiantamentos a clientes	28.424	102.379	64.194	188.430	135.987	519.415
Instrumentos de Dívida	85	2.321	1.909	15.660	(205)	19.771
Total	74.615	168.538	88.715	348.429	199.709	880.005

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado						
Derivativos	55.313	7.878	2.088	12.629	3.515	81.424
Derivativos	10.160	7.878	2.088	12.629	3.515	36.270
Posições vendidas	45.153	-	-	-	-	45.153
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado						
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	176.223	101.111	93.103	145.931	16.471	532.838
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	3.707	33.039	22.860	8.014	2.802	70.421
Depósitos de clientes	165.171	44.571	62.606	110.809	215	383.372
Obrigações por títulos e valores mobiliários	7.345	23.502	7.637	27.109	333	65.925
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	13.120	13.120
Total	231.536	108.989	95.191	158.560	19.986	614.262

Análise de cenário/plano de contingência

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez. A ativação do Plano decorre do acompanhamento de parâmetros internos relativos às condições de mercado e de liquidez do Banco. Tais parâmetros servem para identificar diferentes níveis de severidade de crise e, assim, determinar se há necessidade ou não de iniciar o processo de ativação.

Após identificada a crise, é estabelecida uma clara comunicação entre as áreas internas capaz de executar as ações corretivas e mitigar os problemas originados. Estas ações corretivas são as medidas capazes de gerar liquidez para solucionar ou mitigar os efeitos da crise e são tomadas levando em consideração suas complexidades, prazos de implementação e impacto de liquidez.

Os parâmetros e medidas deste Plano são revisados a qualquer momento que se faça necessário, entretanto seu período mínimo de revisão é anual.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares**Medidas de teste e calibragem**

O back-testing consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e “sujos” (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de back-testing realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc. Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle**Definição de limites**

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração. A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

Delimitar a faixa de produtos e underlyings em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2023**Atividades de Intermediação Financeira**

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2023 ficou em R\$33,8 milhões. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço**Risco dos juros****Moedas conversíveis**

No final de 2023, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou positiva em R\$754 milhões.

Também no encerramento de 2023, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, foi negativa de R\$1.924 milhões.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 1000 pontos básicos da curva das taxas de juros, diminuiu em R\$200 milhões entre 2023 e 2022, tendo atingido o máximo de R\$1.136 milhões no mês de janeiro de 2023. A sensibilidade de valor diminuiu R\$230 milhões durante o ano de 2023, obtendo o nível máximo de R\$2.441 milhões no mês de março de 2023. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2023 e influenciaram nas sensibilidades foram a inclinação/diminuição da curva de juros (efeito convexidade), decaimento da carteira e atualização das metodologias implícitas sobre os fluxos de caixa dos produtos do Banco Santander.

Em milhões de Reais	2023	2022	2021
Sensibilidades			
Margem Financeira	754	954	553
Valor Patrimonial	1.924	2.154	1.675
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	415	971	791

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com IFRS 7, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2023.

Em milhares de Reais		2023		
Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(6.243)	(156.303)	(312.606)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(96)	(1.405)	(2.811)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(588)	(32.006)	(64.013)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.351)	(49.031)	(98.062)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(516)	(2.981)	(5.963)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.807)	(70.180)	(140.360)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.395)	(16.714)	(33.426)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.275)	(56.870)	(113.740)
Commodities	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities)	(258)	(6.462)	(12.924)
Total ⁽¹⁾		(18.529)	(391.952)	(783.905)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Em milhares de Reais

2023

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(49.931)	(1.520.341)	(3.572.339)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(28.303)	(671.672)	(1.473.630)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(38.250)	(486.854)	(905.297)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.690)	(124.534)	(231.941)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(956)	(15.016)	(30.143)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(31.681)	(503.013)	(1.057.028)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(150)	(3.739)	(7.478)
Total ⁽¹⁾		(154.961)	(3.325.169)	(7.277.856)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte do correto processamento do grande número de transações, de forma eficiente e precisa, realizado pelos sistemas de tecnologia da informação, assim como também da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão segura de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede.

O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as suas atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

e) Estrutura Independente

A área de Risco Operacional & Controle Interno, subordinada a Vice-Presidência Executiva de Riscos atua de forma independente como segunda linha de defesa, apoiando e desafiando a primeira linha de defesa. Possui diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

A área adota a definição do Comitê de Basileia, Banco Central do Brasil e demais instruções Corporativas aplicáveis localmente para Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de inadequação ou falha de processos, operacional, sistemas, ou por eventos externos. Além disso, o Conselho da Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência (PR) referente ao Risco Operacional

e.1) Riscos Operacionais & Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno tem como missão perante o Banco Santander: Corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais.

Adicionalmente, a área de Risco Operacional & Controle Interno atua na prevenção aos Riscos Operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de Controles Internos, atendendo aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Basileia, resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control– Integrated Framework 2013*.

Modelo de Controle e Gestão

O Santander Brasil implementou o Modelo baseado em linhas de defesa que visa o desenvolvimento contínuo da gestão e controle dos riscos operacionais, assegurando que as estruturas possam avaliar, monitorar, controlar, mitigar, reportar e reduzir os riscos e perdas a que estão expostas.

Nas atribuições desse modelo inclui-se a realização de atividades para a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e reporte do Risco Operacional. Assim, distintas análises e acompanhamentos são realizados e reportados. A seguir, são apresentados os principais instrumentos que integram o Modelo de Controle e Gestão de Riscos Operacionais:

- Definição do apetite de Risco Operacional;
- Captura e avaliação de eventos de perdas (internas e externas);
- Treinamento, Comunicação e Cultura;
- Avaliação de produtos e serviços;
- Autoavaliação de riscos operacionais;
- Análise de Cenários;
- Indicadores de Riscos e Controles;
- Controles Internos.

Governança do Modelo

O Modelo conta com a aprovação do Comitê Executivo de Riscos e aprovação pelo Conselho de Administração, integrando à estrutura a responsabilidade de Governança Corporativa da Organização. Periodicamente, os assuntos relevantes de Riscos Operacionais são comunicados à Alta Administração para ciência e deliberações.

Como parte do sistema de Governança de Riscos, também está implantado o Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (FSCIRO) cujo objetivo é deliberar para os Risk Pro Officers (RPO), da 1ª Linha de Defesa as políticas, processos, procedimentos, estratégia e decisões sobre os temas a serem aplicados nas unidades de negócio, e possui periodicidade mensal, salvo exceções de calendário/conflito de agenda dos membros, podendo ser substituída pela Reunião de Riscos Operacionais.

Para assegurar um processo estruturado da divulgação da cultura da gestão e controle de Riscos Operacionais, os temas relevantes são tratados em Comitês e Fóruns específicos.

e.2) Atribuições da área de Riscos Operacionais e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno atua como segunda linha de defesa no modelo do Banco Santander e visa manter o cumprimento, alinhamento e conformidade às diretrizes corporativas do Grupo Santander, aos Acordos da Basileia, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Exerce o controle e desafio das atividades desempenhadas pela primeira linha de defesa, contribuindo para o seu fortalecimento, vislumbrando uma abordagem integrada para a gestão dos riscos. A seguir são apresentadas as principais atribuições:

- Disseminar a cultura orientada à gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por Risco Operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional.
- Aprimorar a análise dos riscos para reduzir, consolidar e priorizar ações de mitigação.
- Manter a dinâmica e controle da exposição de riscos operacionais em linha com o apetite ao risco.
- Estabelecer os papéis e responsabilidades, com acompanhamento junto aos responsáveis nas linhas de defesa.
- Assegurar a continuidade dos negócios e fortalecer o ambiente de Controles Internos.
- Fornecer adequado nível de cobertura nas unidades de negócio.
- Fornecer o apoio para as decisões estratégicas da Organização, baseadas no perfil integrado de Riscos Operacionais e tendências emergentes.
- Implementar as melhores práticas para gestão e controle de riscos operacionais nas 1ª e 2ª Linha de Defesa.
- Identificar o perfil de Risco Operacional da Organização.
- Proporcionar o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e o aprofundamento da cultura de responsabilidade pelos Riscos Operacionais e Controles Internos.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e.3) Fator diferencial

A área de Risco Operacional & Controle Interno investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet e presenciais. Dentre os presenciais destacamos a realização dos treinamentos voltados ao aumento de cultura da gestão de Riscos Operacionais, Controles Internos, treinamentos para a captura das perdas operacionais, entre outros.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander Brasil atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações. O Banco destaca:

- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio de Netcursos, sobre Riscos Operacionais.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas e *accountability*.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas.
- Desenvolvimento de Indicadores chaves que possuem o objetivo de monitorar os principais riscos operacionais.
- Composição das linhas de defesa com o "ORM - Operational Risk Management" Networks: "RPO-Risk Pro Officer", cuja a função é reportar ao executivo o acompanhamento dos temas de Risco Operacional no nível estratégico da Diretoria Executiva, o "RPA-Risk Pro Agent" que é o responsável da VPE perante o Modelo de Gestão e Controle do Risco Operacional e "Auxiliar de Riscos Operacionais" abrangendo o perímetro de RO e "Especialistas" para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

e.4) Comunicação

A área de Risco Operacional & Controle Interno integra a estrutura de Governança do Banco Santander e mantém processo mensal de comunicação e reporte para a Administração por meio do Comitê Integrado de Riscos Operacionais (FSCIRO) e Reunião de RO, contendo os eventos materializados, principais atividades realizadas, planos de ações corretivos, preventivos e respectivo acompanhamento, assegurando a transparência e o conhecimento aos fóruns de governança.

f) Risco de Reputação

f.1) Risco de Reputação

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes e, em muitos casos, deriva-se de outros eventos de risco. Em geral, estas fontes podem estar relacionadas com o negócio e outras atividades de suporte que são realizadas pelo Santander, o contexto econômico, social ou político, ou mesmo outros eventos causados por outros concorrentes que possam afetar o Banco.

f.2) Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

f.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Comitê de Ética e Compliance, que se reúne mensalmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são analisados internamente por diferentes áreas técnicas, assegurando o mapeamento multidisciplinar dos riscos, e para posterior aprovação pelo Comitê Local de Comercialização (CLC), composto por executivos do Santander. Após a análise e aprovação, os novos produtos e serviços são objeto de monitoramento e testes para mitigar eventuais riscos de conduta na comercialização.

g) Adequação ao Arcabouço de Regulamentação Prudencial

O Santander Brasil possui gerenciamento integrado de riscos e capital para o processo de tomada de decisão, respeitando as diretrizes da Resolução BCB nº 4.557. Esse processo contribui para a otimização e eficiência na utilização do capital em suas operações, considerando os objetivos da Instituição com relação aos índices de capital e o retorno aos acionistas.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS - Basel Committee on Banking Supervision) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Alinhado a essa perspectiva, o Santander Brasil investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de capital, em conformidade com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

A gestão do capital da Instituição consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes do Conglomerado. Considera a avaliação do capital necessário para suportar os riscos de Pilar 1 (crédito, mercado e operacional); desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional para os riscos de Pilar 2; processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP); projeção e monitoramento dos índices de capital; elaboração do plano de capital, elaboração dos planos de Contingência e recuperação de capital e liquidez, testes de estresse; e laboração do relatório trimestral de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3.

g.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é uma etapa importante do ciclo de vida de um modelo, além de ser um pré-requisito do processo de validação por órgãos de supervisão. Uma equipe especializada do próprio Banco, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle dos riscos estão adequados à estratégia e ao perfil de riscos do Banco.

Adicionalmente, a área de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e à direção do Banco, pois, a área de validação interna é responsável pelo fornecimento de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão ou regulatórios).

O âmbito de Validação Interna no Banco Santander engloba principalmente os modelos de riscos de Crédito, Compliance Operacional, Mercado, ALM, Pricing, Provisões, Capital Econômico e demais modelos relacionados ao exercício do ICAAP. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, reporting, uso, envolvimento da gestão etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados aos processos regulatórios e de gestão de riscos.

Dentre as principais funções da área de Validação Interna de Modelos se destacam as seguintes:

- Estabelecer os princípios gerais de validação, conduzindo um processo independente de avaliação incluindo (I) qualidade dos dados, (II) fundamentos metodológicos, (III) entorno tecnológico, (IV) performance e (V) uso e governança;
- Emitir um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade; e
- Fornecer suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, através de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

É importante notar que a função de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação independente para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia, pelo supervisor europeu 'home regulator' (Banco de Espanha e Banco Central Europeu) e pelo Banco Central do Brasil, cumprindo o que se estabelece na Circular 3.648 de 4 de março de 2013 (Capítulo III), na Carta-Circular 3.565 de 6 de setembro de 2012, Circular 3.547 de julho de 2011 e Circ. 3648 IRB e 3646 IMA de 4/3/13, as Res. 4.277 de 31/10/13 e 4389 de 18/12/14 sobre apreçamento/fair value, Res. 4557 de 23/02/17 GIR e Circ. 3876 de 31/01/18 IRRBB. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre Validação Interna e Auditoria Interna, que é a última camada de validação do controle do Banco.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia e do trabalho de validação interna e emite opiniões

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

com um nível de autonomia efetiva. Auditoria Interna (terceira linha de defesa), na função de última instância de controle existente no Grupo, deve (i) avaliar periodicamente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e (ii) confirmar que os mesmos estejam efetivamente implantados na gestão.

g.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de *rating* assim como as expectativas dos investidores.

h) Capital Econômico

h.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio. Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

h.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativos Materiais. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basiléia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Ativos Fiscais Diferidos, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

% Capital	2023	2022	2021
Tipo de Risco	Nova Metodologia	Nova Metodologia	Nova Metodologia
Crédito	55%	55%	62%
Mercado	2%	2%	2%
ALM	6%	7%	6%
Negócio	11%	9%	7%
Operacional	2%	4%	7%
Imobilizado	1%	1%	1%
Intangíveis	3%	3%	5%
Fundos de Pensão	1%	1%	1%
Ativos Fiscais	19%	18%	9%
Total	100%	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Composição da Administração
---------------------------------------	---------------------------	--------------------	----------------------------	-----------------------------

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo das perdas esperadas e inesperadas. Entre essas variáveis temos:

- Rating de contraparte.
- Vencimento.
- Garantias.
- Natureza do financiamento.

O valor econômico adicionado é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

47. Eventos Subsequentes

a) Deliberação de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2024, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 30 de abril de 2024, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 19 de janeiro de 2024 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de janeiro de 2024 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 08 de fevereiro de 2024. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A.

Em 03 de janeiro de 2024, com a conclusão da Operação de aquisição, o Banco Santander passou a deter 100% da participação acionária da Toro Participações e indiretamente 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A conforme mencionado na nota 3.f.

c) Novo programa de recompra de certificados de depósito de ações.

Em 24 de janeiro de 2024, nosso Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de Units para manutenção em tesouraria ou posterior alienação, pelo Santander ou pela agência filial em Cayman, de até 36.205.005 unidades ou ADRs, representando 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, correspondendo a aproximadamente 1% da totalidade do nosso capital social. O prazo do programa de recompra é de 18 meses contados a partir de 6 de fevereiro de 2024, com término em 6 de agosto de 2025.

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
(Notas 3(e) e 7)

A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN no 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

Dessa forma, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, substancialmente, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações;

(v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(p) e 19)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também

aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para

contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 28(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as

divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicáveis.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Estimativa de perdas por redução ao valor recuperável das operações de crédito (Notas 1(c.3.1 (ii)), 2(h), 9 e 46(b))

A estimativa da perda por redução ao valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Dessa forma, essa mantém-se como uma área de foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas esperadas de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pelo IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor e, quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das perdas de crédito com base no IFRS 9 são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para processos judiciais e administrativos (Notas 1(c.3.1(iv)), 2(q) e 22))

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa mantém-se como uma área de foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, e as divulgações em notas explicativas, incluindo, entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a existência dos processos e a totalidade das informações. Adicionalmente, avaliamos, em base amostral, a razoabilidade do prognóstico dos processos atribuídos pela Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 46 (d))

O Banco e suas controladas têm um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco e suas controladas.

Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outros assuntos

Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido

A conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e do lucro líquido atribuído à Controladora referente ao exercício findo nessa mesma data, entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen Gaap) e o IFRS apresentada no Anexo I, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo I está conciliado com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, bem como efetuamos procedimentos para testar a integridade e acuracidade da informação apresentada como informação suplementar. Em nossa opinião, a conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo II como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo II está conciliado com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua

continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório do Comitê de Auditoria (Demonstrações Individuais - BRGAAP)

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2023. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração. O coordenador do Comitê de Auditoria é membro independente do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando de reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance, incluindo a efetividade da Política, procedimentos e controles sobre PLD/FT, e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulamentação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2023, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar" e "Insatisfatório"; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para avanço contínuo. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2023. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2023, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's), evolução dos critérios tributários definidos contabilizados, aspectos de tesouraria, aspectos societários, provisão de contingências e carteira de crédito e PDD e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à regulamentação. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulamentação vigente, foram apresentados ao Comitê de Auditoria os trabalhos executados pela Ouvidoria, que foram discutidos e avaliados. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do Relatório Semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil, mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento da Política de Clientes para o assunto de Clientes Vulneráveis; (ii) acompanhamento de controles de fornecedores; (iii) acompanhamento do capital regulatório; (iv) monitoramento dos ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (v) monitoramento do tema de fraudes e segurança cibernética; (vi) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas, avaliação interna de riscos e controles internos; (vii) acompanhamento das atividades da diretoria relacionado ao plano de Recuperação do Grupo Americanas; (viii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (ix) acompanhamento de riscos climáticos, riscos socioambientais e Net Zero, incluindo reuniões com o Comitê de Sustentabilidade; (x) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD; (xi) acompanhamento dos ativos problemáticos e devedores individuais relevantes; (xii) acompanhamento das entidades de previdência do Conglomerado; (xiii) Resultado da Supervisão de Riscos e Controles (SRC) do Banco Central do Brasil.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 30 de janeiro de 2024.

Comitê de Auditoria
Pedro Augusto de Melo – Coordenador
Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeira
Andrea Maria Ramos Leonel
René Luiz Grande
Vania Maria da Costa Borgerth

Relatório do Comitê de Auditoria (Demonstrações Consolidadas - IFRS)

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2023. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração. O coordenador do Comitê de Auditoria é membro independente do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

IFRS - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 em padrão IFRS, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando de reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance, incluindo a efetividade da Política, procedimentos e controles sobre PLD/FT, e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulamentação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2023, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como “A melhorar” e “Insatisfatório”; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para avanço contínuo. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes (“PwC”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2023. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2023, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA’s), evolução dos critérios tributários definidos contabilizados, aspectos de tesouraria, aspectos societários, provisão de contingências e carteira de crédito e PDD e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à regulamentação. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulamentação vigente, foram apresentados ao Comitê de Auditoria os trabalhos executados pela Ouvidoria, que foram discutidos e avaliados. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do Relatório Semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil, mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento da Política de Clientes para o assunto de Clientes Vulneráveis; (ii) acompanhamento de controles de fornecedores; (iii) acompanhamento do capital regulatório; (iv) monitoramento dos ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (v) monitoramento do tema de fraudes e segurança cibernética; (vi) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas, avaliação interna de riscos e controles internos; (vii) acompanhamento das atividades da diretoria relacionado ao plano de Recuperação do Grupo Americanas; (viii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (ix) acompanhamento de riscos climáticos, riscos socioambientais e Net Zero, incluindo reuniões com o Comitê de Sustentabilidade; (x) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD; (xi) acompanhamento dos ativos problemáticos e devedores individuais relevantes; (xii) acompanhamento das entidades de previdência do Conglomerado; (xiii) Resultado da Supervisão de Riscos e Controles (SRC) do Banco Central do Brasil.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre

temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador

Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado

Andrea Maria Ramos Leonel – Membro

René Luiz Grande – Membro

Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras (Demonstrações individuais - BRGAAP)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2023:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Ana Paula Neves Granieri Domenici

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Franco Luigi Fasoli

Flávia Davoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Leonardo Mendes Cabral

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Paulo Fernando Alves Lima

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomaz Antonio Licario Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras (Demonstrações Consolidadas - IFRS)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS)® e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)®. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2023:

Diretoria Executiva
Diretor Presidente
Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Ana Paula Neves Granieri Domenici
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto
Franco Luigi Fasoli
Flávia Davoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Leonardo Mendes Cabral
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Paulo Fernando Alves Lima
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licario Rocha

Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes (Demonstrações Individuais - BRGAAP)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2023:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Ana Paula Neves Granieri Domenici

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Franco Luigi Fasoli

Flávia Davoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Leonardo Mendes Cabral

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Paulo Fernando Alves Lima

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomaz Antonio Licario Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes (Demonstrações Consolidadas - IFRS)

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS)® e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)®. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2023:

Diretoria Executiva
Diretor Presidente
Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Ana Paula Neves Granieri Domenici
André Juaçaba de Almeida
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Mendonça Pareto
Franco Luigi Fasoli
Flávia Davoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Leonardo Mendes Cabral
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Paulo Fernando Alves Lima
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licario Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki